

## III PARTE

### A epigrafia e a sociedade

# I. As práticas epigráficas

O conjunto epigráfico da região de Bragança é, pelo seu volume e pelas suas características, primordial para a abordagem da história regional na época romana, sobretudo se atendermos a que os dados arqueológicos propriamente ditos não são ainda qualitativamente numerosos.

Desta forma, as 138 inscrições (incluídos os fragmentos) conhecidas na região constituem um manancial importante, ainda que talvez sem a qualidade informativa que o investigador poderia desejar.

A esmagadora maioria das inscrições conhecidas é funerária<sup>1</sup> (81,88%) e, salvo raríssimas excepções, os epitáfios nelas gravados são muitíssimo simples, estereotipados, restringindo-se habitualmente à identificação do defunto e à indicação da idade com que feneceu. Em qualquer uma das restantes categorias, também os textos não são pródigios em informação, nem variados. As epígrafes votivas e viárias, bastante menos frequentes, ocupam o segundo posto (7,25%), seguindo-se as honoríficas (2,17%) e as de classificação incerta (1,45%).

Um balanço provisório da epigrafia transmontana, efectuado, na década de 80, por P. Le Roux e A. Tranoy (1984, p. 31), havia já apontado o predomínio da epigrafia funerária<sup>2</sup> – o qual era também extensível ao Norte de Portugal no seu conjunto – e a região de Bragança como um dos núcleos de maior densidade de achados epigráficos. A tendência gizada nessa altura tem confirmação com os dados recolhidos no território bragançano, onde a desproporção existente entre as inscrições funerárias e as outras surge ainda mais vincada.

Deste conjunto de inscrições, 25 encontram-se desaparecidas e muitas outras estão mutiladas. Algumas das peças foram reaproveitadas, aplicadas em construções particulares e públicas, nomeadamente em igrejas, ou transformadas para outros fins, como aconteceu com alguns dos miliários que foram preparados para servir de sarcófagos, em tempos medievais; outras, ainda que tenham permanecido até ao seu achado junto do seu contexto arqueológico original, foram fragmentadas devido às condições de jazida ou no momento do seu achado. O estado fragmentário ou de acentuada erosão de algumas delas coloca alguns problemas interpretativos, embora estes nem sempre sejam exclusivos das inscrições em mau estado de conservação.

A própria natureza dos suportes impede-nos quase sempre de nos acercarmos de cronologias finas, obrigando a que nos movamos em franjas temporais mais ou menos largas, não sendo por isso possível apreciar em pormenor a diacronia dos fenómenos históricos. A análise diacrónica, detalhada, dos processos culturais, ideológicos, religiosos, sociais e económicos, para além de esbarrar nesta questão cronológica, também é dificultada por outros aspectos não menos importantes e para as quais não podemos dar respostas definitivas, como sejam o simbolismo das representações iconográficas, a real dimensão religiosa de cada uma das divindades, a compreensão da forma como se organizava e desenvolvia a produção epigráfica regionalmente, ou ainda a organização da vida quotidiana das populações. Não obstante estas contingências, este conjunto de inscrições transmite-nos informações importantes que merecem ser relevadas.

## 1.1. O material das epígrafes

---

As inscrições da região de Bragança, na sua maior parte, são executadas sobre suportes graníticos (101 exemplares), ainda que também se utilize o mármore (10 exemplares), o talco (6 exemplares), o xisto (4 exemplares) e o calcário (1 exemplar)<sup>3</sup>.

O granito não é na região a rocha mais abundante, como tivemos oportunidade de referir na caracterização que fizemos do meio natural. As manchas granitóides estão bem delimitadas e circunscritas a zonas muito concretas, curiosamente não coincidentes com as áreas de maior densidade de achados epigráficos, pelo que é de supor a existência de pedreiras que abasteciam oficinas dedicadas ao trabalho da pedra, nomeadamente à produção de epígrafes. É utilizado na maioria das estelas (n.ºs 14, 15, 16...), em algumas aras (n.ºs 5, 6, 9, 42, 62 e 109), nos pedestais (n.ºs 11 e 13), num marco (n.º 35) e nos miliários (n.ºs 127-130 e 132-134). A inexistência de estudos de caracterização dos granitos regionais, bem como dos granitos utilizados nas produções antigas, inviabiliza, por ora, o aprofundar da questão. Face à pouca maleabilidade desta pedra, sobretudo quando comparada com o calcário ou o mármore, devemos valorizar o trabalho dos artistas que a moldaram e a gravaram pelas acrescidas dificuldades que o seu trabalho comporta e que, em muitos casos, chega a dar provas de excelente mestria.

As epígrafes produzidas sobre suportes de talco provêm de Castrelos (n.ºs 63 e 104), Castro de Avelãs (n.ºs 96 e 101), Vila Nova (n.º 80) e Ousilhão (n.º 8), locais que têm nas suas proximidades afloramentos deste material ou afloramentos de serpentinitos, susceptíveis de terem associadas pequenas bolsas do mesmo. Apesar de a tipologia dos monumentos (estelas e uma árula) e a paleografia pouco ou nada nos afiançarem, afigura-se-nos como hipótese verosímil considerar que estas produções epigráficas surgiram de um pedido expresso para o uso deste material, ou mesmo da sua entrega por parte da clientela na oficina, ficando a cargo desta apenas o trabalho epigráfico, o qual, implicando, necessariamente, uma certa especialização, teria de sair de mãos minimamente experimentadas. Os monumentos produzidos em xisto e calcário são mais excepcionais: o calcário surge aplicado numa estela de Coelhooso (n.º 50) e o xisto em duas estelas (n.ºs 46 e 76) e num pequeno cipo (n.º 44) de Grijó de Parada, e, ao que parece, numa estela (n.º 55) de Donai, hoje desaparecida.

As produções em mármore, também escassas, são com certeza alheias à região de Bragança e relacionáveis com as produções do Planalto Mirandês que utilizam o mármore de Santo Adrião. No caso das estelas (n.ºs 39, 53, 73, 79, 86) é notória a filiação das suas características técnicas e iconográficas (cf. Navarro, 1998)<sup>4</sup> no designado *tipo "Picote"*. Quanto às aras, julgamos, também, ser possível sustentar esta perspectiva, pois, para além de uma aparente uniformidade dos mármore, há que valorizar a proximidade formal e iconográfica entre dois dos altares de Castro de Avelãs (n.ºs 3 e 75) e os de Saldanha (Mourinho, 1987, p. 123-126, n.º 70) e Granja de Gregos (Mourinho, 1987, p. 118-119, n.º 59).

## 1.2. Os monumentos

---

Os monumentos epigráficos da região dividem-se em cinco categorias fundamentais: a estela, a ara ou altar (votivo ou funerário), o pedestal, o cipo e o miliário. Alguns apresentam dificuldades de classificação, sobretudo por estarem embutidos em paredes: é o caso do epitáfio da esposa de *Aemilius Hispanus* (n.º 87) que pode estar gravado sobre uma estela ou uma ara, ou da inscrição honorífica de Gostei (n.º 12), dedicada ao imperador Cláudio, que pode ser uma placa, um cipo ou um pedestal.

### 1.2.1. As aras

Os monumentos que classificamos como aras ou ámulas – este último termo é empregue como diminutivo, reportando-se tão-somente à dimensão do altar – são em número de 13, sendo empregues tanto com função votiva, como funerária, mas sem que haja do ponto de vista monumental razão para a sua distinção (Bonnevile, 1984, p. 134). Duas delas não são passíveis de caracterização: da n.º 1, a célebre ara dedicada a *Aernus* pelo *Ordo Zoelarum*, nada se conhece quanto à sua estrutura porque foi reesculpida e transformada em urna decorativa (Est. I, 2); da n.º 10, vista em Carrazedo no século XVII, apenas se sabe que era de mármore e, pelo texto que nos chegou, que teria uma eventual função votiva. Persiste alguma dúvida acerca da classificação da n.º 138.

A estrutura normal de um altar deve apresentar uma base, um fuste e um capitel; contudo, nem sempre esta tripartição clássica é respeitada nos monumentos bragançanos.

Na região, surge um tipo de altar, geralmente de pequena dimensão, que é caracterizado pela simplificação dos elementos que o definem (n.ºs 5, 8, 9, 42 e 62): nenhum dos exemplares conserva evidência clara da base e os capitéis surgem esboçados, sem molduração propriamente dita ou com molduras muito simples, sem *fastigium* e com toros pouco autonomizados relativamente à cornija, quando não ausentes, e com um *foculus*, circular ou oval, em relevo.

Estes altares marcam um empobrecimento do modelo clássico e, segundo P. Le Roux e A. Tranoy (1973, p. 209, n. 1), devem ter-se expandido pelo Noroeste peninsular sobretudo nos séculos II e III, ainda que eventualmente alguns possam ser mais antigos.

O altar de Varge (n.º 109), actualmente anepígrafo, apresenta-se mais elaborado: a base e o capitel estão bem realçados por meio de molduração extensa e os *puluilli*, destacados, enquadram um tímido esboço de frontão, delineado por duas molduras simétricas compostas por toro e escócia, que dispensa fóculo.

As aras de Babe (n.º 6) e de Malta (n.º 2), a primeira de granito e a segunda de mármore, mostram-se igualmente mais evoluídas: embora em ambas não seja possível uma descrição segura dos capitéis, devido ao seu estado de conservação, verifica-se possuírem fóculo, e que estes e as bases se destacam claramente do fuste, ao qual estão ligados por meio de molduração que, nos dois casos, é divergente entre o capitel e a base.

Os dois altares marmóreos de Castro de Avelãs (n.ºs 3 e 75) são, talvez, os que mais se aproximam de um tipo clássico, apesar da singeleza da sua molduração. A base, bastante simples, une-se ao fuste por meio de um toro, e esta mesma fórmula repete-se na união entre o fuste e o capitel; este, desprovido de fóculo, tem uma larga cornija encimada por dois *puluilli* enquadrando um frontão triangular. Tanto os *puluilli* como a cornija surgem decorados: os primeiros por rodas de raios curvos e esta por ramos de teixo estilizados. Apesar da sua estrutura idêntica, diferenciam-se, claramente, quanto ao tamanho e ao acabamento, e também quanto à função. O mais pequeno (n.º 3) cumpre funções votivas, estando trabalhado nas quatro faces, e o outro (n.º 75), bastante mais monumental e sem trabalho de molduração na face posterior, é funerário. Como vimos, têm relação, quanto à sua morfologia e iconografia, com os altares de Saldanha e Granja de Gregos, mas também com um altar de Astorga, dedicado a *Mars Gradivus* (Diego, 1986, p. 29-30). Deste conjunto de altares, o de Astorga e o de Saldanha são os que permitem uma datação mais segura: o primeiro foi oferecido por *L. Didius Marinus, procurator Augustorum*, certamente no período em que Caracala e Geta estiveram associados no governo depois da morte de Septímio Severo (Diego, 1986, p. 30), e o segundo corresponde ao epitáfio de um veterano da *Legio VII Gemina Pia Felix*, não podendo ser datado com anterioridade ao governo deste último imperador, durante o qual

esta legião recebe o epíteto de Pia (Le Roux, 1982, p. 228; Mourinho, 1987, p. 126). Para a datação das restantes, pouco mais temos que a paleografia, a qual não desaconselha uma cronologia balizável entre a segunda metade do século II e a primeira do III.

Em nenhum dos altares o campo epigráfico surge especialmente delimitado, sendo a inscrição gravada directamente na face anterior do fuste; na ara de Babe (n.º 6) acontece que a inscrição se encontra duplicada e ocupa duas faces opostas, a anterior e a posterior. Quando não ocupa por completo toda a altura do fuste, o texto surge logo na sua parte superior.

Alguns dos altares destinavam-se a ficar enterrados, ou a encaixar em qualquer outro elemento, porque a parte inferior da base permaneceu em bruto ou apenas foi rudemente afeiçoada (n.ºs 3, 4 e 109).

Nem sempre as quatro faces dos monumentos se apresentam trabalhadas. Sendo esta situação a mais frequente nas árulas (n.ºs 5, 8 e 62), também surge em altares mais elaborados, como no n.º 75, de Castro de Avelãs, ou no n.º 109, de Varge.

Apesar de a ara de Cova de Lua dedicada a *Bandua* (n.º 4) se encontrar desaparecida, não queremos deixar de referir o desenho que dela fez J. Cardoso Borges (1721-1724, fl. 71), sobretudo porque a sua fraca expressividade deixa no ar a possibilidade de esta ara, com a base em forma de quilha, certamente destinada a ser encaixada num outro elemento, ter sido provida de triplo fóculo, característica que apresentam muitos dos altares da região de Lugo (Arias, Le Roux e Tranoy, 1979, p. 114).

### 1.2.2. Os pedestais

Constituem bases destinadas a suportar algo, eventualmente um elemento escultórico, pelo que representam apenas o elemento estrutural de um conjunto (Bonneville, 1984, p. 134). Na epigrafia bragançana conhecem-se dois pedestais, ambos com função honorífica ou honorífico-religiosa, já que aceitamos interpretá-los como uma expressão local do culto imperial.

O pedestal de Grijó de Parada (n.º 11) pode definir-se como um paralelepípedo sem qualquer elemento decorativo ou de molduração, e com pequena concavidade estreita (10,5/3 cm) na parte superior, ocupando o texto uma das faces mais largas. Tratando-se de pedra não moldurada, mantemos sob interrogação a nossa classificação.

O de Gimonde (n.º 13) tem forma cúbica, dispondo de um orifício oval (18/14 cm) na face superior, destinado ao encaixe da obra que completaria o conjunto, e o texto ocupa toda a largura da face anterior, sendo cingido, superior e inferiormente, por dois sulcos que correm ao longo das quatro faces.

Ambos foram executados em granito. O segundo, pela fórmula que ostenta e pela paleografia, tem uma cronologia tardia, que colocamos já no século IV; o primeiro, porém, é bem mais antigo, tendo uma cronologia alto-imperial, do século I.

### 1.2.3. As estelas

Em termos formais, as estelas estudadas apresentam-se como blocos pouco espessos (cuja medida nunca é superior a 1/3 da largura), de secção rectangular, com orientação vertical, estruturalmente autónomos e com frontalidade total (cf. Bonneville, 1984, p. 136). O lado principal, o dianteiro, o que recebe a inscrição e é ornamentado, está, naturalmente, mais cuidado, ainda que os restantes também recebam frequentemente algum retoque, nomeadamente alisamento ou, em casos mais esporádicos, o chanfro das arestas posterior-

res (n.ºs 20, 27, 32, 40, 47, 57, 84, 88 e 101). Algumas vezes, é deixada na parte inferior uma banda mais larga e praticamente em bruto, com a finalidade de ser enterrada.

As técnicas utilizadas na execução dos diversos elementos decorativos são a escultura e a gravação. A maioria das estelas, sobretudo pela sua natureza granítica, apresenta relevos esculpidos, de uma forma geral planos, em que se destaca o motivo decorativo sobre um fundo plano rebaixado ou se lava a superfície lisa, mas também gravados, resultantes do rebaixe do motivo. A gravação permite o desenho de motivos sulcando a pedra com ferramenta apropriada, e, embora os mármore ou os calcários, pelas suas características de composição, se prestem melhor à utilização desta técnica, ela está também presente nas peças de granito (n.ºs 19, 21, 28, 32, 47, 56...) e de xisto (n.ºs 46 e 76), ainda que aí surja de forma menos delicada e sempre associada aos relevos esculpidos.

O remate superior das estelas é, invariavelmente, semicircular – à excepção de um bloco granítico sem ornamentação (n.º 25) e de um outro de talco igualmente desprovido de qualquer elemento decorativo (n.º 63), apenas um exemplar decorado apresenta seguramente um remate horizontal (n.º 123)<sup>5</sup> –, havendo quatro exemplos de cabeceiras duplas (n.ºs 24, 53, 76 e 125).

Quanto à sua estrutura decorativa, identificam-se, sob uma aparente homogeneidade transmitida pela repetição de certos motivos, algumas variantes que podem ser consubstanciáveis tipologicamente. Uma primeira grande divisão que poderemos estabelecer é entre as estelas de esquema bipartido e as de esquema tripartido. Os exemplares em que aparece um maior número de registos decorativos são excepcionais, não só pelo seu número como também pelas diferenças de estrutura decorativa.

A cabeceira, onde se acolhe um registo decorativo que designamos de superior, aparece quase sempre individualizada com uma iconografia que lhe é própria, na qual, ainda que com algumas variantes, a roda de raios curvos representa o motivo principal; minoritariamente, surgem em sua substituição a rosácea hexapétala ou o crescente (a que, na n.º 21, se associa o tridente). Estes motivos centrais podem surgir dentro de campos ultrasemicirculares, rebaixados e delimitados pelo rebordo externo da estela, ou aparecer isolados. Nas estelas lavradas em mármore, filiáveis no designado *tipo “Picote”* (Tranoy, 1981, p. 349-350)<sup>6</sup>, cujo centro principal de produção se situaria no Planalto de Miranda, a roda surge delineada sobre uma peanha, daí que, recentemente, se tenha proposto designar este grupo de estelas com idênticas características técnicas e iconográficas como *estelas da roda sobre peanha em brecha de Santo Adrião* (Navarro, 1998, p. 179).

As rodas têm um número variável de raios (de 3 a 15), sendo mais frequentes as compostas por seis, seguidas pelas de doze; a sua orientação pode ser sinistrorsa ou dextrorsa, sem que haja critério aparente e sem que uma tenha preponderância sobre a outra. Nas estelas duplas, verifica-se que ambas as rodas podem, ou não, divergir quanto a estes aspectos: se na n.º 53 têm o mesmo número de raios e igual orientação, já na n.º 76 diferem quanto à orientação, e na n.º 24 quanto ao número de raios. O desenho dos raios pode assumir pequenas variações de exemplar para exemplar e no centro de algumas pode apreciar-se um pequeno orifício, aparentemente o ponto utilizado para a execução do seu traçado perimétrico.

Associam-se muitas vezes a estes motivos outros elementos iconográficos, de entre os quais os esquadros, sempre em número par, são os mais frequentes, ainda que não exclusivos deste registo.

O sector central da estela é reservado ao campo epigráfico, quase sempre rebaixado e com formatos que passam pelo rectangular, quadrangular, cruciforme e subcruciforme. Sob estas duas últimas designações, incluímos os campos que resultam da representação de um esquema arquitectónico: o cruciforme<sup>7</sup> deriva da delimitação das margens por pares de colu-

nas ou pilastras, como foi sugerido por J. A. Abásolo e R. García (1990, p. 547); o que designamos de subcruciforme deve-se à simplificação deste esquema pela não representação das bases desses elementos. Os campos cruciformes são habituais nas estelas marmóreas do designado *tipo "Picote"* (cf. Navarro, 1998, p. 176-177), mas também têm na região de Bragança dois testemunhos executados sobre suportes de granito (n.ºs 29 e 95), em que essa esquematização de uma tosca ordem arquitectónica se realça pelo rebaixe do rebordo da própria estela. A filiação dos campos que designamos de subcruciformes neste tipo de esquema intui-se na estela de *Magilo Cili f.* (n.º 65) pelo seu rebordo rebaixado, mas é mais conclusiva na estela dupla de *Procula/-us Albuci e Ata* (n.º 76). Nas estelas n.ºs 14 e 36, o campo epigráfico é claramente delimitado por duas colunas com capitel estilizado realçadas pelo rebaixamento dos rebordos da estela e do próprio campo epigráfico. Em alguns casos de campos quadriláteros, também este esquema aparece indiciado pela mesma particularidade do rebordo da estela, ainda que, desta feita, mais simplificado pela ausência de representação das bases e capitéis, como se observa nas estelas n.ºs 21, 59, 84 e 92, ou na n.º 48, na qual o formato do campo se inspira numa *tabula aenea*.

Nas estelas de composição tripartida aparece, abaixo do campo epigráfico, um outro registo decorativo frequentemente relacionado com a representação de arcarias (de 2 a 4 arcos), mais ou menos estilizadas, mais ou menos "transformadas", às vezes por via degenerativa.

O exemplo da estela de *Flaus Festi f.* (n.º 56), em que se representa apenas um arco de volta inteira, é único, estendendo-se a originalidade à própria decoração insculturada, marcada pelo geometrismo das representações. Aliás, também a representação de simples arcos de volta inteira é rara, contando com apenas mais um testemunho, presente na estela de *Alia Liberta* (n.º 18).

De uma forma geral, esta decoração arquitectónica surge marcada pela presença de capitéis ou de impostas sobre os quais se estruturam os arcos com configuração invariavelmente ultrapassada. A ausência de arcos em ferradura na arquitectura clássica leva-nos a pensar que, provavelmente, estas representações devem mascarar arcos de volta perfeita transformados por razões técnico-estilísticas – por exemplo, eventualmente relacionadas com o uso do compasso (*circinus*) (cf. n.º 29) – em que se deformam os capitéis ou impostas ou se peraltam os arcos. Neste mesmo sentido, já se haviam pronunciado Abásolo e García (1990, p. 547), sugerindo a hipótese de a forma em ferradura de alguns arcos das estelas zamoranas poder encobrir arcos de volta perfeita alterados por determinadas representações formais de capitéis ou impostas. Em alguns exemplares, sobretudo integráveis no designado *tipo "Picote"*, entre os quais a estela de *Calpurnius Reburinus* (n.º 39), esta decoração arquitectónica converte-se numa série de bandas verticais cuja decoração interna lhes confere o aspecto de espadas ou bainhas de espada ao alto. É provável, como supõem alguns autores (Tranoy, 1981, p. 349, n. 271; Abásolo e García, 1990, p. 548), que estes casos correspondam a uma modificação de um esquema de representação arquitectónica original, em que a forma de "empunhadura de espada" pode derivar de uma representação peraltada do arco. Noutros casos, essas representações arquitectónicas parecem ter degenerado para formas ainda mais longínquas de um esquema arquitectónico primitivo, aparecendo como se de palmatórias se tratassem (n.ºs 28, 78?, 92 e 105).

A cópia de um modelo, ou a repetição frequente de um mesmo motivo decorativo, pode conduzir, muitas vezes, a alterações, evolutivas ou não, levando determinado motivo a modificar-se bastante relativamente ao seu aspecto primitivo, a contaminar-se, até, por vezes, chegar a ser difícil interpretar a sua forma e significado. Percepcionando a possibilidade de transformação dos esquemas e motivos decorativos, e tomando consciência da ruralidade do

ambiente do qual brotaram estas produções epigráficas, certamente sob os recém-adquiridos gostos de notáveis locais endinheirados e receptivos aos estímulos romanizadores, talvez se percebam melhor estas variações iconográficas, que são o resultado de uma dinâmica produtiva local. Uma estela de León, na qual se conjuga a sobriedade de um esquema clássico com uma roda de raios curvos, representando já em si uma evolução de um modelo original que poderia encontrar-se em Mérida (Abásolo e Marco, 1995, p. 332 e est. IX, 1), pode a este propósito ser invocada como uma possível fonte de inspiração para algumas oficinas; ainda a título de exemplo, há outras estelas leonesas (Diego, 1986, est. CVIII, CXXXV, CXLVIII) que oferecem interessantes modelos para a decoração em arcaria de algumas das estelas bragançanas. Há, aqui, o reflexo de um processo de aculturação materializado numa síntese de elementos de origens diversas – indígenas ou trazidos pela presença romana – realizada pelos artistas locais (cf. Abásolo e Marco, 1995, p. 332); nesta perspectiva, a linguagem artística e as técnicas a que o artesão indígena estaria habituado podem tê-lo levado a uma interpretação muito própria dos modelos iconográficos mais clássicos, muitas vezes, quiçá, sem que percebesse o que poderiam significar (Arias, 1992, p. 121).

Voltando ao registo decorativo inferior, nas arcarias, teremos, certamente, de nos abstrair do plano rebaixado e valorizar os elementos que sobressaem, pois, neste jogo de planos, a coluna (ou a pilastra), que se apresenta em relevo, parece predominar sobre o arco (cf. estela n.º 95, por exemplo).

Referência especial, merece, sem dúvida, uma estela anepígrafa *sui generis* (n.º 110), aparecida no Arrabalde de Gimonde. A sua particularidade reside no facto de não possuir campo epigráfico, sobretudo, quando se esperava que ele viesse delimitado entre a cabeceira, individualizada e ornada por roda de raios curvos, e o registo decorativo inferior, composto por representação de arcaria. O monumento está completo e destinava-se a assinalar um enterramento, como nos comunica a sua linguagem icónica, já que a escrita foi deliberadamente dispensada. Seria interessante explicar esta solução por razões, antes de mais, económicas, já que não está onerada pela gravação do epitáfio, mas, na realidade, sem outros testemunhos, teremos que nos contentar com o assinalar do facto, não sendo de excluir outras causas de índole sociocultural.

Perante este panorama, quisemos ensaiar a elaboração de uma tipologia das estelas de cabeceira semicircular da região, um pouco na esteira do trabalho que está a ser dirigido por J. A. Abásolo acerca das escolas epigráficas do vale do Douro (cf. Abásolo e García, 1990). À partida, este intento terá de excluir as estelas cujo grau de fragmentação não torna possível a avaliação da sua estrutura completa, já que o critério morfológico é primordial para esta classificação: a divisão em dois, três ou quatro registos é assumida como critério fundamental, a par da forma do próprio campo epigráfico e da ornamentação dos diversos registos. Os critérios de índole epigráfica, quando claros, podem servir de precisão ao anterior. Assim, deixámos fora de qualquer grupo um conjunto ainda extenso de peças epigrafadas (n.ºs 22, 23, 26, 30, 31, 40, 47, 50, 57, 58, 64, 72, 74, 81, 82, 91, 96, 100, 101, 102, 106 e 107), que, se integradas, poderiam eventualmente lançar uma luz diferente sobre este ensaio metodológico.

Distinguimos 10 grupos tipológicos (Est. XXXVII), ainda que três deles resultem de casos únicos.

## I.

Grupo caracterizado por uma estrutura decorativa bipartida em que a cabeceira se mostra ornada por roda de raios curvos, dentro de campo semicircular ou de forma isolada, e o campo epigráfico, vertical, entre colunas. O subgrupo Ia, em que incluímos a estela de *Acca Metelli serua* (n.º 14) e, verosimelentemente, a da liberta de *Aebutius*

(n.º 36) – atendendo a uma surpreendente proximidade decorativa com a primeira, ressaltada pelo desenho que dela foi efectuado no início do século XVIII –, pode representar maior antiguidade que deve ser levada ao início do século II, senão um pouco antes; o subgrupo Ib, representado pela estela de *Pinto Talau* (n.º 69), sugere uma variante menos culta e de execução menos cuidada, faltando, porém, bons argumentos cronológicos acerca desta peça, hipoteticamente mais tardia.

Este esquema decorativo está bem presente nas estelas zamoranas – grupo I de Abásolo e García (1990, p. 548-549) – que têm como protótipo uma estela em que a rosácea substitui a habitual roda de raios curvos no interior de campo ultra-semicircular. Em Astorga, há um conjunto de estelas de militares, datadas do século I, com uma decoração similar, consistente na estilização arquitectónica e na presença de uma rosácea hexapétala, inserta em círculo e associada a motivos angulosos, na cabeceira semicircular (Abásolo e Marco, 1995, p. 337-338, n. 64). Seguindo esta evidência, M. Navarro Caballero (1998, p. 177) vai mais longe, considerando que o motivo da roda de raios curvos, claramente hispânico, pode derivar destas rosáceas, resultando esta evolução de um tratamento realizado pelos artistas locais, *junto con posibles pero indefinidos elementos ideológicos indígenas*<sup>8</sup>. As referidas estelas de militares podem ser um bom modelo para este grupo tipológico.

## II.

Grupo definido por duas estelas com um esquema igualmente bipartido em que a cabeceira está decorada por rosácea (IIa) ou por roda de raios curvos (IIb), insertas em círculo e associadas a esquadros, e o campo epigráfico, rebaixado, é rectangular e marcado pela sua verticalidade acentuada. Apesar de manusearmos cronologias pouco seguras, o exemplar com rosácea (n.º 88) parece ser o mais antigo, podendo a sua datação ser, eventualmente, levada ao século I, enquanto que ao outro (n.º 33) convirá uma cronologia mais recente, que poderá alcançar o início da terceira centúria. Ambos os exemplares procedem da área de Macedo de Cavaleiros.

## III.

Integra um conjunto de estelas que têm em comum, tal como as dos grupos anteriores, um esquema decorativo bipartido, em que o campo epigráfico assume proporções mais contidas, associadas a um formato quadrangular ou relativamente próximo.

A maioria apresenta na cabeceira simplesmente uma roda de raios curvos (IIIa), a que se podem associar esquadros, como exemplarmente mostram as estelas de *Aemilius Flauus* (n.º 15) e de *Pintouius Clouti* (n.º 70); mas noutras, como nas estelas de *Alaus [...]i* (n.º 16) e *Carito Licini f.* (n.º 41), o motivo central surge dentro de campo delimitado pelo rebordo da estela (IIIb). Pode relacionar-se com este grupo a estela de *Pintouius Proc(uli?)* (n.º 71) que individualizámos por o motivo da cabeceira ser um crescente e por o campo epigráfico ter uma reentrância no lado inferior (IIIc); em outros exemplos, o espaço epigráfico é realçado pelo rebaixe do rebordo da estela, simulando um singelo esquema arquitectónico em que o campo parece ladeado por fustes, podendo a cabeceira não estar (IIId), como se vê na estela de *Tritia Abini f.* (n.º 84), ou, ao invés, estar (IIIe), como mostra a de *Docinia Triti* (n.º 48), marcada por campo rebaixado, que no caso excepcional da estela de *Arauus Aronis f.* (n.º 21) é circular e acolhe uma representação incisa de tridente sobre crescente. Constitui um dos grupos mais numerosos, havendo a salientar o facto de em nenhum dos epitáfios aparecer a invocação aos deuses Manes e de, com frequência, ser utilizada a abreviatura *F(ilia/-us)*; faltam, porém, outros argumentos para situar com precisão cronológica este grupo.

#### IV.

Apresenta uma estrutura decorativa tripartida, tendo como característica mais marcante o formato subcruiforme do campo epigráfico; de um modo geral, a cabeceira tem roda de raios curvos dentro de campo ultra-semicircular rebaixado e o registo decorativo inferior é composto por representação de arcaria de dois a três arcos ultrapassados (IVa) - um modelo para este grupo está bem patente na estela de *Marcus Gracilis* (n.º 66). Contudo, surgem também algumas variantes, quer pela cabeceira, quer pelo registo inferior: na estela de *Alia Liberta* (n.º 18), os arcos não se representam ultrapassados (IVb), e na estela dupla de *Procul(a/-us) Albuci* e *Ata* (n.º 76), a cabeceira não tem campo rebaixado e a roda de raios curvos surge associada a uma representação de torques (IVc). Apesar de incompletas, associámos a este grupo, devido à forma dos campos epigráficos, a estela de *Burrilius* (n.º 37), na qual a roda de raios curvos é substituída por crescente enquadrado por três estrelas dispostas em triângulo, a de *Masius Doci* (n.º 67) e a de *Magilo Cili f.* (n.º 65). Esta, ao apresentar o rebordo rebaixado de cada um dos lados do campo epigráfico, indicia que o formato subcruiforme está a reflectir um esquema arquitectónico, como melhor se afigura na estela dupla a que anteriormente se aludiu.

As rodas são constituídas por seis ou doze raios que, à excepção da roda do lado direito da estela n.º 76, apresentam uma orientação sinistrorsa.

Mais de metade dos epitáfios gravados sobre estas estelas está encabeçada pela invocação aos deuses Manes (colocada na parte estreita do campo), indiciando a sua presença uma cronologia não anterior ao século II; dois outros apresentam semelhanças paleográficas claras com estes, pelo que não podendo, com segurança, balizar cronologicamente o grupo, sugerimos como plausível uma cronologia ampla à escala do século II e da primeira metade do seguinte.

#### V.

Grupo estabelecido a partir das estelas de *Aurelius Talavi f.* (n.º 29) e da de um(a) filho(a) de *Ambatus* (n.º 95), aparecidas em Bragança e em Vila Nova, respectivamente. O esquema decorativo difere do anterior pelo facto de o campo epigráfico surgir com formato cruciforme e de o rebordo da estela ser rebaixado, reforçando a ideia de composição arquitectónica ao nível deste painel e do registo decorativo inferior. Apenas a primeira pode oferecer uma cronologia mais rigorosa, que colocamos na primeira metade do século III.

#### VI.

Incluem-se neste grupo as estelas com esquema decorativo tripartido em que o campo epigráfico surge com um formato quadrilateral, predominantemente rectangular, a cabeceira sem qualquer rebaixe que a individualize e o registo inferior com representação de arcos (VIa). À excepção da estela de *Flaus Festi f.* (n.º 56) – que também pela sua decoração incisa se revela original –, em que o registo inferior se resume à representação de um arco de volta inteira (VIb), nos restantes exemplares a representação dos arcos surge bastante degenerada, em forma de palmatória. A estela de *Cornelius Mabuci* (n.º 46), apesar de diferente em questões de pormenor, como sejam a forma dos arcos do registo inferior ou a horizontalidade do campo epigráfico, deve constituir uma variação (VIc) a este grupo tipológico. Apenas o epitáfio de *Aurelius Decuminus* (n.º 28) tem uma datação mais precisa, atribuível ao século III; de uma forma geral, atribuímos às estelas integráveis neste grupo cronologias amplas, balizadas entre este século e o anterior.

## VII.

Corresponde a um conjunto muito peculiar de cinco estelas (n.ºs 39, 53, 73, 79 e 86) de mármore de Santo Adrião filiadas no designado *tipo "Picote"*; recentemente, M. Navarro Caballero (1998) ensaiou uma classificação tipológico-cronológica destes monumentos, pelo que, no respeitante a estes aspectos, preferencialmente remetemos para esse trabalho. A estela de *Vironus Caeleni* (n.º 86) pode integrar-se no grupo I (oficina D) desta autora (VIIa). As outras (VIIb) correspondem ao seu grupo II: a estela do militar de Babe, *Calpurnius Reburrius*, (n.º 39) é integrada na oficina B, mas as restantes, que, tal como a de *Vironus*, procedem de Nogueira e não foram por ela consideradas, não cabem em nenhum dos seus subgrupos. Estas três estelas aproximam-se entre si formal, iconográfica e paleograficamente, pelo que julgamos terem a mesma origem; apresentam um esquema decorativo bipartido, em que se destaca o formato delgado das peanhas de suporte das rodas de raios curvos, em repouso sobre os campos epigráficos cruciformes, e a molduragem do conjunto por semicírculo e por dois esquadros com círculo nos ângulos internos, em cima e de cada um dos lados, respectivamente, excepto na estela de *Quadratus Proculi* (n.º 79), em que estes elementos formam um todo.

## VIII.

Este grupo resulta de um exemplar único (n.º 80) que se caracteriza pela presença de uma representação humana na cabeceira, dentro de campo ultra-semicircular rebaixado. Corresponde a um tipo de estelas que no Noroeste peninsular se relaciona, intimamente, com o meio rural, resultando do desejo de representar no monumento o(s) defunto(s) (Tranoy, 1981, p. 352-353). Nesta estela, suporte do epitáfio do jovem *Reburrius Reburri*, a representação humana, combinando o relevo e a incisão, assume grande esquematismo *naïf*, um resultado que deve ser apontado à criatividade indígena. Faltam elementos cronológicos para datar com segurança o monumento.

## IX.

Considerado em função da estela de *Iumuria Turai f.* (n.º 60) que apresenta um esquema decorativo quadripartido: cabeceira ornamentada por rosácea hexapétala, subjazendo-lhe três campos rectangulares rebaixados, os dois mediais ocupados pela inscrição e o inferior por representação zoomórfica aviforme. Atribuímos-lhe uma cronologia recuada, anterior ao século II.

## X.

Também definido em função de um *unicum*, a estela de *Laboena Cilurni* (n.º 61), proveniente de Pinhovel. Como a anterior, apresenta quatro registos, salientando-se o facto de a roda de raios curvos não ocupar o superior, mas um campo quadrangular intermédio, sobreposto a um outro com representação zoomórfica, e de a inscrição ter sido relegada para a parte inferior do conjunto. Faltam dados cronológicos precisos para datação da epígrafe.

Apesar de o motivo decorativo principal da cabeceira não ser unanimemente a roda de raios curvos, na verdade, é esta que mais, e melhor, caracteriza as estelas da região bragançana. Sendo motivo frequente nas estelas do Noroeste peninsular, tem, no nosso caso, relação mais estreita com um grupo de estelas mais amplo que se estende pelas províncias espanholas de Zamora e Salamanca (Abásolo e García, 1990, p. 550).

Dos grupos estabelecidos, o mais frequente é, sem dúvida, o III, seguindo-se-lhe os grupos IV, VI e VII, nos quais melhor se podem observar os seus caracteres específicos; os restantes (I, II, V, VII, IX, X) praticamente não têm mais do que o exemplar que o encabeça ou caracteriza.

O grupo IV, como se viu, ostenta uma estrutura tripartida em que a forma do campo epigráfico surge como característica mais marcante. Julgamos que estas estelas devem corresponder a um mesmo ambiente de produção, podendo, inclusive, ter saído de um único centro produtor. A projecção cartográfica destas estelas revela uma concentração preferencial na depressão de Bragança (n.ºs 20, 37, 65, 66, 67 e 77), a que apenas escapam uma estela de Quintela de Lampaças (n.º 27) e outra de Grijó de Parada (n.º 76). Formal, estilística e geograficamente parecem formar um conjunto com certa homogeneidade; paleograficamente, é evidente certa proximidade entre as estelas n.ºs 18, 20, 27, 65, 66 e 76, mas o facto de as restantes parecerem, neste aspecto, mais distantes não deve ser inibitório de as considerar saídas do mesmo centro produtor, atendendo, sobretudo, aos já aludidos condicionalismos impostos pela natureza dos suportes e à não obrigatoriedade de terem sido realizadas pela mesma mão. A estrutura dos textos, não diferindo da habitual na região, tem a particularidade de em alguns deles ser enriquecida pela *adprecatio* aos Manes (n.ºs 20, 27, 66 e 76) e/ou pela fórmula final *S(it) T(ibi) T(erra) L(euis)* (n.ºs 18, 20, 66 e 76a), hábitos pouco frequentes, como veremos; o nome do defunto só por uma vez surge em nominativo, empregando-se nas restantes dativo. Reconhecem-se, desta forma, os contornos de uma *officina* localizada na área de Bragança, eventualmente em relação com Castro de Avelãs, responsável pela produção destas peças<sup>9</sup>. Consideramos que as estelas que em questões de pormenor ligeiramente se diferenciam saíram da mesma oficina; ainda assim, quando alguns elementos iconográficos se alteram ou se acrescentam, como, por exemplo, a presença dos esquadros e do crescente na n.º 37 ou de um círculo no registo inferior da n.º 27, estamos perante variações a um modelo ou esquema que, no essencial, é respeitado e se repete, hipoteticamente explicáveis por diversas razões, entre as quais os gostos da própria clientela. A estela dupla de Grijó de Parada constitui, claramente, um *unicum*, certamente também explicável pela distinta natureza do material (xisto) em que é trabalhada, que não permite as mesmas soluções técnicas aplicadas ao granito, mas em comunhão paleográfica com a maioria das restantes. Pela análise onomástica, verificamos que a *clientela* desta *officina* é, sobretudo, constituída por população indígena sem estatuto privilegiado; permanecem dúvidas quanto ao estatuto de dois dos defuntos, *Arator* e *Alia Liberta*, não sendo de menosprezar as hipóteses, antes avançadas, de se tratar de um escravo e de uma liberta.

Nos grupos III e VI, não se torna clarividente este *ar de família* que caracteriza o IV. O elemento unificador destes grupos é, basicamente, a estrutura do esquema decorativo, bipartido no primeiro e tripartido no segundo; no entanto, para além desta comunhão formal, as peças que os enquadram acabam por se impor por uma estilística própria, patenteada em pequenas diferenças entre os vários elementos comuns e em pormenores, de que não transparece uma imagem de inteira homogeneidade. As epígrafes de cada um deles podem ser imputadas a um mesmo horizonte epigráfico, pois nelas é possível reconhecer uma tendência técnico-estilística, sem que, porém, se chegue a identificar o(s) centro(s) produtor(es) que lhes subjaz(em).

O conjunto de estelas de mármore de Santo Adrião que constitui o grupo VII pode, como se disse, relacionar-se com os centros produtores do Planalto Mirandês, fazendo prova da existência de um comércio de produtos lapidários à escala regional, que já tinha sido sugerido a propósito das aras marmóreas de Castro de Avelãs.

Avaliando, no entanto, a distribuição geográfica das estelas do designado *tipo "Picote"* (cf. Navarro, 1998), verifica-se que o rio Sabor constitui claramente uma fronteira à sua dispersão ocidental, que só é ultrapassada pelos quatro exemplares de Nogueira. Parece-nos um indício de que há entre a região de Bragança e o Planalto Mirandês/Aliste esferas de produção distintas, ainda que estilisticamente afins. Não estamos em condições de avaliar qual o grau de inter-relacionamento dos modelos decorativos das duas áreas, mas dele temos provas, com vantagem para as produções do Planalto, por exemplo ao nível da integração de iconografia animal de raiz indígena que é comum nas estelas do *tipo "Picote"* (Tranoy, 1981, p. 349-350; Navarro, 1998, p. 177; García, 2000) e que, certamente, por essa via acaba por se plasmar em três monumentos da região de Bragança, em que se representam um suídeo (n.º 97), um veado (n.º 76) e uma fêmea de cervídeo (n.º 61). A representação aviforme da estela de *Iumuria Turai f.* (n.º 60), que dá corpo ao grupo IX, é caso único na região e pode, em nosso entender, ser posta em relação com a decoração funerária clássica, em que as aves pontuam como símbolo da alma do defunto (cf. Abásolo, Albertos e Elorza, 1975, p. 73) ou até da apoteose (Hatt, 1986, p. 407).

É, por outro lado, interessante verificar que as estelas do grupo V têm uma estrutura decorativa quase que decalcada das estelas do *tipo "Picote"*, distanciando-se delas pela ausência da peanha como suporte da roda de raios curvos. O próprio grupo IV parece representar uma adaptação simplificada, sobretudo ao nível do campo epigráfico, desta estrutura decorativa. É provável que, em boa parte, as estelas de *tipo "Picote"*, enquanto representantes de uma tendência mais "cultura", tenham servido de modelo inspirador às produções bragançanas, como defende abertamente A. Tranoy (1981, p. 350), e como podem sugerir os casos apontados; porém, porque não analisamos aqui o *corpus* da epigrafia mirandesa, ou de entre Douro e Sabor, cingimo-nos a estes reparos que se nos afiguram mais gritantes, certamente parcelares face à integralidade das duas realidades.

Verificamos também que o grupo I, caracterizado pela bipartição dos registos e pelo facto de o campo epigráfico surgir entre colunas, estando na região apenas representado por três epígrafes, uma das quais desaparecida, tem correspondência com a estrutura decorativa mais difundida no Ocidente da província de Zamora, que aí guarda relação com um importante centro produtor ligado a Villalcampo (Abásolo e García, 1990, p. 550-551).

Por último, não podemos deixar de reforçar a ideia relativa ao ecletismo de influências que caracteriza as estelas da região. Em termos morfológicos, J. A. Abásolo e F. Marco (1995, p. 330) entendem haver nas estelas da metade setentrional da Península uma grande dependência dos tipos e motivos itálicos ou clássicos, mas é, sobretudo, no campo iconográfico que se patenteiam os resultados do contacto cultural entre o elemento local e o alóctone, presentes em muitas das estelas da Meseta norte-ocidental e, também, da região de Bragança. Os *artesãos* indígenas, provavelmente habituados ao trabalho na madeira<sup>10</sup>, teriam sido os responsáveis pela simbiose artística em que se cruza uma interpretação da plástica romana com os próprios elementos de uma gramática decorativa indígena, que, para J. A. Abásolo e R. García (1990, p. 548), seria evidenciada pela *seriação de motivos aparentemente sem conexão ou no manifesto horror vacui tão característico deste tipo de monumentos*.

J. A. Abásolo e F. Marco (1995, p. 337) defendem que foram, sobretudo, as legiões e os *auxilia* os veículos dos novos modelos em que se descobrem influências alóctones. Cabe, à partida, incluir no rol das influências clássicas o esquema arquitectónico presente em alguns dos monumentos (Abásolo e Marco, 1995, p. 332). Pela mesma via, teriam chegado elementos de origem oriental, como os esquadros (Abásolo e Marco, 1995, p. 339-340).

Os motivos astrais – ainda que pareçam eivados de significado na ideologia religiosa indígena – também podem ter recebido influência dos modelos icónicos itálicos (Abásolo e Marco, 1995, p. 336; Navarro, 1998, p. 177).

Já indubitavelmente relacionadas com o substrato indígena parecem estar as representações vegetalistas de ramos de teixo (Abásolo e Marco, 1995, p. 337), de animais (Tranoy, 1981, p. 350) ou de torques (Abásolo e Marco, 1995, p. 337). Os resultados estão à vista em cada uma das peças esteleformes que constituem o catálogo.

#### 1.2.4. Outras formas

Referimo-nos a dois monumentos de carácter funerário e que não se incluem nas categorias anteriores. O suporte do epitáfio de *Boutius Talogi f.* (n.º 35) pode ser classificado como marco, já que a sua morfologia se aproxima de uma coluna troncocónica. A inscrição funerária encastoadada na fachada da igreja de Grijó de Parada (n.º 44) é de mais complexa classificação: se a sua frontalidade a aproxima da estela, a sua espessura, quase idêntica à largura, nega essa definição, pelo que, tratando-se de um paralelepípedo de direcção vertical do qual só podemos observar a sua face anterior e o fundo, optámos por o designar de cipo, apesar de este termo ter um significado pouco concreto (Bonneville, 1984, p. 128-129).

#### 1.2.5. Os miliários

Apresentam todos a forma ordinária cilíndrica e o texto gravado na parte superior da superfície arredondada. Alguns têm o diâmetro superior ligeiramente maior que o inferior, embora este facto não seja muito expressivo do ponto de vista morfológico. Abarcam um período cronológico compreendido entre o final do século I a.C. e o final do século III.

### 1.3. Os textos

---

Os monumentos que acabámos de caracterizar são o suporte da mensagem epigráfica. Passamos a analisar alguns aspectos que se prendem com a forma e o conteúdo dos textos que ostentam.

#### 1.3.1. Paginação

A paginação corresponde ao desenho prévio sobre a pedra do texto que o cliente quer ver gravado, já de acordo com os usos próprios do trabalho epigráfico. Não se resumia, porém, ao desenho das letras, mas também passava pelo traçado prévio de linhas auxiliares horizontais e, mais raramente, verticais. O texto era, em geral, fornecido pelo cliente e, depois de paginado, seria então gravado. Este era, pelo menos, o procedimento normal nas oficinas mais *cultas* ou mais especializadas, podendo não ser seguido integralmente, como veremos<sup>11</sup>.

A área epigrafada nem sempre aparece delimitada: se nas estelas a sua formalização é a regra, nas aras, pedestais e miliários a situação é diferente. Uma das faces do fuste de uma ara ou de um pedestal impõe-se de forma natural como campo epigráfico, e em nenhum dos exemplos bragançanos se recorre a uma molduração especial para realçar essa função<sup>12</sup>, mas nas estelas, atendendo a que na mesma face se associam diferentes linguagens – a iconográfica e a escrita –, surge a necessidade de individualização do epitáfio mediante a deli-

mitação de um campo (epigráfico) que acaba por participar no esquema decorativo do monumento. Nas estelas de mármore surge maioritariamente delimitado mediante linha incisa (n.ºs 39, 53, 73 e 79), nas restantes é obtido por rebaixe. Muitas vezes a execução é pouco cuidada, como demonstram alguns casos em que é nítida a falta de esquadria (n.ºs 41 ou 64, por exemplo).

A *ordinatio* está frequentemente ausente ou é apenas esboçada por um alinhamento à esquerda, à esquerda e à direita simultaneamente, ou, mais raramente, segundo um eixo de simetria. Por vezes, o texto a gravar é demasiado extenso para o espaço disponível, obrigando a ampliações (n.º 61), a que se juntassem dois campos (n.º 60) ou se gravasse parte no exterior da cartela, seja lateralmente (n.º 41) ou na parte inferior (n.ºs 21, 72 e 84), mesmo que por entre os elementos iconográficos de um registo decorativo (n.º 46).

Numa ara consagrada a Júpiter (n.º 6), gravou-se em duas faces opostas o mesmo texto votivo, que, aceitando-se a contemporaneidade de ambas as incisões, cremos com o objetivo simples de possibilitar a sua leitura a partir de dois lados<sup>13</sup>.

O uso de linhas auxiliares é por cinco vezes claramente apreciado (n.ºs 8, 79, 86, 96, 106), embora se possa intuir, pela qualidade de algumas paginações, que elas tenham existido noutros (poucos) casos, ainda que eventualmente não incisas, como nos exemplos que nos chegaram (n.ºs 42, 52...). São usadas linhas simples, verificando-se que por vezes as letras ocupam toda a altura dos espaços que elas definem (n.ºs 8, 79, 86), adensando o texto pela anulação dos espaços interlineares. Na epígrafe n.º 79, além de linhas horizontais, observam-se duas linhas verticais, ainda que o seu traçado pouco tenha adiantado à paginação; na n.º 96, foi traçada uma linha fora do campo epigráfico para dar continuidade à inscrição. Julgamos que nas inscrições n.ºs 8 e 106 foram assumidas as linhas de pauta como efeito estético, já que parece evidente uma vontade de as fazer ressaltar por entre o texto; no primeiro caso, atendendo a que a inscrição é em granito, mais evidente se torna tal propósito, pois sobre este material esse resultado teve de ser voluntariamente procurado, o que pode não acontecer no caso dos materiais menos duros, como o talco, suporte da segunda inscrição. Em muitos casos, porém, deve ter sido dispensada a utilização destas guias, como facilmente se apercebe nas muitas inscrições em que as diversas linhas perdem a horizontalidade ou os espaços interlineares não são minimamente respeitados.

### 1.3.2. A paleografia

A escrita das epígrafes da região de Bragança está indelevelmente condicionada pela natureza dos suportes, na maioria dos casos, graníticos. Se, de uma forma geral, os argumentos paleográficos não merecem excessivo crédito enquanto critério de datação (López, 1993, p. 36), no caso vertente não podem, efectivamente, ser de grande auxílio face à tirania imposta pela pedra, impossibilitando gravações cuidadas e elegantes. Noções como as de ângulo de gravação, módulo ou retoque não fazem grande sentido face à realidade epigráfica da região de Bragança e de outras do Noroeste peninsular onde se verificam os mesmos condicionalismos (cf. Le Roux e Tranoy, 1973, p. 182-183); falar de *ductus* é, também, na esmagadora maioria dos casos, falar na extrema irregularidade do traçado dos caracteres numa mesma inscrição.

Relativamente ao carácter desta escrita, parece-nos aplicável a observação de J. M. Navascués (1963, p. 177), feita a propósito das inscrições funerárias de Salamanca, que considerava essa caligrafia uma imitação livre da monumental clássica; porém, para ele, o resultado final ficar-se-ia a dever ao facto de essa cópia ser feita *sin remilgos caligráficos* y

*mucho menos de dibujo, apartados por completo de las trabas del estilo y de los cánones de los talleres al uso*, não valorizando um aspecto que vimos ser primordial: a natureza dos suportes, que também ali é predominantemente granítica. Refere, ainda, que, como resultado, *no puede reducirse a modelos exactos y concretos* esta escrita.

Verificámos, como fica patente ao longo dos comentários paleográficos elaborados, que a maior parte dos textos apresenta letras alongadas – ou tendencialmente actuárias, se quisermos encetar uma aproximação à terminologia da monumental clássica –, em alguns casos com ressaibos de monumentais quadradas e, também, de formas cursivas. O uso de nexos está atestado em muitas inscrições, tal como o uso de letras maiores e mais pequenas, geralmente em função das necessidades de adaptação do texto ao espaço epigráfico, mas também, noutros casos, como característica paleográfica (cf. n.ºs 13, 44, 76). Numa única inscrição (n.º 20), verificámos a gravação de um S de forma invertida.

O uso de nexos representa, naturalmente, um expediente de economia de espaço e de trabalho do lapicida, surgindo na epigrafia como reflexo da escrita cursiva (Susini, 1982, p. 92). Os documentados são unicamente de duas letras, estando à cabeça o nexo AN, que em todos os casos é abreviatura de *annorum*; registam-se, ainda, os seguintes: AE, AL, AP, BI, DE, IB, ME, MV, NI, NT, TI, VB, VS e VT. Num caso, aparecem dois nexos consecutivos (n.º 81).

Comunga deste intento de economia o recurso às abreviaturas (*siglae* ou *notae*). As abreviaturas comumente usadas terão de ter significados mais ou menos conhecidos para que a sua decifração esteja acessível aos que lêem as epígrafes. As siglas surgem geralmente associadas aos formulários ou à indicação da filiação. As *notae*, obtidas por contracção, apenas se encontram nos textos oficiais dos miliários (n.ºs 127, 128, 129 e 130). A abreviatura de gentílios por meio de três ou quatro letras tem, porém, de ser entendida como uma tendência ou um hábito epigráfico, que se generaliza a partir de finais da segunda centúria (López, 1993, p. 37), como bem ilustra a ara que *Lucretius Valens* dedica a *Aernus* (n.º 2).

Atendendo a esta situação, poderá colocar-se em relação com este fenómeno a abreviatura de patronímicos associados à tradicional forma de identificação de *peregrini*? Os poucos exemplos em que isto efectivamente ocorre (n.ºs 24, 57, 71) não nos permitem tirar com clareza ilações cronológicas, mas consideramos que tal só seria possível com *cognomina* já suficientemente conhecidos, como é o caso de *Balaesus*, *Fronto* ou *Proculus*, presentes nos exemplos que referimos, não sendo de estranhar que, em alguns casos, pudesse ter sido estimulada pelo aparecimento da prática epigráfica de abreviar os *nomina*. Outras vezes, surgem também antropónimos – não só patronímicos – incompletos pela ausência da desinência final (n.ºs 76 e 82). Contrariamente ao exemplo da ara dedicada a *Aernus*, a principal razão desta prática pode residir na necessidade de poupança do espaço epigráfico, já que em todos os exemplos ele é integralmente preenchido.

Na separação de palavras, siglas ou abreviaturas podem aparecer pontos que, com maior ou menor perfeição, são redondos ou, se quisermos, de secção circular. Nem sempre ocupam o meio da linha, nem sempre têm a mesma dimensão, nem sempre a sua utilização se faz com regularidade dentro de um mesmo texto. A *hedera distinguens* apenas figura por duas vezes (n.ºs 42 e 56), em ambas separando as siglas da invocação aos Manes. Na inscrição n.º 56, verifica-se, numa das linhas, o uso simultâneo de pontos redondos e da *hedera*, no que considerámos a procura de um efeito estético: os pontos surgem a enquadrar as duas letras e a hera (que aí desempenha a verdadeira função de separação), mas na continuação acabam por não estar onde fariam falta, por exemplo na separação das iniciais da fórmula final; a função separadora da pontuação está na inscrição n.º 50 também ligada à necessidade de economia de espaço, forçada por uma deficiente paginação. Por duas

vezes surgem *litterae punctis separatae* (n.ºs 8 e 72) que nos parecem denotar uma perda do significado original da pontuação, sem que se nos afigure para elas explicação mais plausível do que considerá-las resultado de uma precipitação do lapicida<sup>14</sup>.

### 1.3.3. A estrutura dos textos e os formulários

A estrutura textual das epígrafes bragançanas caracteriza-se pela sua extrema simplicidade e concisão. Os epitáfios resumem-se, habitualmente, à identificação do defunto seguida da menção da idade, podendo, ou não, juntar-se os formulários próprios da epigrafia funerária. Numa dezena de inscrições (n.ºs 23, 44, 59, 61, 63, 67, 71, 76b, 82 e 84) aparece apenas a identificação do defunto, seguindo-se em alguns casos a referência ao(s) dedicante(s) (n.º 61, 63? e 84).

Merecem especial referência os epitáfios de *Calpurnius Reburinus* (n.º 39) e de *Cebala Gemini* (n.º 42) pela sua estrutura textual excepcional. O primeiro inicia-se com a invocação aos Manes, seguindo-se os *duo nomina* do defunto, em dativo, e a menção da sua qualidade de militar, rematando com fórmula final. No segundo, a fórmula DM e uma *hedera* abrem o texto, ao que se segue a identificação da defunta pelo seu nome, em dativo, e patronímico, seguida da indicação do nome do avô e da menção da dedicante, a avó. Em ambos é notória a elipse da menção da idade com finalidades honoríficas evidentes, mas distintas: enquanto num se pretende reforçar o carácter de homenagem, que ultrapassa a dimensão funerária propriamente dita, trazendo à colação a folha de serviço militar do defunto, certamente enterrado entre os seus, no outro, parece-nos verosímil a intenção de uma avó em associar à homenagem fúnebre da neta o nome do próprio marido, certamente já falecido.

Os dedicantes das inscrições, de forma geral, não se identificam, mas quando isso acontece nem sempre fica clara a sua relação com o defunto. No epitáfio que acabámos de referir é a avó que zela pela memória da neta. Por duas vezes (n.ºs 61 e 87) sabemos que é o marido que dedica o monumento à falecida esposa, podendo, eventualmente, também ser esse o caso expresso na estela de *Tritia Abini f.* (n.º 84). Na estela da escrava *Acca* (n.º 14) é, provavelmente, o seu companheiro ou progenitor que se identifica como dedicante. Já o monumento funerário de *Albucius Capito* (n.º 17) parece ter sido pago com dinheiros públicos e, talvez, o de *Lucius Aullus* (n.º 63) tenha sido suportado pelos herdeiros.

Em nenhum dos epitáfios surgem superlativos que precisem laços de afectividade entre vivos e mortos.

Os formulários parecem usados sem regularidade. A *adprecatio* aos Manes<sup>15</sup>, sempre *D(is) M(anibus)* – à excepção de um caso duvidoso (n.º 81) em que se poderá ter grafado *DI(s) M(anibus)* –, encontramos-la em dezasseis epitáfios e só por seis vezes se lhe associa a fórmula final *S(it) T(ibi) T(erra) L(euis)* (n.ºs 39, 56, 66, 75 e 76a) – uma vez (n.º 20) sob a forma anómala *SI(t) T(ibi) T(erra) L(euis)* –, a qual se documenta em mais sete epígrafes (n.ºs 18, 35, 46, 97, 99, 100 e 102). *H(ic) S(ita)* utiliza-se na inscrição n.º 60, *F(aciendum) C(urauit)* aparece nos monumentos n.ºs 17 e 36 e, hipoteticamente, *M(onumentum) P(osuit)* poderá associar-se ao n.º 84, porém nenhuma destas fórmulas emparelha com *D(is) M(anibus)*.

Por três vezes (n.ºs 63, 71 e 82) o nome do defunto é, claramente, gravado em genitivo, sem que qualquer fórmula emoldure o epitáfio; aliás, à excepção do n.º 63 em que, provavelmente, e *a posteriori*, se gravou uma referência aos dedicantes, esses epitáfios cingem-se à identificação do defunto. O nominativo é mais usado, documentando-se dezena e meia de vezes, sem que também seja perceptível qualquer preferência pelo seu uso em função dos

formulários: só por duas vezes surge associado a fórmulas finais, num caso a *HS* (n.º 60) e noutro a *STTL* (n.º 35), e pelo dobro a seguir a *DM* (n.ºs 53b, 73, 79 e 81?). Curioso será salientar que os três casos indubitáveis em que o nominativo se associa à *adprecatio* correspondem a epitáfios que têm como suporte estelas do grupo VII, relacionadas com o centro produtor do Planalto de Miranda, e que em todos os epitáfios relacionados com a área de Macedo de Cavaleiros é utilizado este caso. Porém, na maioria das inscrições, o nome do defunto aparece em dativo, verificando-se que não é outro caso o utilizado quando se associam as fórmulas *DM* e *STTL*.

A utilização da fórmula *DM* reveste-se de capital importância, sobretudo quando escasseiam os indicadores cronológicos, porque a sua adopção constitui uma marca na escala do tempo. Tem vindo a considerar-se que o seu aparecimento na Península se dá por volta do fim do século I ou início do século II (González, 1986, p. 47, n. 52; López, 1993, p. 37), conjecturando-se, para a Meseta, a sua generalização com os primeiros Antoninos (Abascal, 1992, p. 335). A sua integração nos textos funerários do mundo romano parece relacionar-se com a necessidade de salvaguardar as tumbas da exploração de violadores, ladrões ou necromantes, imprecando, assim, a força dos Manes vingadores e nocivos (Encarnação, 1997b; Turcan, 1998, p. 217-218). O seu uso na epigrafia funerária bragançana, tal como o das restantes fórmulas, não foi, porém, sistemático, de que é sintomática a sua baixa ocorrência.

A menção da idade apenas excepcionalmente surge por meio das expressões *vixit annis* (n.º 97) ou simplesmente *annis* (n.ºs 19 e 58), a que se tem atribuído uma cronologia não anterior à segunda metade do século II (Alföldy, 1975, p. 475, 478-479; García, 1996a, p. 47).

Os textos votivos têm como estrutura ordinária a menção do teónimo no seu início, seguida da identificação do dedicante e da fórmula final. As duas únicas excepções aparecem na árula de Ousilhão (n.º 133), na qual o teónimo é antecedido pelo nome do dedicante, e numa árula de Cova de Lua (n.º 71), pela omissão do nome da divindade, registando-se apenas o nome do autor do voto e uma fórmula que denuncia o carácter votivo da peça.

As fórmulas são variadas e só *EX VOTO* se repete, em inscrições consagradas a *Aernus* (n.ºs 1 e 2) e a *Júpiter* (n.º 6); surge também seguido de *L(ibens) A(nimo) P(osuit)* numa outra epígrafe, actualmente desaparecida (n.º 7), dedicada a *Júpiter*. *V(otum) S(oluit) L(ibens) M(erito)* é a fórmula que finaliza o texto, lido no século XVIII, numa epígrafe endereçada a *Bandua* (n.º 4), enquanto que na árula que dá a conhecer *Laesus* (n.º 8) se utiliza *VO(tum) L(ibens) SOL(uit)*. *D(edit)* finalizaria, talvez, o texto de uma ara desaparecida que supomos votiva (n.º 10).

Uma particularidade interessante neste lote de epígrafes votivas é a utilização de fórmulas pouco habituais, sinal de um processo de aculturação já avançado, quer seja *V(otum) L(ibens) R(edidit uel etulit)* num altar sagrado a *Aernus* (n.º 3), *L(ibens) V(otum) V(ouit)* na árula de Cova de Lua em que se omitiu o teónimo (n.º 9), ou *VOTVM PROMISIT* em inscrição dirigida a *Júpiter* (n.º 5). Neste último caso, ressalta a sua intencional grafia por extenso, relembrando, inequivocamente, o compromisso assumido perante a divindade.

#### 1.3.4. O latim epigráfico

Os aspectos que nos merecem comentário relacionam-se, sobretudo, com questões fonéticas e eventuais erros, já que a singeleza e o carácter sumário da grande maioria dos textos os torna quase telegráficos.

Verifica-se que, sobretudo no genitivo do singular, é usual a contracção dos *-ii*, pelo que, atendendo a esta particularidade generalizada, optámos pelo não desdobramento do *-i* em falta e, nesta sequência de raciocínio, desdobrámos sempre *D(is)* em lugar de *D(iis)*. Parece um hábito, pelo menos epigráfico, que está presente noutras regiões próximas da nossa área de estudo, como se pode apreciar numa observação ligeira à epigrafia de Zamora (Abásolo e García, 1990) ou de Salamanca (Alonso e Crespo, 1999), mas também, por exemplo, no *conuentus Pacensis* (Encarnação, 1984a, p. 834).

A grafia de *-e* por *-ae*, apesar de ocorrer uma única vez, num fenómeno de monotonação da desinência do dativo singular do antropónimo indígena *Ata* (n.º 76), pode muito bem representar uma oscilação de pronúncia, como equaciona Walter Medeiros, citado por J. Encarnação (1984a, p. 834, n. 2).

Quanto à utilização da grafia *-ii-* para o *-e-* (*II = E*), foi também já sugerido que esta situação poderia traduzir uma particularidade de linguagem (Le Roux e Tranoy, 1973, p. 205, n. 2), pese embora a influência cursiva que representa. Concedemos credibilidade a esta hipótese, já que na região, para além de esta prática estar bem documentada, alguns exemplos comprovam-na como *tardia*, e por isso a sua interpretação parece pouco consentânea com a ideia de ser uma marca arcaizante<sup>16</sup>. O conjunto de exemplos registados (n.ºs 5, 7, 18, 28, 29, 31, 47, 48, 63?, 129 e 134) leva-nos mesmo a sugerir que, regionalmente, possa ter um valor cronológico que, sem podermos precisar, diríamos tardio, seguramente relacionado com o século III, mas que talvez se guinde a um momento não demasiadamente recuado do anterior; para além de aparecer num miliário de Caracala (n.º 129) e num outro de Constâncio I (n.º 134), documenta-se em duas inscrições (n.ºs 5 e 28) cuja onomástica nos sugere também uma datação do século III.

Num caso (n.º 81) regista-se *-i-* por *-e-*, em *Riburra*, o que também diz da proximidade fonética que, por vezes, existiria entre estas vogais.

Talvez deva ser interpretada como arcaísmo a utilização de *-ei-* em vez de *-i-*, documentada singularmente num miliário de Adriano (n.º 128), no qual também parece assinalar-se um fenómeno de apofonia relativo à oscilação entre *-ar* e *-er*.

Ainda no tocante à fonética, registamos a forma *Maxumus* por *Maximus* (n.º 5), aspecto frequente na epigrafia hispânica em que o *-i-* é substituído por *-u-* antes de labial (Carnoy, 1906<sup>2</sup>, p. 65-70).

Quanto à análise do grau de correcção da escrita epigráfica, apenas podemos apontar algumas omissões de letras, no meio (n.ºs 33, 59, 89, 134) ou no final das palavras (n.ºs 19, 58, 131); se algumas dessas faltas podem ser fruto de esquecimento do gravador, outras serão talvez erros propriamente ditos, como a não geminação de algumas letras.

\*\*\*

Por variadas vezes nos referimos às dificuldades de datação das inscrições devido à falta de critérios mais ou menos “objectivos”, que de forma alguma repousam na paleografia; apenas alguns miliários e uma inscrição honorífica nos permitem cronologias absolutas.

Ao longo do catálogo e deste capítulo, fomos deixando algumas observações de índole cronológica que nos auxiliaram neste intento de agrilhoar no Tempo as inscrições que, sem precisões dessa ordem, foram gravadas com o fito de serem eternas, fazendo perdurar na memória dos Homens a recordação dos que assim se imortalizaram ou foram imortalizados.

Os ditos critérios de que o investigador se pode socorrer nem sempre colhem unanimidade, nem tão-pouco têm validade universal, pelo que a sua utilização deve ser efectuada com a cautela que se impõe<sup>17</sup>. Sem referências a quadros militares, a determinada onomástica ou a alguns formulários torna-se difícil caminhar e, ainda assim, manejamos sempre cronologias imprecisas que podemos situar entre os séculos I e IV.

A maioria das inscrições são epítáfios: respeitam à esfera privada, tal como as inscrições votivas, o que faz crescer as dificuldades de datação. Tradicionalmente têm-se considerado as epígrafes funerárias das regiões de Salamanca e Zamora, com as quais se relacionam as transmontanas, tardias, datáveis dos séculos II e III; mas, nos últimos anos, começa a desenhar-se a constatação de que a emergência epigráfica nessas regiões será mais precoce (Abásolo e Marco, 1995, p. 329-330), sugerindo-se, por exemplo para a província de Zamora, a primeira metade do século I para o seu arranque (cf. Abásolo e García, 1990, p. 549). No que ao território transmontano oriental diz respeito, Milagros Navarro (1998, p. 190) concebe um aparecimento mais tardio, defendendo o início da criação das estelas de cabeceira semicircular com roda de raios curvos por volta do último quarto do século I.

Não olvidamos que na região de Bragança se conhece um miliário augustano datado de 2 a. C., bem como uma inscrição honorífica dedicada a Cláudio, naturalmente datável dos meados do século I. São inscrições *oficiais* que não representam necessariamente a emergência das práticas epigráficas locais, mas documentam que o conhecimento de que a inscrição sobre pedra seria uma boa memória de momentos importantes era efectivo desde um momento recuado. A homenagem ao *Diuus Augustus* é outro exemplo epigráfico igualmente antigo que, ao invés, nos parece corporizar uma motivação saída da esfera privada, independentemente do seu objectivo.

Dando crédito à interpretação de M. Navarro (1998, p. 190), segundo a qual as estelas desta área surgiram mediante a observação das dos legionários, não poderemos, porém, partilhar a sua explicação, centrada na aceitação de um processo criativo sucessivo e não simultâneo; isto é, parece-nos redutor considerar a emergência das estelas de cabeceira semicircular nas zonas rurais apenas no último quartel do século I só porque a cronologia das dos legionários tem sido atribuída aos três primeiros quartéis dessa centúria, sendo, por isso, mais lógico admitir que tenha acontecido antes, pelo menos desde os seus meados.

A epigrafia votiva é ainda mais difícil de avaliar, sendo de supor que os exemplos bragançanos sejam mais tardios, situáveis nos séculos II e III, tal como será mais tardio o uso das aras funerárias. É, aparentemente, nestes dois séculos que se situa o grosso do material estudado. Do século IV, chegou-nos um pedestal cujo significado político-religioso parece evidente, mas deve ter começado em meados do século anterior um abrandamento da produção epigráfica, como se crê para a generalidade do Império (cf. Susini, 1982, p. 165-169).

Neste campo, as nossas certezas são poucas, as interrogações avultam; por isso, hesitamos em propor cronologias apertadas para cada um dos monumentos. Juntando as observações que já anteriormente fomos formulando, atrevemo-nos, ainda assim, a apresentar as seguintes propostas cronológicas:

## QUADRO I

### Propostas cronológicas

| N.º | Propostas cronológicas                  | N.º | Propostas cronológicas                  | N.º | Propostas cronológicas     |
|-----|---|-----|---|-----|----------------------------|
| 1   | indeterminada                           | 47  | séc. III                                | 93  | indeterminada              |
| 2   | séc. II (2.ª metade) - III (1.ª metade) | 48  | séc. II - III                           | 94  | indeterminada              |
| 3   | séc. II (2.ª metade)                    | 49  | indeterminada                           | 95  | séc. II - III              |
| 4   | séc. II (2.ª metade) - III              | 50  | séc. II - III                           | 96  | indeterminada              |
| 5   | séc. II (2.ª metade) - III              | 51  | séc. II                                 | 97  | séc. II (2.ª metade) - III |
| 6   | séc. II                                 | 52  | séc. II - III                           | 98  | indeterminada              |
| 7   | séc. III                                | 53  | séc. II - III (1.ª metade)              | 99  | indeterminada              |
| 8   | séc. III                                | 54  | séc. II (2.ª metade) - III              | 100 | indeterminada              |
| 9   | séc. II - III                           | 55  | séc. II (2.ª metade) - III              | 101 | indeterminada              |
| 10  | indeterminada                           | 56  | séc. II - III                           | 102 | séc. II - III              |
| 11  | séc. I                                  | 57  | séc. II - III                           | 103 | indeterminada              |
| 12  | 41-54                                   | 58  | séc. II (2.ª metade) - III              | 104 | séc. II - III              |
| 13  | séc. IV                                 | 59  | séc. I - III                            | 105 | indeterminada              |
| 14  | séc. I (2.ª metade) - II (1.ª metade)   | 60  | séc. I                                  | 106 | indeterminada              |
| 15  | séc. II (2.ª metade)                    | 61  | séc. I - III                            | 107 | indeterminada              |
| 16  | séc. I - III                            | 62  | séc. II (2.ª metade) - III              | 108 | séc. II - III              |
| 17  | séc. II (2.ª metade) - III              | 63  | séc. II (2.ª metade)                    | 109 | séc. II - III              |
| 18  | séc. II - III                           | 64  | séc. II (2.ª metade) - III              | 110 | indeterminada              |
| 19  | séc. II (2.ª metade) - III              | 65  | séc. I - II                             | 111 | indeterminada              |
| 20  | séc. II - III                           | 66  | séc. II - III                           | 112 | indeterminada              |
| 21  | séc. II - III                           | 67  | séc. I - III                            | 113 | indeterminada              |
| 22  | séc. I - III                            | 68  | séc. I - II                             | 114 | indeterminada              |
| 23  | séc. II                                 | 69  | séc. I - II                             | 115 | indeterminada              |
| 24  | séc. II - III                           | 70  | séc. I - III                            | 116 | indeterminada              |
| 25  | séc. I - II                             | 71  | séc. I - II                             | 117 | indeterminada              |
| 26  | séc. II - III                           | 72  | séc. II - III                           | 118 | indeterminada              |
| 27  | séc. II - III                           | 73  | séc. II - III (1.ª metade)              | 119 | indeterminada              |
| 28  | séc. III                                | 74  | séc. II (2.ª metade) - III              | 120 | indeterminada              |
| 29  | séc. III                                | 75  | séc. II (2.ª metade) - III (1.ª metade) | 121 | indeterminada              |
| 30  | séc. II - III                           | 76  | séc. II-III                             | 122 | indeterminada              |
| 31  | séc. II - III                           | 77  | séc. I - III                            | 123 | indeterminada              |
| 32  | séc. II - III                           | 78  | indeterminada                           | 124 | indeterminada              |
| 33  | séc. II - III                           | 79  | séc. II - III (1.ª metade)              | 125 | indeterminada              |
| 34  | séc. II - III                           | 80  | séc. II - III                           | 126 | indeterminada              |
| 35  | séc. I - III                            | 81  | indeterminada                           | 127 | 2 a.C.                     |
| 36  | séc. I - II                             | 82  | séc. I - II                             | 128 | 133 - 134                  |
| 37  | séc. I - III                            | 83  | séc. II - III                           | 129 | 213 - 214                  |
| 38  | indeterminada                           | 84  | séc. II (2.ª metade) - III              | 130 | 213 - 214                  |
| 39  | séc. II (2.ª metade) - III (1.ª metade) | 85  | indeterminada                           | 131 | 235 - 238                  |
| 40  | séc. II - III                           | 86  | séc. I - II (1.ª metade)                | 132 | 282 - 283                  |
| 41  | séc. I - III                            | 87  | séc. II (2.ª metade) - III              | 133 | 286 - 305                  |
| 42  | séc. II                                 | 88  | séc. I - II                             | 134 | 293 - 306                  |
| 43  | indeterminada                           | 89  | indeterminada                           | 135 | indeterminada              |
| 44  | séc. III                                | 90  | indeterminada                           | 136 | indeterminada              |
| 45  | indeterminada                           | 91  | séc. II - III                           | 137 | indeterminada              |
| 46  | séc. II - III                           | 92  | indeterminada                           | 138 | indeterminada              |

## NOTAS

- <sup>1</sup> Incluímos nesta categoria os fragmentos anepígrafos que pelas dimensões e elementos decorativos que ostentam podem corresponder a estelas, já que não temos prova que contrarie o carácter funerário deste tipo de monumentos.
- <sup>2</sup> Esta estatística foi efectuada utilizando apenas quatro categorias de inscrições, isto é, excluindo os miliários; seguindo este critério, as percentagens que obteríamos para a região de Bragança seriam as seguintes: 88,28% de inscrições funerárias, 7,82% de inscrições votivas, 2,34% de inscrições honoríficas e 1,56% de inscrições de classificação incerta.
- <sup>3</sup> É desconhecido o material utilizado em 17 monumentos epigráficos que se encontram desaparecidos.
- <sup>4</sup> Esta autora não integra no seu *corpus* relativo às estelas de mármore de Santo Adrião as quatro epígrafes procedentes de Nogueira que estão depositadas na Casa do Adro, em Viseu.
- <sup>5</sup> Duas das estelas (n.ºs 32 e 64) depositadas no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, foram “reconstituídas” com remate horizontal, apesar de não haver qualquer argumento que sustente esta solução. Tal facto tem recentemente induzido em erro alguns autores que assumem essa forma do remate como correspondente à original (cf. Lemos, 1993, IIa, p. 68-69; Abásolo e Marco, 1995, p. 332; García, 1996a, p. 1461, 1552; Rodríguez, 1997, p. 249).
- <sup>6</sup> Em publicação posterior, da autoria de P. Le Roux e A. Tranoy (1984, p. 37-38), surge também designado por *estilo de Picote*.
- <sup>7</sup> Esta é a designação usada por M. Navarro Caballero (1998, p. 176), que adoptamos. Corresponde ao modelo de campo epigráfico que Navascués (1963, p. 174) diz ter os ângulos *dobrados*.
- <sup>8</sup> Neste sentido, haviam-se já pronunciado Abásolo e García (1990, p. 546), a propósito da presença na província de Zamora de estelas com rosáceas obtidas por incisão, referindo o seguinte: *no nos parece, en absoluto, descaminado interpretar estas rosáceas esquemáticamente dibujadas como um boceto, una guía para el marmorarius en la preparación del esquema de la rueda solar*.
- <sup>9</sup> Acerca do conceito de *officina* epigráfica, ou dos critérios que a podem definir, será útil consultar-se Susini (1982, p. 77-78). Para o Norte de Portugal, A. Tranoy (1984b) apresentou um pequeno ensaio de conjunto, no qual compila referências epigráficas concretas à actividade lapidária e tece algumas considerações acerca de alguns centros produtores e do nível cultural das clientelas.
- <sup>10</sup> Esta ideia é veiculada por diversos autores, como, por exemplo, A. Tranoy (1981, p. 350), J. A. Abásolo e F. Marco (1995, p. 332) ou M. Navarro Caballero (1998, p. 177); o primeiro, a propósito dos relevos esculpidos das estelas do *grupo leonês*, levanta abertamente a questão da existência de uma escultura sobre placas de madeira (de que não restaram vestígios) que poderia ter servido de protótipo aos monumentos em pedra.
- <sup>11</sup> Acerca das questões relacionadas com esta temática, pode ser vantajosa a consulta de Mallon (1952) ou Gordon (1957); também será útil a leitura de Susini (1982).
- <sup>12</sup> No pedestal do Arrabalde de Gimonde (n.º 13), os dois sulcos que delimitam, superior e inferiormente, a inscrição não têm o objectivo de marcar esse espaço, pois são comuns às quatro faces da peça.
- <sup>13</sup> Hipóteses interpretativas diferentes (utilizações sucessivas, ensaios do lapicida, enganoso...) podem aduzir-se para o facto de um monumento aparecer epigrafado em faces distintas (cf. Encarnação, 1984a, p. 831).
- <sup>14</sup> Acerca do valor que pode assumir a pontuação, veja-se a síntese apresentada por Susini (1982, p. 92).
- <sup>15</sup> S. García Martínez (1996a, p. 1072) considera que, no contexto do *conuentus Asturum*, é nos territórios meridionais (Bragança/Terra de Aliste) que mais se evidencia a ausência da invocação aos deuses Manes ou de outra fórmula inicial.
- <sup>16</sup> Esta questão foi já levantada por A. Guerra (1989, p. 426), a propósito de uma epígrafe proveniente do Cabeço do Castro (S. Romão, Seia), datada de 217.
- <sup>17</sup> Acerca dos critérios de datação dos monumentos epigráficos, veja-se a síntese elaborada por Sonia García Martínez (1996a, p. 42-48), na qual se compilam alguns dos mais importantes que têm vindo a ser apresentados em diversas publicações relativas à epigrafia latina peninsular.

## 2. A sociedade

Aflorámos, aquando da apresentação do quadro histórico relativo à região de Bragança, as formas de organização social ligadas ao povo zela, servindo-nos de base o Pacto de Astorga (*CIL* II 2633).

O material epigráfico que ora compulsamos permite-nos focar a caracterização social da região de modo diferente; é o indivíduo, ou, quando muito, a família, que podemos apreender a partir destas inscrições, não só numa perspectiva demográfica, mas também religiosa e cultural. Além disso, estes homens e mulheres também espelham a diferenciação que a conquista romana e a conseqüente integração administrativa acabaram por introduzir na sociedade indígena.

### 2.1. A sociedade através da antroponímia e das fórmulas onomásticas

Sabendo que as inscrições apresentadas não respeitam à totalidade da população deste território – para além das que permanecem por descobrir e das definitivamente perdidas, há que contar com o facto de o acesso aos monumentos epigráficos não ter sido “permitido” a toda a população – é, ainda assim, viável a utilização dos dados que encerram para, estatisticamente, se esboçar uma caracterização social. Desta forma, importará analisar dois aspectos distintos, mas complementares: por um lado, o peso da antroponímia indígena ante a greco-latina, introduzida com a ocupação romana, aquilatando da influência que a primeira sofreu perante a segunda, e, por outro, a relação de forças entre estas duas realidades antropónicas em função das fórmulas onomásticas em presença.

São 94 os textos (91 monumentos) que oferecem, pelo menos, um elemento antropónimo utilizável, mas são apenas 85 as referências úteis do ponto de vista da avaliação das fórmulas onomásticas, as quais estão presentes num total de 81 textos, distribuídos por 78 monumentos (14 dos monumentos com elementos antropónicos utilizáveis não permitem interpretar com segurança a fórmula onomástica, mas 7 deles permitem fazê-lo relativamente a dois indivíduos; além disso, mais uma inscrição sem qualquer elemento antropónimo utilizável pode, ainda assim, ser adscrita a uma das fórmulas onomásticas)<sup>1</sup>.

## QUADRO 2

### Onomástica e sociedade

| N.º | Proveniência           | T | <i>Praen.</i> | <i>Nomen</i>      | l | i  | g | <i>Cognomen</i>      | l | i | g  | C | Idade   | Relação social | I  | L | S  |
|-----|------------------------|---|---------------|-------------------|---|----|---|----------------------|---|---|----|---|---------|----------------|----|---|----|
| 2   | Malta                  | V |               | <i>Lucretius</i>  | x |    |   | <i>Valens</i>        | x |   |    | n |         |                | x  |   |    |
| 3   | Castro de Avelãs       | V | <i>Marcus</i> | <i>Placidius</i>  | x |    |   | <i>Placidianus</i>   | x |   |    | n |         |                | x  |   |    |
| 4   | Cova de Lua            | V |               | <i>Cornelius</i>  | x |    |   | <i>Oculatus</i>      | x |   |    | n |         |                | x  |   |    |
| 5   | Izeda                  | V |               | <i>Cornelius</i>  | x |    |   | <i>Vitalis</i>       | x |   |    | n |         |                | x  |   |    |
| 7   | Vinhais (?)            | V |               |                   |   |    |   | <i>Louesia</i>       |   | x |    | n |         |                | x? |   |    |
| 8   | Ousilhão               | V |               | <i>Elanicus</i>   |   | x  |   | <i>Taurinus</i>      | x |   |    | n |         |                | x  |   |    |
| 9   | Cova de Lua            | V |               |                   |   |    |   | <i>Flaccus</i>       | x |   |    | n |         |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Vibo</i>          |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 10  | Carrazedo              | V |               | <i>Horatius</i>   | x |    |   | <i>Claudius</i>      | x |   |    | n |         |                | x  |   |    |
| 11  | Grijó de Parada        | H |               |                   |   |    |   | <i>Sestius?</i>      | x |   |    | n |         |                | x? |   |    |
| 14  | Castro de Avelãs       | F |               |                   |   |    |   | <i>Acca</i>          |   | x |    | d | 25      |                |    |   | x  |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Metellus</i>      | x |   |    | g | dono    |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Epaphroditus</i>  |   |   | x  | n |         |                |    |   | x? |
| 15  | Castrelos              | F |               | <i>Aemilius</i>   | x |    |   | <i>Flauus</i>        | x |   |    | d | 30      |                | x  |   |    |
| 16  | Alfaião                | F |               |                   |   |    |   | <i>Alaus</i>         |   | x |    | d |         |                | x  |   |    |
| 17  | Gimonde                | F |               | <i>Albutius</i>   | x |    |   | <i>Capito</i>        | x |   |    | d | 75?     |                | x  |   |    |
| 18  | Faílde                 | F |               | <i>Alia</i>       |   | x? |   | <i>Liberta</i>       | x |   |    | d | 61?     |                |    |   | x? |
| 19  | Donai                  | F |               | <i>Anna</i>       |   | x  |   | <i>Iemuria</i>       |   | x |    | d | 50      |                | x  |   |    |
| 20  | Castro de Avelãs       | F |               |                   |   |    |   | <i>Arator</i>        | x |   |    | d | 50      |                |    |   | x? |
| 21  | Rebordãos              | F |               |                   |   |    |   | <i>Arauus</i>        |   | x |    | d | 70      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Aro</i>           |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 22  | Meixedo                | F |               |                   |   |    |   | <i>Arcia</i>         |   | x |    | d |         |                | x  |   |    |
| 23  | Castro de Avelãs       | F |               |                   |   |    |   | <i>Arco</i>          |   | x |    | n |         |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Melbi (gen.)</i>  |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 24  | Meixedo                | F |               |                   |   |    |   | <i>Arrena</i>        |   | x |    | d | 40      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Balaesus?</i>     |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Boutia</i>        |   | x |    | d | 10      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Tuci (gen.)</i>   |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 25  | Sacoias                | F |               |                   |   |    |   | <i>Arro</i>          |   | x |    | n | 50      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Cloutius</i>      |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 26  | Sacoias                | F |               |                   |   |    |   | <i>Auelcus</i>       |   | x |    | d | 30      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Elaesus</i>       |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 27  | Quintela de Lampaças   | F |               |                   |   |    |   | <i>Aunia</i>         |   | x |    | d | 11      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Tritius</i>       |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 28  | Donai                  | F |               | <i>Aurelius</i>   | x |    |   | <i>Decuminus</i>     | x |   |    | d | 70      |                | x  |   |    |
| 29  | Santa Maria            | F |               |                   |   |    |   | <i>Aurelius</i>      |   | x |    | d | 100     |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Talauius</i>      |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 30  | Donai                  | F |               |                   |   |    |   | <i>Balaesus</i>      |   | x |    | d | 19      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Caepallo</i>      |   |   | x? | g | pai     |                | x  |   |    |
| 31  | Castro de Avelãs       | F |               |                   |   |    |   | <i>Blena</i>         |   | x |    | n | 40      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Salaius</i>       |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 32  | Castro de Avelãs       | F |               |                   |   |    |   | <i>Bloena</i>        |   | x |    | d | 60      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Vironus</i>       |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 33  | Grijó de Vale Benfeito | F |               |                   |   |    |   | <i>Boutia</i>        |   | x |    | n | 70      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Boutius</i>       |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 34  | Vila Nova              | F |               |                   |   |    |   | <i>Boutius</i>       |   | x |    | d | 25      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Matugenus</i>     |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 35  | Sacoias                | F |               |                   |   |    |   | <i>Boutius</i>       |   | x |    | n | 35      |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Talogi (gen.)</i> |   | x |    | g | pai     |                | x  |   |    |
| 36  | Santa Maria ?          | F |               |                   |   |    |   | <i>Buana?</i>        |   | x |    | ? | 75      |                |    |   | x  |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Aebutius</i>      |   | x |    | g | patrono |                | x  |   |    |
|     |                        |   |               |                   |   |    |   | <i>Caburene</i>      |   | x |    | n | filha   |                |    |   |    |
| 37  | Vila Nova              | F |               |                   |   |    |   | <i>Burradius</i>     |   | x |    | d |         |                |    |   |    |
| 38  | Grijó de Parada        | F |               |                   |   |    |   | <i>Caburn[---]</i>   |   | x |    |   | 70      |                |    |   |    |
| 39  | Babe                   | F |               | <i>Calpurnius</i> | x |    |   | <i>Reburrinus</i>    |   | x |    | d |         |                | x  |   |    |
| 40  | Varge                  | F |               |                   |   |    |   | <i>Cama[---]</i>     |   | x |    |   |         |                |    |   |    |

| N.º | Proveniência        | T | <i>Praen.</i> | <i>Nomen</i>   | l | i | g | <i>Cognomen</i>         | l | i | g | C | Idade | Relação social | I | L | S |
|-----|---------------------|---|---------------|----------------|---|---|---|-------------------------|---|---|---|---|-------|----------------|---|---|---|
| 41  | Santa Maria         | F |               |                |   |   |   | <i>Carito</i>           |   |   |   | x | 40    |                | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Licinus</i>          | x |   |   |   | pai   |                | x |   |   |
| 42  | Rebordãos           | F |               |                |   |   |   | <i>Cebala</i>           |   |   |   |   | d     |                | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Geminus</i>          | x |   |   |   | g     | pai            |   | x |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Metellus</i>         | x |   |   |   | g     | avô            |   | x |   |
| 43  | Terroso             | F |               |                |   |   |   | <i>Clodius</i>          | x |   |   |   | d     | 25             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Turoni (gen.)</i>    |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 44  | Grijó de Parada     | F |               |                |   |   |   | <i>Cloutius</i>         |   | x |   |   | d     |                | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Boutius</i>          |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 45  | Grijó de Parada     | F |               |                |   |   |   | <i>Cornelius</i>        | x |   |   |   | d     | 40             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Cilacili? (gen.)</i> |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 46  | Grijó de Parada     | F |               |                |   |   |   | <i>Cornelius</i>        | x |   |   |   | d     | 25             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Mabuci (gen.)</i>    |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 47  | Donai               | F |               |                |   |   |   | <i>Docia</i>            |   | x |   |   | d     | 55             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Reburrus</i>         |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 48  | Donai               | F |               |                |   |   |   | <i>Docinia</i>          |   | x |   |   | d     | 50             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Tritius</i>          |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 49  | Sanceriz            | F |               |                |   |   |   | <i>Docius</i>           |   | x |   |   | d     | 60             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Sanigius</i>         |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 50  | Coelhoso            | F |               |                |   |   |   | <i>Docius</i>           |   | x |   |   | d     | 80             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Tritius</i>          |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 51  | Terroso             | F |               |                |   |   |   | <i>Domitianus</i>       |   | x |   |   | d     | 60             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Elaesus</i>          |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 52  | Donai               | F |               |                |   |   |   | <i>Elaesus</i>          |   | x |   |   | d     | 50             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Tritius</i>          |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 53  | Nogueira            | F |               |                |   |   |   | <i>Flaccus</i>          |   | x |   |   | d     | 40             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Quintus</i>          |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Alia</i>             |   |   | x |   | n     | 50             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Muntanus</i>         |   | x |   |   | g     | pai            |   | x |   |
| 54  | Cova de Lua         | F |               | <i>Flavius</i> | x |   |   | <i>Bedunus</i>          |   |   | x |   | d     | 70             | x |   |   |
| 55  | Donai               | F |               | <i>Flavius</i> | x |   |   | <i>Flavianus</i>        |   |   | x |   | d     | 20             | x |   |   |
| 56  | Sacoias             | F |               |                |   |   |   | <i>Flaus</i>            |   |   | x |   | d     | 21             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Festus</i>           |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |
| 57  | Lagomar             | F |               |                |   |   |   | <i>Flauus</i>           |   |   | x |   | d     | 65             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Fronto?</i>          |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |
| 58  | Varge               | F |               |                |   |   |   | <i>Iemuria</i>          |   |   | x |   | d     | 60             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Caeno</i>            |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |
| 59  | Meixedo             | F |               |                |   |   |   | <i>Iemuria</i>          |   |   | x |   | d     |                | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Talauius</i>         |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |
| 60  | Castro de Avelãs    | F |               |                |   |   |   | <i>Iumuria</i>          |   |   | x |   | n     | 55             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Turaius</i>          |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |
| 61  | Pinhovel            | F |               |                |   |   |   | <i>Laboena</i>          |   |   | x |   | n     |                | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Cilurni (gen.)</i>   |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Staii(--)</i>        |   |   |   |   | n     | marido         |   | x |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Canci? (gen.)</i>    |   |   |   |   | g     | sogro          |   | x |   |
| 62  | Parada de Infanções | F |               | <i>Lucanus</i> | x |   |   | <i>Capito</i>           |   |   | x |   | d     |                | x |   |   |
| 63  | Castrelos           | F |               | <i>Lucius</i>  | x |   |   | <i>Aullus</i>           |   |   | x |   | g     |                |   | x |   |
| 64  | Castro de Avelãs    | F |               | <i>Maecius</i> | x |   |   | <i>Cornelius</i>        |   |   | x |   | d     |                |   | x |   |
| 65  | Castro de Avelãs    | F |               |                |   |   |   | <i>Magilo</i>           |   |   | x |   | n     | 25             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Cilius</i>           |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |
| 66  | Santa Maria         | F |               |                |   |   |   | <i>Marcus</i>           |   |   | x |   | d     | 20             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Gracilis</i>         |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |
| 67  | Alfaião             | F |               |                |   |   |   | <i>Masius</i>           |   |   | x |   | d?    |                | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Docius</i>           |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |
| 68  | Alimonde            | F |               |                |   |   |   | <i>Mesala</i>           |   |   | x |   | n     |                |   |   |   |
| 69  | Donai               | F |               |                |   |   |   | <i>Pinto</i>            |   |   | x |   | d     |                | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Talauius</i>         |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |
| 70  | Vila Nova           | F |               |                |   |   |   | <i>Pintouius</i>        |   |   | x |   | d     | 60             | x |   |   |
|     |                     |   |               |                |   |   |   | <i>Cloutius</i>         |   |   | x |   | g     | pai            |   | x |   |

| N.º | Proveniência     | T | <i>Praen.</i> | <i>Nomen</i>          | l i g | <i>Cognomen</i>        | l i g | C  | Idade   | Relação social | I L S |
|-----|------------------|---|---------------|-----------------------|-------|------------------------|-------|----|---------|----------------|-------|
| 71  | Vila Nova        | F |               |                       |       | <i>Pintouius</i>       | x     | g  |         |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Proculus?</i>       | x     | g  | pai     |                | x     |
| 72  | Meixedo          | F |               |                       |       | <i>Pistira</i>         | x     | d  | 40      |                |       |
| 73  | Nogueira         | F |               |                       |       | <i>Placidus</i>        | x     | n  | 80      |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Silo</i>            | x?    | g  | pai     |                | x     |
| 74  | Grijó de Parada  | F |               | <i>Probianus</i>      | x     | <i>Sabinus</i>         | x     | d  | 60      |                | x     |
| 75  | Castro de Avelãs | F |               | <i>Proculeius</i>     | x     | <i>Gracilis</i>        | x     | d  | 55      |                | x     |
| 76  | Grijó de Parada  | F |               |                       |       | <i>Procula/-us</i>     | x     | d? | 20      |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Albucius</i>        | x     | g  | pai     |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Ata</i>             | x     | d  |         |                | x?    |
| 77  | Santa Maria      | F |               |                       |       | <i>Proculus</i>        | x     | d  | 30      |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Reburinus</i>       | x     | g  | pai     |                | x     |
| 78  | Cova de Lua      | F |               |                       |       | <i>Proculus</i>        | x     | d  | 58      |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Silo</i>            | x?    | g  | pai     |                | x     |
| 79  | Nogueira         | F |               |                       |       | <i>Quadratus</i>       | x     | n  | 50      |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Proculus</i>        | x     | g  | pai     |                | x     |
| 80  | Vila Nova        | F |               |                       |       | <i>Reburinus</i>       | x     | d  | 15      |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Reburrus</i>        | x     | g  | pai     |                | x     |
| 81  | Pinhovel         | F |               |                       |       | <i>Riburra</i>         | x     | n  |         |                |       |
| 82  | Vila Nova        | F |               |                       |       | <i>Salaius</i>         | x     | g  |         |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Pinto</i>           | x     | g  | pai     |                | x     |
| 83  | Castrelos        | F |               | <i>Sempronius/-a?</i> | x     | <i>Tuditanus/-a?</i>   | x     | n? | 9       |                | x     |
| 84  | Donai            | F |               |                       |       | <i>Tritia</i>          | x     | d  |         |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Abinus</i>          | x     | g  | pai     |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Elaesus</i>         | x     | n  | marido? |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Capito</i>          | x     | g  | pai     |                | x     |
| 85  | Vila Nova        | F |               |                       |       | <i>Tritius/-a</i>      | x     | d? |         |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Corogeni (gen.)</i> | x     | g  | pai     |                | x     |
| 86  | Nogueira         | F |               |                       |       | <i>Vironus</i>         | x     | d  | 2       |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Caelenus</i>        | x     | g  | pai     |                | x     |
| 87  | Castro de Avelãs | F |               | <i>Aemilius</i>       | x     | <i>Hispanus</i>        | x     | n  |         |                | x     |
| 88  | Pinhovel         | F |               |                       |       | <i>+naria</i>          | x     | n  | 60      |                | x     |
|     |                  |   |               |                       |       | <i>Cloutius</i>        | x     | g  | pai     |                | x     |
| 89  | Babe             | F |               |                       |       | <i>Fronto</i>          | x     | g  | pai     |                | x     |
| 90  | Pinhovel         | F |               |                       |       | <i>Cilurni? (gen.)</i> | x     | g  | pai     |                | x     |
| 91  | Grijó de Parada  | F |               |                       |       | <i>Cloutius</i>        | x     | d  | pai     |                | x     |
| 92  | Meixedo          | F |               |                       |       | <i>Talauius</i>        | x     | g  |         |                | x     |
| 94  | Meixedo          | F |               |                       |       | <i>Iulius</i>          | x     | n  |         |                |       |
| 95  | Vila Nova        | F |               |                       |       | <i>Ambatus</i>         | x     | g  | pai     |                | x     |
| 98  | Sacoias          | F |               |                       |       | <i>Elaus</i>           | x     |    |         |                |       |

T, F, V, H = tipo de inscrição, funerária, votiva, honorífica;

l, i, g = latino, indígena, grego;

I, L, S = livre, libertado, escravo;

C, n, g, d = caso, nominativo, genitivo, dativo.

Atentando nos 94 textos com, pelo menos, um elemento antropónimo utilizável, verifica-se que aí estão empregues 125 antropónimos diferentes, usados 175 vezes<sup>2</sup>, sendo 67 indígenas (53,60%), 52 latinos (41,60%), três de origem grega (2,40%) e outros três de origem indeterminada (2,40%); quanto à sua utilização, verifica-se que o emprego de antropónimos indígenas se faz 99 vezes (56,58%), 70 vezes o de nomes latinos (40%) e só três vezes o de nomes de origem grega (1,71%), o mesmo número que têm os antropónimos de que não pudemos determinar, com segurança, a origem.

De entre os antropónimos latinos há que distinguir os *nomina* e os *cognomina*.

Ao nível dos primeiros, verifica-se que predominam os que apresentam o sufixo *-ius*, situação idêntica ao panorama peninsular (Abascal, 1994, p. 29) e também já notada no caso específico do Noroeste (Tranoy, 1981, p. 363).

Por nove vezes, surgem *nomina* (7) na função de *cognomina*, com destaque para *Cornelius*, que se documenta em três casos; apenas três gentilícios (em 14) – *Cornelius*, *Aemilius* e *Flavius* – se atestam por mais de uma vez, mas não passando as duas.

Como já referimos nos comentários epigráficos, detecta-se a presença de alguns gentilícios, como *Proculius* e *Placidius*, que aparentam ser formados a partir de cognomes, característica que parece associar-se, com alguma frequência, à onomástica indígena latinizada; nesta sequência, também o gentilício *Flavius* pode ser encarado como um reflexo da propagação do cognome *Flauus*, não sendo necessariamente uma influência flaviana (Le Roux, 1992, p. 178).

Quanto aos 32 *cognomina* representados, o mais utilizado é *Proculus*, surgindo cinco vezes, seguido de *Capito*, com três testemunhos, e de *Flaccus*, *Flauus*, *Fronto*, *Gracilis* e *Silo*, todos com dois.

Neste domínio, há que ter em atenção o facto de alguns cognomes latinos puderem ser homófonos, traduções ou acomodações de nomes indígenas (Albertos, 1976, p. 65). Como possíveis traduções, talvez se possam contar, pela sua abundância, alguns dos que aludem a características físicas, entre os quais, pela sua ocorrência regional, podemos citar: *Flaccus*, *Placidus* – *Placidianus* parece decalcado do *nomen* a que surge associado, *Placidius* –, *Capito*, *Flaus*, *Flauus*, *Gracilis* ou *Licinus*; também *Silo* poderá, eventualmente, ser homófono de um antropónimo indígena (Albertos, 1966, p. 207).

Um outro aspecto peculiar parece ser o uso de cognomes directamente obtidos a partir de *praenomina* de uso comum, como *Marcus* e, presumivelmente, *Aullus*, pois quer uns, quer outros, acabam por desempenhar uma função de identificação individual; evidentemente, não terá este valor sociológico o uso de cognomes derivados de *praenomina* raros ou obsoletos, de que *Proculus* é um exemplo característico.

É igualmente interessante notar, apesar de se tratar de testemunho único, que se utilize um cognome latino, *Probianus*, na função de *nomen* – a utilização do *nomen* *Lucanus*, que pela primeira vez parece documentar-se em território peninsular, pode também ter partido da forma cognominal, a qual tem ocorrência peninsular – ou que, noutros três casos, da mesma forma se empreguem os nomes indígenas *Alia*, *Anna* e *Elanicus*, resultando em falsos *nomina*. O uso de *Alia* e *Anna* em posição gentílica pode, possivelmente, resultar de uma acomodação, ou de homofonia, em face dos gentilícios latinos *Allia/-us* e *Annia/-us*; neste sentido, também será manifesta a relação homofónica existente entre o *nomen* *Albutius* e o nome indígena *Albucius*.

Além daqueles antropónimos indígenas, há, evidentemente, a considerar mais 64 – todos eles, na forma pela qual se nos apresentam, manifestam já um primeiro estágio de aculturação patente na sua própria latinização (cf. Le Roux e Tranoy, 1984, p. 34) –, que surgem como nomes únicos ou cognomes, entre os quais se destacam *Boutius/-a*, com seis testemunhos, seguindo-se *Cloutius* e *Tritius/-a*, com cinco, *Docius/-a*, *Elaesus* e *Talauus*, com quatro, *Iemuria* e *Reburinus*, com três, e *Balaesus*, *Cilurni* (gen.), *Pinto*, *Pintouius*, *Reburus*, *Salaius* e *Vironus*, todos com dois.

Diremos, ainda, e apenas pela importância que revestem, que deste conjunto epigráfico se desprendem algumas novidades antroponímicas; em concreto, documentam-se novos nomes, tanto indígenas (*Docinia*, *Mabuci* (gen.), *Masius* e *Louesia*), como de presumível origem greco-latina (*Mesala* e *Cebala*), que vêm enriquecer o onomástico peninsular.

### 2.1.1. O estatuto social: escravos, libertos e livres

A análise epigráfica permite, à partida, distinguir socialmente dois grandes grupos: o da população livre (o mais amplo) e o da população semi-livre ou privada de liberdade, no qual se incluem escravos e libertos. Naturalmente, nem sempre é possível asseverar o estatuto de cada indivíduo, ou porque o texto epigráfico não está completo, ou porque essa condição social não é afirmada. Casos dúbios surgem, com frequência, quando determinado indivíduo apenas se identifica com um nome único, mas também, em algumas situações, quando se apresenta com *tria* ou *duo nomina*, sobretudo se não indica a filiação, pelo que os historiadores foram desenvolvendo uma série de estratégias, baseadas na onomástica, para os rastrear<sup>3</sup>.

Na região de Bragança, os casos mais difíceis prendem-se, essencialmente, com os indivíduos que se identificam simplesmente com um nome único, o que acontece por seis vezes. Nestas situações, decidir entre atribuir-lhes uma condição livre ou servil é, regra geral, tarefa espinhosa. O facto de o nome ser grego ou latino não assegura, indubitavelmente, que um indivíduo é escravo, nem tão-pouco o nome indígena assevera o contrário; poderá este facto também resultar, por exemplo, de um processo de simplificação onomástica, que começa a ser frequente em meados do século III (Dias, 1985-1986, p. 201; Navarro, 1998, p. 189).

Como veremos, presumimos que *Epaphroditus* (n.º 14) e *Arator* (n.º 20), ambos com onomástica greco-latina, tenham sido escravos, mas também temos um exemplo seguro de uma escrava, *Acca* (n.º 14), que enverga um nome indígena. Mas que pensar do estatuto dos restantes indivíduos com um único nome: *Louesia* (n.º 7), *Sestius* (?) (n.º 11), *Caburene* (n.º 36) e *Ata* (n.º 76b)?

*Caburene* diz-se filha de uma liberta; não se sabendo se nasceu antes ou depois da manumissão da mãe, torna-se, em rigor, impossível decidir entre a condição livre ou servil.

Dos restantes presumimos o seu estatuto de indivíduos livres. O epitáfio de *Ata* aparece associado a um outro de um indígena livre, pelo que será de lhe reconhecer a mesma condição e de supor um processo tardio de simplificação onomástica, que também consideramos poder existir no caso de *Louesia*. Mais antiga é, indubitavelmente, a inscrição dedicada ao *Diuus Augustus* por *Sestius* (?). Apesar de alguma dúvida poder pairar sobre a leitura do antropónimo, é seguro que este indivíduo se identifica com um único nome, pelo que estaremos, provavelmente, perante um exemplo de aculturação onomástica precoce por parte de alguém que poderia, ainda, dispensar a assunção expressa do seu estatuto de indígena livre; desta forma, não deixamos de nos interrogar se a não indicação de um patronímico não ficará a dever-se ao facto de, numa fase ainda inicial da ocupação romana, e num meio eminentemente rural, ser suficiente, como forma de identificação, e de afirmação social, envergar-se um nome latino, ou se não seria esta situação motivada por uma questão de *ordinatio*<sup>4</sup>.

#### 2.1.1.1. Escravos e libertos

No conjunto epigráfico bragançano, rastreamos dois indivíduos que, de forma clara, não são de condição livre, mas conjecturamos que outros três também o não possam ser.

Só um texto faz referência expressa a uma escrava, *Acca Metelli serua* (n.º 14), mas atendendo a que o dedicante deste epitáfio se identifica apenas com um cognome de origem grega, poderemos, com alguma segurança, considerá-lo igualmente de condição servil. Presumimos, também, que *Arator*, memorado num outro epitáfio de Castro de Avelãs (n.º 20), possa ter partilhado essa mesma condição; pode indiciá-lo o uso de um único nome que tem uma conotação ocupacional clara e, simultaneamente, uma distribuição privilegiada no Norte de África, razão pela qual não deixamos de admitir, que, eventualmente, possa ser

essa a sua origem. Sendo correcta esta nossa última conjectura, poderíamos ter, neste caso concreto, uma hipotética alusão ao trabalho escravo ligado à prática agrícola.

A presença de *liberti* também só uma vez é claramente expressa. Acontece no epitáfio de *Buana* (?) (n.º 36), encontrado próximo da cidade de Bragança, no qual a defunta é identificada como liberta de *Aebutius*, mas talvez possamos acrescentar a este grupo social *Alia Liberta* (n.º 18), atendendo ao facto de, por um lado, o seu cognome não ser nada frequente, mesmo à escala do Império, e, por outro, o seu *nomen* aparecer como falso, isto é, representar uma utilização heterodoxa do nome indígena *Alia*, que facilmente se confunde com o gentílico latino, prestando-se, assim, à ambiguidade e a, eventualmente, esconder a verdadeira condição social desta mulher – enquanto falso *nomen*, pode muito bem reproduzir o seu antigo nome de escrava ou, na forma feminina, o cognome do seu patrono, admitindo que este não se identificasse à moda romana.

Em suma, contamos, entre o grupo dos indivíduos de condição servil, uma escrava, expressamente designada como tal e indicando o nome do seu dono, e dois possíveis escravos, identificados por um único nome, grego ou latino; entre os manumitidos, apontamos uma liberta, que indica o nome do patrono associado à referência expressa da sua condição, e uma possível liberta, envergando *duo nomina*.

Como vimos, *Caburene*, filha de uma liberta, será melhor que se inclua entre os que poderemos designar como *incerti*. Quanto à restante população que conhecemos através das inscrições bragançanas, não temos motivos para não considerar a esmagadora maioria como pessoas livres (cf. Quadro 2).

#### 2.1.1.2. População livre

Movendo-nos no seio das referências integráveis no amplo grupo de população que consideramos livre, poderemos avançar na sua caracterização socorrendo-nos, para além da antroponímia, da análise das estruturas onomásticas. Das 85 referências utilizáveis deste ponto de vista, a que inicialmente aludimos, podemos afectar a este estudo 79 (presentes num total de 77 textos, distribuídos por 74 monumentos)<sup>5</sup>.

As fórmulas onomásticas utilizadas por esta população podem dividir-se em quatro grupos operativos: nome único (= cognome), nome único + patronímico, *duo nomina* e *tria nomina*. A fórmula baseada no nome único + patronímico é, sem dúvida, a mais representada, com 58 exemplos (73,42%), seguindo-se-lhe a baseada nos *duo nomina*, com 17 casos (21,52%); o nome único está representado três vezes (3,79%) e os *tria nomina* uma única vez (1,27%)<sup>6</sup>. Em resumo, verifica-se um avassalador predomínio da fórmula onomástica característica da população autóctone.

Os nomes que podem ser isolados do material epigráfico em análise, isto é, os que de forma unívoca pertencem a um único indivíduo, contabilizam um total de 133<sup>7</sup>. Reportando-nos à sua natureza indígena, latina<sup>8</sup> ou mista, podemos classificar 83 (62,41%) como exclusivamente indígenas, 47 (35,34%) como latinos e três (2,25%) como mistos. A nota mais evidente é a de que o peso da onomástica indígena é, claramente, majoritário, já que 64,66% destes nomes são ou contêm algum elemento indígena.

A presença de nomes mistos é baixíssima, verificando-se que em dois casos se junta um cognome indígena a um gentílico latino (*Calpurnius Reburinus* e *Flavius Bedunus*), enquanto que num terceiro se verifica o contrário (*Elanicus Taurinus*). Os integralmente indígenas são, sobretudo, nomes únicos (associados às fórmulas onomásticas que designámos de nome único e nome único + patronímico), ainda que num caso se utilizem *duo nomina* indígenas (*Anna Iemuria*). Por seu lado, os latinos são, de igual modo, predominantemente nomes únicos, mas, desta feita, cresce o peso dos nomes com estrutura gentílica.

A indicação da filiação, claro sinal de condição livre, não tem qualquer ocorrência para além da que, naturalmente, se desprende da fórmula onomástica estruturada por cognome + patronímico, isto é, não se atesta qualquer exemplo do sistema de filiação típico da sociedade romana (*praenomen* do pai seguido do vocábulo *filius/-a* abreviado).

Verifica-se que, em 58 vezes que é utilizada aquela estrutura onomástica, a relação de filiação é na maioria delas simplesmente indicada pelo patronímico em genitivo (60,35%), sendo afirmada pela inclusão do vocábulo *filius/-a* abreviado 22 vezes (37,93%) e por extenso uma só vez (1,72%).

Excluindo 5 exemplos que não nos permitem identificar ambos os elementos desta fórmula onomástica, regista-se que maioritariamente (32 exemplos) pai e filho têm um nome indígena (60,38%), sendo essa relação expressa por meio do vocábulo latino (abreviado ou não) próprio em metade dos casos (50%). Os testemunhos em que o filho tem nome latino e o pai nome indígena equilibram-se com os casos em que ambos têm nomes latinos; esta situação descobre-se em 9 exemplos (16,98%), verificando-se que só duas vezes se expressa a filiação pela inclusão do vocábulo latino abreviado (22,22%), enquanto que a primeira se reflecte em 8 casos (15,09%), de entre os quais só num se indica a filiação daquela forma (12,5%). Apenas se registam 4 exemplos em que o filho tem nome indígena e o pai nome latino (7,55%), acontecendo que, em todos eles, a relação de filiação é simplesmente indicada pelo genitivo do patronímico.

Perante estes dados, pode demonstrar-se que a transmissão de antroponímia indígena se efectua em 67,93% dos casos, mas não temos qualquer evidência de que a mulher possa desempenhar um papel destacado na manutenção destes nomes, como foi sugerido para o conjunto do Noroeste peninsular (Tranoy, 1981, p. 367). Em qualquer uma das variantes desta fórmula onomástica, o número de mulheres é inferior ao de homens; num total de 51 casos em que é possível determinar o sexo dos filhos regista-se que 68,63% dos indivíduos são do sexo masculino, enquanto que apenas 31,37% são do sexo oposto. Se, especificamente, atentarmos nos casos em que o pai enverga um nome latino e os filhos um nome indígena, verifica-se que 75% destes são homens (três em quatro); ao invés, tendo o pai um nome indígena e os filhos nomes latinos (sete casos – havendo mais um em que não é possível definir o sexo do filho), a proporção de homens chega aos 100%. Ainda que pareça haver um sinal de que é por intermédio dos filhos varões que, efectivamente, a população indígena começa por abraçar a antroponímia latina, não existe uma evidência oposta para a manutenção dos nomes indígenas, no entanto, esta visão parece estar, à partida, afectada pela reduzida dimensão do universo em análise, já por si caracterizado por uma considerável desproporção entre homens e mulheres.

Desafortunadamente, os dados cronológicos de que podemos dispor não são suficientemente finos para que nos permitam, inequivocamente, vislumbrar qualquer diacronia no processo de adopção de elementos próprios de um modelo de filiação associado à estrutura onomástica característica da sociedade romana. Ainda assim, não parece que a progressão (teórica) dos tipos de filiação, defendida por alguns autores (cf. Le Roux e Tranoy, 1984), possa ser um indício claro de uma evolução no sentido de uma assimilação progressiva do modelo de filiação romano porque o valor social da relação de parentesco é qualitativamente diferente em ambas as sociedades (Dias, 1985-1986, p. 198-199); parece-nos, no entanto, poder ser um útil índice cultural o uso, ou desuso, do elemento latino que precisa a relação de filiação, que, além disso, sempre vinca a afirmação da condição de pessoa nascida em liberdade, ainda que no seio de uma família indígena.

Na realidade, o sistema gentílico é que, verdadeiramente, faz a diferença no modelo onomástico da sociedade romana, mas, como vimos, na região de Bragança está escassa-

mente representado; a fórmula onomástica baseada no nome único acompanhado de um patronímico é, claramente, dominante e, além do mais, nela impera a antroponímia indígena (seja no nome dos pais, dos filhos ou de ambos), presente em 83,02% dos casos.

O quadro onomástico que se acaba de traçar parece indicar, de forma bem marcada, uma presença avassaladora de população de origem indígena, aparentemente bem arreigada à tradição autóctone, o que não deixa de estar de acordo com o carácter periférico da região relativamente aos grandes centros urbanos, factor que, naturalmente, potencia um panorama social mais conservador<sup>9</sup>.

## 2.2. Os movimentos da população

---

Como se viu anteriormente, o estudo conjugado dos elementos antroponímicos e das estruturas onomásticas parece apontar para uma fortíssima presença de população de origem indígena. Ocorre-nos perguntar se será toda ela autóctone.

Na realidade, encontram-se neste conjunto onomástico algumas (poucas) evidências – ou, pelo menos, suspeitadas evidências – de movimentos populacionais; não só de gente de origem alheia à região, que para ela se deslocou, mas também de naturais que não passaram toda a vida no seu torrão natal. Sem procurarmos uma análise exaustiva do tema, pasamos a referir alguns dos casos que podem documentar esta mobilidade populacional<sup>10</sup>.

O caso mais claro é o de *Calpurnius Reburinus, equites Alae II Flaviae*, cujo epitáfio (n.º 39) se encontrou em Babe; provavelmente oriundo de uma comunidade indígena, que ocuparia o local onde foi enterrado, prestou serviço militar na ala sediada em Rosinos de Vidriales<sup>11</sup>. É o exemplo de um deslocado por motivos militares, sendo o único registo de emigração – no caso vertente, temporária – que podemos imputar, com alguma segurança, à população da região bragançana<sup>12</sup>. Também já tivemos oportunidade de referir outros indivíduos originários da *ciuitas Zoelarum* deslocados no contexto interno do *conuentus Asturum*, em Astorga, León e El Cueto, ainda que não saibamos se saídos do espaço geográfico que estamos a estudar ou de outra área do território zela (vd. p. 28).

Analisando a possibilidade da presença de imigrantes na região, verifica-se que o cognome ou o nome único de alguns indivíduos podem indiciar tratar-se de gente alóctone que, por não ser dona do seu destino, ou por vontade própria, demandou estas paragens. Sugerimos que *Arator* (n.º 20), que presumimos escravo, poderia ter tido uma origem africana, não sendo de estranhar tão distante proveniência, sabendo-se da presença de africanos no *conuentus Asturum* (cf. García, 1996a, p. 195-196). O outro presumível escravo que apontámos, *Epaphroditus* (n.º 14), pelo seu nome (cf. Albertos, 1976, p. 65) não teria de ter, necessariamente, origem oriental, ainda que não seja de afastar essa hipótese; a sua menção surge associada à de *Acca*, escrava de *Metellus*, que tem um nome indígena, facto que também não nos pode provar ser nativa a sua origem<sup>13</sup>.

Dois outros exemplos parecem documentar movimentos intraconventuais que trouxeram às terras bragançanas indivíduos oriundos de territórios mais setentrionais. Pelo seu cognome, *Flavius Bedunus*, memorado num epitáfio de Cova de Lua (n.º 54), poderá ser posto em relação com os *Bedunienses* (Tranoy, 1981, p. 46), localizados na região de La Bañeza, nas planícies meridionais da província de León (Fernández, 1995, p. 106), e, do mesmo modo, o patronímico de *Laboena* (n.º 61), *Cilurni* (gen.), que também parece constar de uma outra inscrição (n.º 90) igualmente aparecida na aldeia de Pinhavelo, poderá aludir à *gens Cilurnigorum*, comunidade localizável entre os Ástures transmontanos, na zona de Gijón, de acordo com uma inscrição (*HEp* 4, 66; cf. González, 1995) encontrada na muralha daquela cidade.

E o que pensar dos indivíduos, indígenas, que habitaram nas terras de Nogueira, dos quais temos notícia pelos seus epitáfios, todos eles gravados em elegantes estelas (n.ºs 53, 73, 79 e 86) integráveis no designado *tipo* “Picote”<sup>14</sup>? A escolha destes monumentos – os únicos deste estilo localizados a poente do rio Sabor – corresponderá a um desiderato estético ou será sinónimo de que aqui se instalaram elementos vindos das terras planálticas de Miranda?

Ao falar de movimentos populacionais ou, concretamente, de deslocações de indivíduos isolados e até de grupos familiares, não podemos deixar de invocar a rede viária, meio, por excelência, de circulação, não só de gentes, mas também de bens e ideias, e, não menos importante, instrumento de estruturação do povoamento.

Sabemos que a parte setentrional do território bragançano era sulcada pela via XVII do Itinerário de Antonino, que ligava as capitais de dois *conventus* do Noroeste – *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta* – e a partir delas comunicava com a rede viária peninsular e imperial. Depois de ter desempenhado um papel militar importante na sequência das guerras cântabro-ástures, esta via passou a assegurar a dinamização económica da região e, naturalmente, terá sido o meio privilegiado para a chegada e partida dos migrantes de que falamos.

### 2.3. Os epitáfios e a idade com que se morre

---

Como vimos, a epigrafia funerária constitui a parcela mais numerosa do conjunto epigráfico em análise, sendo a menção da idade do defunto uma das referências que, com muita frequência, se faz nos epitáfios.

Dos 113 monumentos funerários inventariados, 18 são anepígrafos ou fragmentos sem inscrição. No universo dos monumentos epigrafados, 22 não conservam esse registo etário devido ao seu estado fragmentário (não se sabendo, tão-pouco, se ele realmente existiu), ao passo que 12 evidenciam, claramente, essa ausência, que, em alguns casos, dá lugar à identificação dos dedicantes ou a outras referências destinadas a conferir honorificência ao defunto. Assim, foi possível utilizar os dados de 64 epitáfios (grafados em 62 monumentos), acontecendo que apenas dois casos não oferecem certeza quanto à sua exactidão, sem que, porém, haja dúvida quanto ao intervalo etário<sup>15</sup> em que caem.

Considerando válida a leitura que fizemos dos dois testemunhos duvidosos, verifica-se que nas 64 menções à idade documentadas, esta surge 55 vezes (85,93%) sob a forma de múltiplos de cinco; a maioria dos casos em que isso não se verifica acontece com idades inferiores a 20 anos, que apenas uma vez (n.º 24b) assumem aquela apresentação, facto que reputamos de tremendamente exemplar da tendência de arredondamento que afecta as idades adultas<sup>16</sup>. Nestas idades, apenas se encontra idêntica precisão nos epitáfios n.ºs 18, 56 e 78, não sendo a leitura neste último totalmente segura; a sê-lo, o numeral indicativo da idade terminaria em I, tal como no n.º 56. Mas terá este facto alguma relação com o *tique* norte-africano revelado por Kajanto (1968, 18)? Apenas o epitáfio de *Alia Liberta* – o que infelizmente não oferece segurança na leitura do I (n.º 18) – pode deixar em aberto uma remotíssima hipótese de reminiscência cultural, se admitirmos que a defunta tem o estatuto de liberta e atentarmos na possibilidade, por nós sugerida, de haver neste território pelo menos um indivíduo de condição servil com origem africana (cf. n.º 20), facto que poderia ajudar a sustentar uma mesma proveniência para ela ou para os seus progenitores.

Somente num caso (n.º 83), aliás duvidoso, há a possibilidade de ter existido uma menção pormenorizada da idade com, pelo menos, referência ao número de meses.

Não retomamos a discussão do valor destes dados em termos demográficos, pois o tema foi já objecto de um elevado número de escritos para os quais remetemos<sup>17</sup>; afirmamos, sim, a nossa convicção de que não será esta uma forma segura de nos acercarmos de um aspecto da demografia antiga que tanto tem atraído alguns investigadores: encontrar a esperança média de vida das populações. A indicação da idade dos defuntos, ou a falta dela, é, em si, um aspecto bastante condicionado por comportamentos que estarão ligados a factores culturais, económicos e, naturalmente, psicológicos, pelo que a análise deste aspecto terá maior razão de ser se tomada numa perspectiva diferente, mais ligada às mentalidades.

Avaliando a idade dos defuntos em função de intervalos ou grupos etários, verifica-se que é aos que morrem entre os 50-59 e entre os 60-69 anos que mais se homenageia na hora do último adeus (ambos com 17,18%); nesta distribuição por intervalos etários, seguem-se os situados entre os 20-29 e os 70-79 anos (ambos com 12,5%) e depois os da meia idade, 30-39 e 40-49 anos (ambos com 9,37%); maioritariamente, as manifestações de pesar relacionam-se com indivíduos falecidos com mais de 50 anos (56,25%).

### QUADRO 3

#### A idade dos defuntos

| Grupos etários | N.º | m  | f  | ? |
|----------------|-----|----|----|---|
| 0-9            | 3   | 1  | 1  | 1 |
| 10-19          | 5   | 2  | 2  | 1 |
| 20-29          | 8   | 6  | 1  | 1 |
| 30-39          | 6   | 5  | 1  | 0 |
| 40-49          | 6   | 3  | 3  | 0 |
| 50-59          | 11  | 5  | 6  | 0 |
| 60-69          | 11  | 5  | 4  | 2 |
| 70-79          | 8   | 4  | 2  | 2 |
| 80-89          | 2   | 2  | 0  | 0 |
| 90+            | 4   | 2  | 0  | 2 |
| TOTAIS         | 64  | 35 | 20 | 9 |

m, f, ? = sexo masculino, sexo feminino, sexo indeterminado.

A idade mais baixa registada neste conjunto epigráfico é de dois anos (n.º 86) e a mais alta, por duas vezes atestada, é de 100 anos (n.ºs 29 e 91), que, considerando a tendência de arredondamento, possivelmente revestirá uma conotação honorífica para alguém que teria, à data da morte, uma idade, efectivamente, bastante avançada.

Será também interessante notar que a meia dúzia de exemplos (n.ºs 24a, 31, 41, 45, 53a e 72) que integra o intervalo compreendido entre os 40 e os 49 anos é, totalmente, composta por registos de 40 anos, idade que por uma vez se grafa com quatro X (n.º 31); segundo uma recente sugestão de J. d'Encarnação (2000), esta situação pode revestir, especialmente em meios onde se verifica uma aculturação, pelo menos, adiantada, um carácter simbólico, relacionado com o significado de se *ter vivido em plenitude*, mas os exemplos bragançanos não nos permitem uma clarificação da presunção deste hipotético simbolismo, já que todos eles respeitam a epítáfios de nativos cujos nomes revelam um certo equilíbrio entre a antropónimo latina e a indígena.

No tocante à distribuição por sexos, constata-se que, em 98 epítáfios, 48 respeitam a indivíduos do sexo masculino (48,98%) e 27 a indivíduos do sexo oposto (27,55%), enquanto que 23 (23,47%) não permitem fazer essa identificação com segurança. Relacionando a divi-

são sexual com os intervalos etários, percebe-se que é às mulheres com idades compreendidas entre os 50 e 69 anos que mais epitáfios se dedicam (50%), enquanto que no respeitante aos homens não se verificam tão acusadas tendências, sendo, ainda assim, de considerar uma certa propensão para homenagear os que fenecem com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos (31,42%) e entre os 50 e os 69 anos (28,57%).

A morte do homem e da mulher – esta menos representada – maduros parece ser a que mais faz irromper as manifestações de pesar. Embora existam diferenças quantitativas relativamente à massa de dados tratada em cada uma das situações, esta tendência parece aproximar-se, por exemplo, dos índices obtidos a partir dos epitáfios de Cárquere (Caron, 1996, p. 91), mas distancia-se dos apurados no *conuentus Pacensis*, onde é a morte dos que se finam entre os 20 e os 30 anos que mais pesar desperta (Encarnação, 1984a, p. 781), ou no conjunto do *conuentus Asturum* – o mais povoado do Noroeste peninsular –, onde essa primazia vai para os óbitos que ocorrem entre os 16 e os 40 anos, ainda que, também, se destaquem picos nos intervalos etários compreendidos entre os 46 e os 50 e entre os 56 e os 60 anos (García, 1996a, p. 267).

## 2.4. As manifestações religiosas

---

Indagar sobre as manifestações religiosas que, num espaço concreto e num determinado período cronológico, ocorrem, é entrar na esfera ideológica de uma sociedade, já que o religioso é um elemento de carácter cultural que serve de orientação social através de uma série de símbolos que actuam como modelo da, e para a, realidade, ao provocar uma série de estados anímicos e de motivações, e ao definir uma cosmovisão (Marco, 1994, p. 317).

A epigrafia, enquanto manancial informativo escrito, constitui a melhor fonte que o investigador tem para o estudo das manifestações religiosas na Antiguidade hispânica, já que a este respeito as fontes clássicas se revelam lacunares – e antropologicamente desfocadas no que à realidade indígena respeita – e a arqueologia apenas intervém por via dos objectos e estruturas – logo, mais ligada aos rituais – cuja interpretação depende de um afinçado interrogatório por parte do investigador, sem que, de uma maneira geral, os resultados possam ser os mais brilhantes. A interpretação de eventuais evidências iconográficas – com as dificuldades inerentes à ambiguidade da linguagem simbólica – ou o recurso ao método comparativo (comparação de sistemas religiosos) – quando haja elementos significativos para que tal se faça – são outras vias para se efectuar uma aproximação a uma tessitura religiosa, sobretudo à indígena.

Assim sendo, são as inscrições votivas que reúnem o maior, e talvez o mais interessante, número de dados passíveis de lançarem luz sobre esta temática. À partida, as epígrafes indicam-nos as divindades a que os habitantes de determinado território renderam algum tipo de culto e informam acerca desses mesmos indivíduos (ou colectividades), nomeadamente no que se prende com o seu estatuto social.

Obviamente que arrolar os nomes das divindades que conhecemos por esta via, quer sejam romanas, orientais ou indígenas, não é suficiente para falarmos de religião ou religiões; com frequência, não se faz a devida distinção entre o que é uma manifestação ou uma atitude religiosa e uma religião, estando, contudo, em causa conceitos distintos. A natureza dos dados que temos possibilidade de manusear dita-nos, neste aspecto, o alcance da interpretação e, frequentemente, limita-nos a ambição. Contentamo-nos com o tactear de algumas manifestações de religiosidade, isto é, com a análise e estudo de alguns dados, mais ou menos soltos, que não nos permitem vislumbrar a complexidade das religiões, por lhes fal-

tar a integração numa arquitectura global, na qual necessariamente terá de se identificar um conjunto sistematizado de crenças, servidas por um corpo doutrinário estruturado (Encarnação, 1993a, p. 129).

Comummente, estabelece-se uma divisão operativa entre divindades romanas, orientais e indígenas, estando nós conscientes de que o que sabemos destas últimas é já fruto de um processo de aculturação cuja face mais evidente é a latinização da teonímia<sup>18</sup>. O panteão romano, bem organizado e estruturado, com uma hierarquia entre as divindades (Tranoy, 1981, p. 264), é, obviamente, melhor conhecido, tendo sido levado pelos conquistadores saídos do Lácio às quatro partidas do Império que ergueram. Mais difícil é, sem dúvida, penetrar nesse mundo das divindades indígenas, aquilatando do seu significado funcional e da sua importância sócio-religiosa.

O caminho do conhecimento do panteão indígena vem sendo trilhado com recurso: aos estudos linguísticos, numa tentativa de seguir a etimologia dos teónimos e epítetos<sup>19</sup>; à análise dos monumentos epigráficos propriamente ditos, sobretudo tentando interpretar os elementos iconográficos que lhes possam estar associados; ao perscrutar das razões que motivaram determinada consagração, se expressas, de forma directa ou indirecta, no texto; à avaliação dos fenómenos de *interpretatio*<sup>20</sup>. Sabe-se que se verificou um processo de osmose entre divindades indígenas e clássicas – no *conuentus Bracaraugustanus*, por exemplo, parece particularmente visível a partir do século II (Rodríguez, 1986, p. 115) – pelo que, pela aproximação ou assimilação que, coevamente, é feita entre as divindades das populações autóctones e as divindades chegadas após a conquista romana, é possível fazer um acercamento às qualidades e funções das primeiras; é, hoje, ponto assente que Roma não impôs, à excepção do culto imperial, uma política de imperialismo religioso às populações submetidas, pelo que a tolerância que reinou permitiu que se desenvolvessem, de forma natural, fenómenos de aculturação que resultaram num sincretismo religioso sociologicamente interessante.

Nesta abordagem sobre as manifestações religiosas da época romana na região de Bragança, contamos com um punhado de epígrafes votivas cuja tipologia, decoração e texto reflectem atitudes religiosas, individuais ou colectivas; permitem-nos conhecer os teónimos invocados, quer sejam do panteão clássico, quer do indígena, cogitar acerca das características que se escondem por trás desses nomes – sobretudo, dos nativos – ou conhecer os seus devotos. Não há testemunhos do culto a divindades orientais.

A primeira ilação que, desde logo, ressalta da análise das dez inscrições catalogadas é a desproporção entre as consagradas a divindades indígenas e as dedicadas a um único representante do panteão clássico: Júpiter; cinco epígrafes foram claramente consagradas às primeiras, nomeadamente a *Aernus*, *Bandua* e *Laesus*, e três comprovam a invocação ao Pai dos Deuses, ficando fora desta “contabilidade” duas outras inscrições, uma por estar incompleta e outra por apresentar omissão do teónimo.

Passamos, em seguida, a analisar cada uma das inscrições, gizando a panorâmica possível sobre as divindades invocadas e os seus dedicantes, sem deixar de associar a esta reflexão algumas considerações sobre os documentos relacionados com o culto imperial, pese embora a sua especificidade.

#### 2.4.1. *Em torno das divindades indígenas*

As três divindades indígenas com representação no território bragançano<sup>21</sup> surgem identificadas por um vocábulo latinizado, sem que se documente qualquer fenómeno de assimilação relativamente a divindades do panteão romano.

#### 2.4.1.1. *Aernus*

A divindade com mais dedicatórias na região de Bragança é *Aernus*, estando documentada em duas aras oriundas de Castro de Avelãs (n.ºs 1 e 3) e numa terceira proveniente de Malta (n.º 2)<sup>22</sup>. Em todas elas, o teónimo é antecedido do qualificativo *deus*, que não deixa de vincar o seu carácter indígena<sup>23</sup>.

Alguns autores ligaram o *deus Aernus* à vegetação, sobretudo devido ao facto de uma das aras de Castro de Avelãs (n.º 3) apresentar motivos fitomórficos na decoração do seu capitel (Blázquez, 1962, p. 65-66; Encarnação, 1975, p. 79-85); em reforço desta interpretação foram aduzidos outros argumentos, como a proximidade fonética entre o nome do deus e a forma grega *érnos*, com significado de “plantas”, “ramos” e “relento”, associada à particularidade de o Senhor de Malta, invocado na capela onde foi encontrada uma das epígrafes (n.º 2), propiciar protecção nas secas ou nas chuvas demasiado copiosas (Encarnação, 1975, p. 85). Admitiu-se, ainda, que, enquanto deus da vegetação, poderia ter também atributos de divindade funerária, já que uma outra ara de Castro de Avelãs (n.º 75), que oferece suporte a um epitáfio, patenteia idêntica decoração (Encarnação, 1975, p. 85).

Apesar destas representações vegetais terem sido, inicialmente, encaradas como portadoras de uma simbologia funerária, quer por ornamentarem um monumento com um epitáfio, quer pelo facto da estilização dessas figuras poder ser posta em paralelo com a *árvore da vida*<sup>24</sup>, sugere-se, actualmente, que esses motivos representam o ramo do teixo (cf. Encarnação, 1999b, p. 22), constatando-se que aparecem noutros monumentos epigráficos, sejam eles altares votivos ou estelas funerárias; falamos, por exemplo, da ara de Saldanha, dedicada a Júpiter (Mourinho, 1987, p. 123-126, n.º 70), ou da de Granja de Gregos, igualmente votiva, mas com texto incompleto e de interpretação delicada (Mourinho, 1987, p. 118-119, n.º 59), ou, ainda, das aras dedicadas em Astorga a *Mars Gradivus* (Diego, 1986, p. 29-30, n.º 11), a *Fortuna Redux Sancta* (Diego, 1986, p. 28-29, n.º 10) e a *Serapis Sanctus, Isis Myrionymo, Core Invicta, Apollo Grannus* e *Mars Sagatus* (Diego, 1986, p. 31-32, n.º 13), mas também de algumas das estelas funerárias vadinienses (cf. Diego, 1986).

Apontámos já a possibilidade de as aras de Saldanha, Granja de Gregos e Castro de Avelãs (n.ºs 3 e 75) poderem ter saído de um mesmo centro produtor situado no Planalto Mirandês, pelo que os elementos fitomórficos em causa parecem surgir como uma característica decorativa própria; J. M. Garcia (1991, p. 121), negando a índole religiosa destas representações vegetalistas, apenas lhe atribui este carácter decorativo, no entanto, parece-nos que poderão estar imbuídas de um forte simbolismo cultural, possivelmente comum a diferentes povos ástures e cântabros, o qual terá emergido em contacto com o novo quadro sócio-político estabelecido pelo poder romano<sup>25</sup>.

Afiguram-se-nos, assim, mais plausíveis as hipóteses que, baseando-se no facto de um dos altares (n.º 1) ter sido consagrado por um *Ordo Zoelarum*, consideram *Aernus* uma divindade tutelar do povo zela (Tranoy, 1981, p. 296) ou, com maior precisão, uma divindade tópica cuja protecção se estenderia à comunidade e à *ciuitas Zoelarum* no seu conjunto (Le Roux, 1992, p. 179-180). O facto de em Castro de Avelãs terem aparecido dois monumentos consagrados a esta divindade levou a que se pensasse na hipótese da existência de um santuário (Vasconcelos, 1905, p. 340), que poderia revestir um carácter oficial (Le Roux, 1992, p. 180) no seio de uma *caput ciuitatis*, presumivelmente aí sediada. A presença deste culto na época imperial seria, assim, um claríssimo sinal do respeito da Administração romana por uma divindade indígena que, além do mais, poderia representar para a *gens zela* o seu antepassado fundador, o criador e proprietário mítico do universo territorial por ela ocupado (Lemos, 1993, Ib, p. 472-473)<sup>26</sup>.

Vimos que, no conjunto das dedicatórias a *Aernus*, assume especial relevo a efectuada pelo *Ordo Zoelarum*, pelo seu carácter comunitário. As outras são privadas, levadas a cabo por indivíduos que se identificam com uma estrutura onomástica latina, *M. Placidius Placidianus* (n.º 3) e *Lucretius Valens* (n.º 2), ainda que para ambos se possa rastrear uma origem indígena.

#### 2.4.1.2. *Bandua*

Às ruínas da capela da Senhora da Hera aparece associado um testemunho do culto ao deus *Bandua*, uma ara (n.º 4), hoje desaparecida, cujo texto foi transcrito pelo Doutor Manuel Camelo de Moraes e apresentado em duas obras setecentistas: *Santuário Mariano* (1716), de Frei Agostinho de Santa Maria, e *Descrição topographica da Cidade de Bragança* (1721-1724), de J. Cardoso Borges.

O teónimo<sup>27</sup>, sem epíteto, aparece grafado *Bandue*, embora não esteja claro tratar-se de uma corruptela de um dativo latino (*\*Banduae*) ou de uma roupagem céltica, estando o *-e* em substituição de um *-i* (García, 1990, p. 27).

No respeitante ao seu significado, registavam-se, até ao dealbar da década de 90, duas posturas principais: por um lado, a dos que consideram *Bandua* como divindade tutelar vinculada a comunidades pré-romanas, como por exemplo J. M. Blázquez (1962, p. 52) ou J. d'Encarnação (1975, p. 141-142); por outro, a dos que tomam esta expressão teonímica como equivalente a *deus, lar, genius*, como fazem A. C. F. Silva (1986, p. 295-297) ou J. Untermann (1985), acontecendo, porém, que para J. de Hoz (1986, p. 36-41) ela apenas reveste o significado linguístico de *divindade* na nomenclatura comum do âmbito religioso lusitano, sem que denomine uma entidade divina específica, pois interpreta os seus epítetos como verdadeiros teónimos. Em novel ensaio sobre o tema, B. García Fernández-Albalat (1990) revê as anteriores hipóteses<sup>28</sup> e propõe uma linha interpretativa diferente. Apoiando-se na análise etimológica do teónimo, nas características dos epítetos que se lhe associam, na *interpretatio* e em comparações com esquemas religiosos indo-europeus, conclui que esta divindade, cujo culto se espalha por toda a área lusitano-galaica, teria um matiz guerreiro, mantendo relações com determinadas comunidades humanas. Os grupos que se lhe associavam formariam confrarias de guerreiros, equiparáveis às do mundo indo-europeu, que acolheriam bandoleiros com um carácter não totalmente marginal, porquanto manteriam uma certa sociabilidade com a restante sociedade, quer seja através de vínculos territoriais, de laços familiares ou de reuniões de tipo religioso e administrativo. Por um lado, a raiz do teónimo parece relacionar-se com a forma indo-europeia *\*bhendh-*, que traduz a ideia de “atar”, “ligar”, “vincular”, podendo, ao mesmo tempo, revestir a acepção de “bando”, “grupo”, “pandilha” ou “associação” (García, 1990, p. 109-112; cf. Encarnação, 1975, p. 141); por outro, a análise dos epítetos parece associar a divindade a determinadas comunidades humanas, atribuir-lhe um significado guerreiro ou relacioná-la com a ideia de soberania (García, 1990, p. 112-157). Considera que estas características são corroboradas por exemplos de *interpretatio* (romana), concretamente, na pátera dedicada a *Bandua Araugelense*, aqui assimilada à *Fortuna/Tyché*, onde é claro o vínculo a uma comunidade, e na sobrevivência do seu culto no seio do exército romano, através de grupos de *uexilla*, testemunho do seu carácter guerreiro, sendo equiparável a Marte (García, 1990, p. 159-179). Baseando-se nos tintos guerreiros da divindade e na sobrevivência do seu culto no seio do exército romano, a autora sugere, então, a sua ligação aos tais grupos de guerreiros unidos em confrarias que, na área lusitano-galaica, se associariam a diversos grupos de bandoleiros, entre os quais o mais visível historicamente teria sido o chefiado por Viriato (García, 1990, p. 183-241).

Estamos, é evidente, perante propostas interpretativas, mas, desde logo, parece ser difícil aceitar a visão deste teónimo como uma apelação de carácter genérico (cf. Encarnação, 1987b, p. 12, n. 8; Marco, 1994, p. 341).

O dedicante que, de boa vontade, cumpriu o voto feito à divindade é *Cornelius Oculatus*. Os *duo nomina* são, indiscutivelmente, latinos, mas, atendendo a que o gentílico é um dos mais frequentes em território hispânico<sup>29</sup> e a que os nomes relacionados com o adjetivo latino *oculatus*, derivado de *oculus*, parecem ter boa aceitação em áreas de forte implantação da onomástica indígena (Albertos, 1965, p. 116), é bastante verosímil que estejamos perante um indígena com relativo grau de aculturação; esta probabilidade não deixa de estar em parcial sintonia com o perfil social da maioria dos devotos de *Bandua*, que, porém, pelo facto de apresentar nomes de origem indígena, parece caracterizar-se por uma aculturação não muito profunda (García, 1990, p. 38-52).

Considerando que o espaço de difusão dos testemunhos do culto a *Bandua* (García, 1990, p. 37-38; Olivares, 1999) tem correspondência com a área lusitano-galaica, situada, grosso modo, a oeste de uma linha que une Mérida a Oviedo, a dedicatória de Cova de Lua é, a norte do Douro, a mais oriental, constituindo o único testemunho seguro do culto a esta divindade masculina no *conuentus* de Astorga (García, 1996a, p. 730)<sup>30</sup>.

#### 2.4.1.3. *Laesus*

No vale deprimido de Ousilhão, próximo do sítio da Torre, foi encontrada uma pequena ara votiva (n.º 8) que a bibliografia refere ser dedicada a uma divindade de contornos pouco conhecidos, que dá pelo nome de *Laesus*, e que tem nesta epígrafe a sua única expressão.

O Abade de Baçal (Alves, 1934, p. 63), mediante o carácter votivo da inscrição – claramente denunciado pela fórmula final –, considerou-a dedicada ao deus Leso, sem mais acrescentar para além do registo da tradição popular que atribui ao sítio do achado a existência remota de uma capela, à qual os mouros do Castro – no termo da aldeia de Ousilhão localiza-se um povoado fortificado da Idade do Ferro com esta denominação toponímica (Lemos, 1993, IIa, p. 432) – acorriam para ouvir missa.

Encarnação (1975, p. 209) apresenta a hipótese de se tratar de uma divindade tutelar que, eventualmente, poderia revestir características bélicas, tendo em atenção a possível relação do teónimo com o verbo latino *laedo*, “ferir”, “danificar”. Também A. Tranoy (1981, p. 275) virá a afinar pelo mesmo diapasão, assumindo ser uma divindade de características desconhecidas, que poderia oferecer protecção a um povoado fortificado (castro).

No entanto, mais recentemente, quebrou-se a unanimidade quanto à existência desta divindade, admitindo J. M. Garcia (1991, p. 536-537) a possibilidade de se estar perante, não de um teónimo, mas do patronímico do dedicante, no seu entender, aproximável das formas antroponímicas *Blaesui* e *Elaisui*<sup>31</sup>; para tal, este investigador admite que pudesse ter sido gravado um I a seguir a *Laesu*, mas uma observação atenta da peça parece-nos não apoiar tal hipótese, pois, em face do estado de conservação e da natureza do suporte (talco), é difícil de admitir que uma letra que aí tivesse sido gravada pudesse desaparecer sem deixar qualquer marca.

Aceitando o carácter teonímico da palavra *Laesu*, teremos de admitir que pouco, ou nada, se saberá quanto à sua caracterização, não sendo, porém, despendendo, valorizando o contexto arqueológico do seu achado e o facto de, aparentemente, se tratar de uma divindade local, a hipótese de constituir o nume protector de uma comunidade, ou de uma família alargada (cf. Lemos, 1996, p. 151), associada a um povoado concreto<sup>32</sup>.

É evidente a autoctonia do dedicante deste monumento, *Elanicus Taurinus*, claramente denunciada pela onomástica, em que se destaca o uso de um falso *nomen*.

F. Sande Lemos (1993, IIa, p. 435), com base na existência de alguns elementos arquitectónicos romanos no local de achado da ara, nomeadamente colunas de granito, associados a materiais cerâmicos de idêntica cronologia, lançou a ideia de que o culto a esta divindade poderia estar alicerçado num pequeno templo, porém, em face destes indícios, só futuros trabalhos de escavação poderão esclarecer a hipótese levantada.

#### 2.4.2. *Júpiter: o único deus romano documentado*

No capítulo das manifestações do culto a divindades do panteão romano é singular o facto de somente Júpiter ter captado o fervor religioso da população desta região<sup>33</sup>, como revelam três testemunhos epigráficos distintos (n.ºs 5, 6 e 7). A singularidade de tal facto advém, apenas, da exclusividade que Júpiter parece ter neste contexto geográfico, já que não constitui novidade a importância do seu culto no Noroeste peninsular, onde se conhecem mais de uma centena de epígrafes a ele dedicadas (García, 1996a, p. 621)<sup>34</sup>.

Júpiter integra, conjuntamente com Juno e Minerva, a designada Tríade Capitolina, a qual detém um significado de primeiro plano na concepção teológico-cosmológica do mundo romano, pois dela emana toda a prole de deuses latinos. Estas três divindades presidem aos desígnios do povo romano, sendo as protectoras e garantes da paz e bem-estar. De entre elas, avulta a figura de Júpiter, nas palavras de Fedro (*Fabul.*, 3, 17), *deorum genitor atque hominum sator*.

É o grande deus, aparecendo como divindade do céu, da luz divina, das condições climáticas, bem como do raio e do trovão. Com o desenvolvimento das estruturas políticas, ele torna-se o protector de Roma, mas é também o garante da fidelidade aos tratados e o que preside às relações internacionais por intermédio do Colégio dos *Feciales* (Grimal, 1999<sup>3</sup>, p. 261); a sua identificação com *Terminus* também lhe confere o papel de árbitro supremo (Blanco, 1995, p. 170).

A protecção à comunidade romana está também patente no epíteto *Optimus*, significando ser dotado de uma característica especial que proporciona aos Romanos um poder fertilizador e uma energia criadora (Blanco, 1995, p. 170); é sob esta designação que lhe é rendido o mais célebre culto centrado no Capitólio.

Na época imperial, os imperadores colocam-se sob a protecção jupiteriana e alguns pretendem, mesmo, substituir-se ao deus como protectores de Roma, devendo ele exercer o seu poder na sua preservação enquanto governantes, como protagoniza Augusto (Blanco, 1995, p. 171). A grandeza de Júpiter é total e, por excelência, ele é, à escala do Império, o grande deus do panteão romano, o deus supremo e o alto protector de Roma.

Nas dedicatórias documentadas na região de Bragança, aparece sempre como *Optimus Maximus*, sendo, aparentemente, todas elas da autoria de particulares.

Na ara de Babe (n.º 6), os nomes dos dois dedicantes aparecem abreviados: *T. I. L.* e *P. P.* É arriscada qualquer tentativa de desdobramento destas iniciais, mas já sugerimos tratar-se de um casal, atendendo ao facto de, à primeira vista, os indivíduos se identificarem com *tria* e *duo nomina*; poder-se-ia pensar que este registo serviria uma vontade de anonimato, no entanto não devemos sobrestimar este aspecto, pois talvez não fosse difícil identificar um indivíduo portador de *tria nomina* num meio em que esta parece ser uma forma não muito frequente de identificação. *Cornelius Vitalis*, dedicante da árula de Izeda (n.º 5), e *Louesia*, responsável pela consagração reportada a Vinhais (n.º 7), são, presumivelmente, indígenas, embora com graus de aculturação diferentes; o gentílico *Cornelius* é comum ao dedicante do altar consagrado a *Bandua* em Cova de Lua, tendo-se mesmo chegado a ques-

tionar uma possível relação familiar entre este *Vitalis* e o *Oculatus* dessa inscrição (Le Roux e Tranoy, 1973, p. 209).

A aceitação dos cultos clássicos pelas populações autóctones é fruto de uma aproximação à realidade indígena por parte da máquina político-administrativa e militar romana. Essa abordagem é potenciada por parte do próprio Poder – por intermédio dos seus militares e dos elementos da administração, que praticavam esses cultos oficialmente – e Júpiter, os Lares e as Ninfas constituíram as divindades fundamentais sob as quais Roma se pôde apoiar na tentativa de unificar a vida religiosa do Noroeste (Tranoy, 1981, p. 325); contudo, certamente, também outro tipo de contactos, tidos por via das trocas comerciais, terão sido responsáveis por esta difusão (Tranoy, 1981, p. 326). Além disso, a enorme massa de manifestações do culto a Júpiter documentadas no Noroeste pode, segundo alguns autores (cf. García, 1996a, p. 639), ficar igualmente a dever-se à possibilidade de este deus encobrir outros númenes de carácter indígena que tivessem idênticas características. Mangas Manjarrés (1982, p. 323) admite a existência de capitólios nas capitais dos três *conuentus* do Noroeste, o que, de alguma forma, também reforçaria a importância do culto às divindades capitolinas, sobretudo à suprema.

Da razão das dedicatórias bragançanas, pouco transparece perante a estereotipia dos formulários. Só a árula de Izeda denota originalidade pela inclusão da fórmula *votum promittere*, lembrando o compromisso assumido pelo dedicante perante a divindade e transmitindo a ideia do empenho moral que põe no seu cumprimento, pelo que apenas se percebe que todas elas surgem na sequência de um voto, certamente baseado no princípio romano do *do ut des*.

A maior incidência das manifestações de culto a Júpiter no Noroeste peninsular dá-se no *conuentus Bracaraugustanus* (García, 1996a, p. 621); em nossa opinião, todas as consagrações da região bragançana contabilizam para o *conuentus Asturum*, onde, no seu conjunto, o peso das dedicatórias oficiais, ligadas a Astorga e León, é preponderante (cf. Tranoy, 1981, p. 326).

#### 2.4.3. Um teónimo omissa e uma inscrição incompleta

Pelas fontes setecentistas que referem a epígrafe dedicada a *Bandua* (n.º 4), sabemos que a árula identificada numa cozinha da aldeia de Cova de Lua (n.º 9), nos anos 20 do passado século, havia sido descoberta, conjuntamente com aquele monumento, numa das paredes das ruínas da capela da Senhora da Hera.

A fórmula final e a tipologia do monumento asseguram o carácter votivo da epígrafe, na qual está omissa o teónimo (García, 1991, p. 537-538; Encarnação, 1993a, p. 134-135). Inicialmente, F. M. Alves (1934, p. 50-52) considerou-a dedicada a um deus denominado Vibono e, seguindo a lição do Abade, Encarnação (1975, p. 298) e Tranoy (1981, p. 278) reconheceram o carácter votivo da epígrafe, mas sem nada acrescentar quanto à caracterização de *Vibonus* ou *Vironus*, talvez por este ser testemunho singular e por, além disso, enfermar de uma leitura pouco segura.

Apesar do carácter algo sibilino da epígrafe, é hoje pacificamente aceite que tal divindade não passa de uma invenção historiográfica, já que a omissão dos teónimos pode acontecer quando se está em presença de um habitual local de culto a determinada divindade (Encarnação, 1985-1986). Não será totalmente despiciendo pensar na possibilidade de se tratar de mais um testemunho do culto a *Bandua*, mas, por ora, faltam-nos os testemunhos arqueológicos que permitam ilustrar melhor o local do achado de ambas as inscrições,

nomeadamente quanto à existência de um santuário, como sugere Encarnação (1993a, p. 135); à partida, o acto religioso, presumivelmente, aí praticado – em plena vertente setentrional do planalto de Espinhosela, defronte do vale aberto da ribeira das Covas – por *Flaccus Vibonis*, um indígena, parece indiciar ter sido este um lugar habitual de culto, mas nada podemos adiantar em definitivo<sup>35</sup>.

Uma ara marmórea incompleta (n.º 10), vista por António Gasco, no século XVII, numa parede da aldeia de Carrazedo, parece – como aquele erudito pensou – constituir mais um testemunho votivo procedente da região, mas, desafortunadamente, não sabemos a que divindade estaria consagrado. O dedicante apresenta onomástica claramente latina (*duo* ou *tria nomina*).

#### QUADRO 4

##### Epígrafes votivas (divindades indígenas e romanas)

| N.º | Proveniência     | Divindade      | Dedicante                       | Formulário                                   | Suporte |
|-----|------------------|----------------|---------------------------------|--|---------|
| 1   | Castro de Avelãs | <i>Aernus</i>  | <i>Ordo Zoelarum</i>            | <i>Ex uoto</i>                               | ara     |
| 2   | Malta            | <i>Aernus</i>  | <i>Lucretius Valens</i>         | <i>Ex uoto</i>                               | ara     |
| 3   | Castro de Avelãs | <i>Aernus</i>  | <i>M. Placidius Placidianus</i> | <i>V(otum) L(ibens) R(edidit uel etulit)</i> | ara     |
| 4   | Cova de Lua      | <i>Bandua</i>  | <i>Cornelius Oculatus</i>       | <i>V(otum) S(oluit) L(ibens) M(erito)</i>    | árula?  |
| 5   | Izeda            | <i>Iupiter</i> | <i>Cornelius Vitalis</i>        | <i>Votum promisit</i>                        | árula   |
| 6   | Babe             | <i>Iupiter</i> | <i>T. I. L. et P. P.</i>        | <i>Ex uoto</i>                               | ara     |
| 7   | Vinhais          | <i>Iupiter</i> | <i>Louesia</i>                  | <i>Ex uoto L(ibens) A(nimo) P(osuit)</i>     | –       |
| 8   | Ousilhão         | <i>Laesus</i>  | <i>Elanicus Taurinus</i>        | <i>Vo(tum) L(ibens) Sol(uit)</i>             | árula   |
| 9   | Cova de Lua      | teón. omissa   | <i>Flaccus Vibonis</i>          | <i>L(ibens) V(otum) V(ouit)</i>              | árula   |
| 10  | Carrazedo        | –              | [---?] <i>Horatius Claudius</i> | <i>D(edit?)</i>                              | ara     |

#### 2.5. O culto imperial

O culto ao imperador foi promovido como instrumento de coesão e união relativamente ao poder central, e nele confluem religião e política. Como manifestação mística, é estruturalmente político, pois mais não faz do que promover, por meio de práticas religiosas, a obediência à máxima autoridade do Estado: o imperador. Neste sentido, é um culto elitista, no qual participa de forma mais activa a população com maior proximidade às esferas do poder (Étienne, 1958, p. 4).

Em solo hispânico, as práticas de consagração aos chefes, existentes entre os nativos pré-romanos e que cabem dentro da *devotio* ibérica (cf. González-Cobos, 1989, p. 133-139), constituem um precedente importante para esta criação augustana que terá por fim último dar consistência política ao Império (Étienne, 1958, p. 112-115).

A erecção de um altar em Tarragona, em 25-26 a.C., aquando da presença do próprio imperador na cidade, representa o primeiro testemunho deste culto em terras peninsulares (Étienne, 1958, p. 362-378). À escala do Noroeste, um conjunto de dedicatórias dirigidas a Augusto marca o seu arranque, numa fase ainda incipiente da presença romana. É por demais conhecida a importância das três *Arae Sestianae* – a que aludem alguns autores antigos – levantadas algures na costa galega e relacionadas com o procurador *L. Sestius Quirinalis*, que esteve na Península entre 22 e 19 a.C. (Tranoy, 1981, p. 327), bem como o papel desempenhado por *Paullus Fabius Maximus* na implantação deste culto (Tranoy, 1981, p. 328-329; García, 1996a, p. 609), comprovado por quatro inscrições, três delas aparecidas em Lugo (Arias, Le Roux e Tranoy, 1979, p. 43-44, n.ºs 19 e 20; *HEp* 4, 503) e uma em Braga (*ILER* 1028), datável de 3-2 a.C.<sup>36</sup>, ou, ainda, de uma outra dedicatória aparecida em

Cabo Torres (Gijón), uma placa que talvez pertencesse a um monumento oficial erigido em honra de Augusto (*CIL* II 2703; Tranoy, 1981, p. 329; García, 1996a, p. 309), consagrada pelo governador *Cn. Calpurnius Piso*, entre 9-10 d.C.

Ainda que nem todos os autores defendam as mesmas cronologias, é certo que este conjunto de epígrafes foi lavrado em vida de Augusto e que se reveste de um profundo significado político, que transcende o simples acto de homenagem ao imperador, num prenúncio do verdadeiro sentido do culto imperial. As *Arae Sestianae* são o sinal do poder recentemente estabelecido na região ocidental, da nova ordem, uma vez acabada a conquista, podendo ser atribuído o mesmo significado à placa de Cabo Torres no tocante às regiões setentrionais da Astúria (Tranoy, 1981, p. 329), ao passo que as dedicatórias de *P. Fabius Maximus* parecem demonstrar o reconhecimento oficial de Lugo e de Braga pelo seu papel no apoio à nova engrenagem política e religiosa (Tranoy, 1981, p. 328).

Depois, o culto imperial foi crescendo, solidificando-se e apoiando-se nas capitais provinciais e conventuais; à escala peninsular, terá no século II um desenvolvimento assinalável, para recrudescer ao longo do século seguinte – um percurso que é transferível para o cenário específico do Noroeste (Tranoy, 1981, p. 333).

Este culto é epigraficamente perceptível a partir de dedicatórias dirigidas directamente a um imperador, ou a outro elemento da família imperial, mas também pelas que visam uma divindade *pro salute imperatoris*, ou, ainda, pelas que referem divindades com epítetos augustanos ou a personificação das qualidades e atributos imperiais, *Numen* e *Genius*, entendidas como abstracções personificadas (cf. García, 1996a, p. 612-614).

Na região de Bragança, são três as inscrições directamente dedicadas a um imperador, mas apenas duas o identificam.

O bloco recentemente identificado na igreja de Grijó de Parada (n.º 11) constitui uma prova do culto dirigido ao imperador Augusto após a sua morte, como indica o título de *Diuus*. É a primeira no Noroeste, mas há outros testemunhos à escala peninsular (*ILER* 1031-1033; Étienne, Fabre e Lévêque, 1976, p. 51-52, n.º 25). A dedicatória parte, aparentemente, de uma iniciativa privada levada a cabo por um indígena cujo nome, supostamente *Sestius*, retirado do rol de *nomina* latinos, marca uma aculturação temporã. Não se explicita qualquer motivo para esta consagração que devemos interpretar como manifestação de integração na nova ordem política e, quiçá, como reflexo indirecto da organização cultural ao *Diuus Augustus*, que acontece logo no reinado de Tibério (Étienne, 1958, p. 405-415).

A inscrição de Gostei (n.º 12), placa ou pedestal, está dedicada ao imperador Cláudio. Encontrada no templo de S. Cláudio, é possível que tenha correspondência com a presumível capital da *ciuitas Zoelarum*, pelo que já se sugeriu representar o testemunho do reconhecimento público pela criação daquela circunscrição sob este imperador (Alarcão, 1988b, p. 58; Lemos, 1993, Ib, p. 388), explicando-se, desta forma, a ausência de menção à autoria da iniciativa. Datável de 41-54, constitui, no conjunto do Noroeste peninsular, o único testemunho do culto dedicado a um imperador sucessor de Augusto e anterior à época flávia (cf. García, 1996a, p. 612).

O terceiro dos testemunhos (n.º 13) é um pedestal, que foi exumado de uma edificação que escavámos no Arrabalde de Gimonde, onde se encontrava já em reutilização. O seu letreiro resume-se a uma expressão encomiástica frequente na antiguidade tardia, nomeadamente em miliários do século IV. Com *Bono Rei Publicae Nato* pretende-se, por um lado, fazer a apologia dos imperadores pacificadores, libertadores e restituidores da ordem (Susini, 1982, p. 168) e, por outro, afirmar a legitimidade dos imperadores vivos (Christol e Sillières, 1980). Será, com certeza, um eco tardio desta política religiosa que temos vindo a analisar.

## QUADRO 5

### Epígrafes honoríficas

| N.º | Proveniência    | Imperador | Caso | Dedicante       | Cronologia |
|-----|-----------------|-----------|------|-----------------|------------|
| 11  | Grijó de Parada | Augusto   | d    | <i>Sestius?</i> | séc. I     |
| 12  | Gostei          | Cláudio   | d    | –               | 41-54      |
| 13  | Gimonde         | –         | d    | –               | séc. IV    |

Atendendo à índole político-religiosa do culto ao imperador, já foi defendido (Encarnação, 1984a, p. 750) que o facto de nos miliários se referir esse personagem e a sua titulação é sempre um acto daquela natureza, ainda que não tão explícito como se percebe nas dedicatórias. A informação e a propaganda são razões indissociáveis da erecção dos miliários ao longo das vias (Encarnação, 1995-1996) e esse sentido propagandístico pode acontecer independentemente do nome do imperador se grafar em dativo, da indicação das milhas estar ausente ou de se encontrar no mesmo local mais de um miliário (levantados em nome de imperadores diferentes), isto é, das condições que protagonizava P. Salama (cf. Encarnação, 1995-1996, p. 41-42) para considerar honoríficos os miliários africanos. O facto de no nosso catálogo termos criado uma categoria separada para a epigrafia viária não quer, evidentemente, significar que esquecemos esta dimensão desses monólitos cilíndricos, valorizando exclusivamente a sua faceta viária.

São oito os imperadores referenciados nos miliários: Augusto, num dos dois de Castro de Avelãs (n.º 127), Adriano, num dos de Babe (n.º 128), Caracala, em marcos de Castro de Avelãs (n.º 129) e Babe (n.º 130), Maximino (associado ao filho, Máximo), no de Vinhais (n.º 131), Caro, no de Gimonde (n.º 132), Maximiano, no de Gostei (n.º 133) e Constâncio I, no de Lamalonga (n.º 134). Desconhecem-se as referências imperiais que constariam nos miliários de Soeira (n.º 137) e Lamalonga (n.º 136).

## QUADRO 6

### Miliários

| N.º | Proveniência     | Imperador         | Caso | Milhas  | Via/itinerário | Cronologia |
|-----|------------------|-------------------|------|---------|----------------|------------|
| 127 | Castro de Avelãs | Augusto           | n    | XIX?    | XVII           | 2 a.C.     |
| 128 | Babe             | Adriano           | d    | XX[...] | XVII           | 133-134    |
| 129 | Castro de Avelãs | Caracala          | d    |         | XVII           | 213-214    |
| 130 | Babe             | Caracala          | d    | X[X...] | XVII           | 213-214    |
| 131 | Vinhais          | Maximino e Máximo | –    | C[...?] | XVII/norte     | 235-238    |
| 132 | Gimonde          | Caro              | d    |         | XVII           | 282-283    |
| 133 | Gostei           | Maximiano         | d    |         | XVII/sul       | 286-305    |
| 134 | Lamalonga        | Constâncio I      | d    |         | XVII/sul       | 293-306    |
| 135 | Soeira           | –                 | –    | –       | XVII/norte     | –          |
| 136 | Lamalonga        | –                 | –    | –       | XVII/sul       | –          |

É notória a ausência de miliários do século I e a sua fraca representatividade no século seguinte, perante uma mais intensa concentração ligada ao século III, a que seguramente não será alheio o estado de maior instabilidade por que passa a chefia do Império em crise (cf. Christol e Nony, 1993, p. 246-258).

À excepção da inscrição do miliário de Augusto, todas as outras estão redigidas em dativo, estando ausente a indicação das milhas no miliário de Caracala aparecido em Cas-

tro de Avelãs, bem como nos miliários de Caro, Maximiano e Constâncio I. O uso do dativo oferece aos letreiros uma determinada conotação honorífica, logo político-religiosa. Mas, no caso do miliário de Augusto, será abusivo falar de dimensão política? Certamente que a colocação de um miliário no preciso ano em que o imperador recebe o título de Pai da Pátria tem um profundo alcance simbólico, atendendo, sobretudo, a que estamos a falar de uma região recentemente submetida aos ditames de Roma e em processo de integração na nova ordem política; é, incontestavelmente, um gesto político e – porque não? – religioso de extrema importância, numa fase em que, como vimos, oficialmente se está introduzindo o culto imperial no Noroeste.

A análise efectuada permite-nos destacar algumas linhas de força que importa ressaltar, em jeito de síntese.

O predomínio de dedicatórias a divindades indígenas contrasta com a singularidade de o panteão clássico apenas estar representado por testemunhos do culto a Júpiter. Num meio afastado dos grandes centros urbanos, onde se concentra a máquina político-administrativa e religiosa do Estado romano, é natural que os fenómenos de aculturação tenham ritmos mais lentos e as estruturas mentais demorem mais a desgastar-se, favorecendo a permanência dos cultos indígenas, como acontece nesta região. Na verdade, também a actuação do poder oficial em face destas manifestações foi pautada pela tolerância, permitindo que os processos de aculturação se desenrolassem de forma natural e com ritmos próprios.

Atendendo ao alcance da geografia cultural<sup>37</sup> de cada uma das divindades indígenas – o mesmo é dizer, à difusão territorial dos teónimos – representadas na região de Bragança, podemos inferir que cada uma delas tem diferentes graus de implantação territorial. Seguindo a proposta de classificação de Olivares (1999, p. 285), encontraríamos neste território uma divindade local, *Laesus*, uma regional, *Aernus*, e uma supra-regional, *Bandua*, difundida por quase toda a área lusitano-galaica. Atendendo a que todos os testemunhos do culto a *Aernus* provêm do território zela, e a que, inclusivamente, uma das dedicatórias é comunitária, seria esta uma divindade *nacional* dos Zelas, de acordo com o esquema ensaiado por Alarcão (1991, p. 146).

A presença de manifestações culturais a Júpiter, para além de facto religioso, pode também ter uma leitura política; trata-se, por um lado, do expoente máximo do panteão romano, o Pai dos deuses, mas, por outro, não será de esquecer a sua ligação íntima com a ideologia do próprio Estado romano, pelo que o seu culto não deixará de representar uma forma de demonstração, sobretudo por parte das elites indígenas, de integração na *romanitas*, uma forma, enfim, de promoção social. No Noroeste, o seu culto, tal como o da generalidade dos deuses romanos, foi divulgado, essencialmente, pelos burocratas da administração central e pelos militares, fiéis representantes da *religio* romana em terras provinciais, e a estrutura viária terá sido um dos factores fundamentais no suporte a essa difusão (Tranoy, 1981, p. 325-326). Neste sentido, não deixa de ser interessante uma conclusão de Sande Lemos (1993, Ib, p. 472) que reconhece ao conjunto de dedicatórias a Júpiter inventariadas em Trás-os-Montes Oriental uma distribuição preferencial junto da rede viária – no caso da região de Bragança, comprovam-no as dedicatórias de Babe e Vinhais –, relacionável com *uici*, hipotéticas *mansiones* e aglomerados rurais. É também ao carácter político do culto imperial que devem ser imputadas as manifestações que localmente com ele se vinculam.

Acerca das formas rituais e dos locais de culto associados às manifestações religiosas bragançanas, nada podemos adiantar, quer pelo mutismo dos textos epigráficos a este respeito, quer pela ausência de dados arqueológicos. Vimos que a omissão do teónimo na árula dedicada por *Flaccus Vibonis* faz supor a sua consagração num habitual local de culto, mas

os dados arqueológicos relativos a esse local não permitem, por ora, uma confirmação desta ideia. Por outro lado, a coincidência de duas dedicatórias a *Aernus* em Castro de Ave-lãs também motivou a hipótese de aí ter funcionado um local de culto oficial dedicado esta divindade, a qual continua à espera de ser testada.

A maioria dos dedicantes apresenta *duo nomina* latinos (*Cornelius Oculatus*, *Cornelius Vitalis*, *Lucretius Valens*) ou mistos (*Elanicus Taurinus*), surgindo como casos singulares a identificação por meio de nome único, no caso, indígena (*Louesia*), de nome seguido de patronímico, em que o primeiro é latino e o segundo, presumivelmente, indígena (*Flaccus Vibonis*) e de *tria nomina* latinos (*M. Placidius Placidianus*). É admissível que sob as siglas *T. I. L.* e *P. P.* possam esconder-se dois indivíduos com *tria* e *duo nomina*, mas não é indubitável que a denominação [---?] *Horatius Claudius* corresponda a uma forma de identificação binominal. Do conjunto, resulta um quadro onomástico pintado com fortes tintos latinos, mas trata-se, em nosso entender, de população indígena, na maior parte dos casos, com avançado grau de aculturação.

## 2.6. O culto dos mortos e os símbolos

---

Para qualquer homem a morte surge inexoravelmente, quer se faça anunciar, quer irrompa abruptamente num momento menos esperado.

Foi já afirmado que a esmagadora maioria das inscrições da região de Bragança respeita ao âmbito funerário e que a estrutura textual dos epitáfios é marcada por uma extrema simplicidade. Quanto à tipologia desses monumentos, também não resta dúvida de que a estela é o suporte mais utilizado, pois o altar só por quatro vezes o é e apenas excepcionalmente se documentam outros suportes, como o marco ou o cipo.

Importará, agora, tecer algumas considerações acerca da integração destes monumentos no espaço funerário e de um eventual significado social que se lhes possa estar associado. A adoção do epitáfio é, por si só, um importante indício de aculturação, mas discorrer acerca do significado simbólico da iconografia que apresentam os diversos monumentos funerários será um caminho profícuo – ainda que não isento de dificuldades – para aprofundarmos a visão sobre a simbiose cultural que aí parece reflectir-se, além de servir para uma aproximação à expressão que reveste o culto dos mortos.

### 2.6.1. O monumento epigráfico e a sua integração no espaço funerário

No que toca à região de Bragança, a arqueologia permanece muda quanto às práticas ou ao ritual funerário usado nas necrópoles da época romana – de maneira geral, acomodadas junto dos povoados – ou mesmo quanto à organização espacial destas.

Os diferentes tipos de monumentos epigráficos inventariados permitem-nos, timidamente, afrontar esse silêncio, pois apesar de nenhum ter aparecido *in situ*, a sua definição tipológica pode ser reveladora da organização do espaço sepulcral.

As estelas destinar-se-iam a ser fincadas sobre o local do enterramento, apresentando algumas uma parte completamente em bruto, precisamente destinada a essa função; a mesma forma de utilização pode ser intuída para o marco.

Algumas aras também teriam um destino idêntico ao das estelas, como indica a de Varge (n.º 109), mas tendo, de ordinário, uma base bem acabada, e regular, será de pensar no seu assentamento sobre um suporte ou directamente na própria terra.

Parte das estelas apresentam acabamento estendido à totalidade dos lados, num sinal claro de que se destinariam a ser colocadas isoladamente. Pelo menos alguns dos altares poderiam ter uma utilização idêntica, mas a inexistência de molduração na face posterior, como se vê no de Castro de Avelãs (n.º 75) e no de Parada de Infanções (n.º 62), deixa-nos em aberto – salvaguardadas as diferenças de dimensão que existem entre eles – a possibilidade de terem sido usados em associação a qualquer estrutura arquitectónica, hipótese que também pode ser levantada para o pequeno cipo de Grijó de Parada (n.º 44).

### 2.6.2. *Uma leitura social do monumento funerário*

O monumento funerário representa o resultado de uma encomenda, por parte de uma família ou de um indivíduo, com vista a memorar um defunto. Nele é gravado o seu epitáfio, no qual a menção do nome é primordial, de molde a que perdure pelos tempos. Mas que leitura social nos permitem os monumentos funerários da região de Bragança?

A relação quantitativa entre os diversos tipos de monumentos funerários da região parece avaliar o que A. Tranoy (1981, p. 357-360) já concluiu para o conjunto do Noroeste relativamente à sua repartição territorial, isto é, que o altar estaria praticamente ausente nas zonas rurais, onde os habitantes se contentariam em adoptar o monumento mais simples, a estela.

De facto, a estela reina neste espaço. Mas que podemos saber dos que adoptaram os monumentos que se revelaram regionalmente excepcionais? A análise da onomástica dos defuntos memorados no marco e no cipo revela serem estes indígenas, como parecem ser os que receberam como suporte do seu epitáfio uma ara, ainda que estes denotem significativo grau de aculturação (*Proculeius Gracilis*, *Lucanus Capito*, *Cebala Gemini*, neta de *Metellus*). Há, entre os defuntos memorados por meio de estelas, alguns com idêntico nível de aculturação onomástica, pelo que a diferença entre a encomenda de um ou outro tipo de monumento deverá ter uma leitura sobretudo cultural e económica – ilustrativamente, a família de *Cebala* é, como defendemos, o pretense caso de uma família localmente notável e endinheirada, como comprova, por exemplo, a posse de pelo menos uma escrava.

### 2.6.3. *Notas sobre o simbolismo da iconografia funerária*

São diversos os elementos decorativos que compõem a iconografia dos monumentos funerários da região. As estelas mostram-se o espelho privilegiado dessa gramática decorativa – só duas aras possuem elementos deste género – que habitualmente emoldurava os letreiros funerários. Nessas composições ornamentais, devem misturar-se gostos e tendências, mas também uma mensagem simbólica que, em parte, se poderá pôr em relação com concepções ligadas ao culto dos mortos<sup>38</sup>. Do ponto de vista cultural, são, sem dúvida, exemplo de uma intrincada aculturação, em que se mesclam motivos icónicos do acervo indígena com outros de sabor alóctone, tornando-as em manifestações ímpares da arte provincial romana.

Como nota prévia, convém realçar que a repetição, a associação ou as diferentes dimensões com que se representam alguns motivos simbólicos, mormente astrais, num mesmo monumento funerário, devem ser entendidas como pleonasma gráfico relacionado com a ambivalência desses mesmos símbolos (Abásolo, Albertos e Elorza, 1975, p. 67), uma característica da própria iconografia funerária das estelas da metade setentrional da Península (Abásolo e Marco, 1995, p. 334)<sup>39</sup>.

Os elementos decorativos que inventariámos podem agrupar-se – para maior facilidade de apresentação – em meia dúzia de categorias (símbolos astrais, elementos arquitectónicos, representações zoomórficas, representações fitomórficas, representações humanas, objectos diversos) que, sucintamente, comentaremos, apresentando as mais significativas propostas interpretativas relativamente ao seu simbolismo.

### 2.6.3.1. Símbolos astrais (*roda de raios curvos, rosácea, estrelas, crescente lunar, círculos, esquadros*)

Apelidamos de símbolos astrais as rodas de raios curvos, as rosáceas, o crescente lunar, as estrelas e os círculos.

A roda de raios curvos e a rosácea (motivo em forma de flor aberta com configuração geométrica) consideram-se representações do sol, ainda que a primeira possa também significar o trono (Abásolo, Albertos e Elorza, 1975, p. 69)<sup>4º</sup>. Estando a rosácea escassamente representada nas epígrafes funerárias da região (n.ºs 60 e 88), a roda é, por seu lado, um motivo quase constante, não havendo simultaneidade na apresentação destes motivos numa mesma peça. Estas representações gozam, quase sempre, de uma posição preponderante no conjunto decorativo de cada um dos monumentos; nas estelas, constituem o motivo central da cabeceira, salvo na n.º 61, na qual, ainda assim, a roda de raios curvos detém um lugar central. Esta preponderância não é, porém, tão expressiva nas aras funerárias, já que, nestes casos (n.ºs 62 e 75), a presença da roda de raios curvos, apesar de acontecer em duplicado, relaciona-se com a ornamentação dos *puluilli*.

Outro símbolo astral consideravelmente bem representado nas estelas da região é o crescente lunar. Pode significar, segundo Cumont (1942, p. 177-252), a *morada dos mortos*; a *protecção sobrenatural*, de acordo com A. Nock (1942, p. 142); ou, seguindo a proposta de Le Glay (1966, p. 173), a *esperança no Além*.

A importância e antiguidade do culto lunar na Península Ibérica parece ser um dado adquirido para a historiografia tradicional (Mantas, 1982, p. 68-70), pelo que as representações de crescentes nos monumentos funerários podem relacionar-se com a ideologia religiosa indígena, como têm defendido vários autores, dos quais podemos citar García y Bellido (1949, p. 331), D. Juliá (1971, p. 24-25) ou Abásolo e Marco (1995, p. 336), entre outros.

A execução do crescente assume formas diversas, desde a sua configuração em relevo ou em rebaixe, à sua redução a simples semicírculos incisos; é, porém, com insegurança que fazemos a ligação dos motivos representados nas estelas n.º 28 e 105 com este símbolo astral, apesar das suas respectivas posições no interior do conjunto decorativo incitarem a essa possibilidade.

A representação deste motivo nem sempre se faz em posição preponderante ou central. Esta primazia acontece apenas em seis monumentos (n.ºs 21, 37, 71, 72, 81 e 107); quando a roda de raios curvos detém essa posição, o crescente pode surgir logo abaixo, de permeio entre ela e o campo epigráfico, ou sob este espaço, acontecendo ainda que, por duas vezes, se nos afigura representar-se um par de crescentes colocados lado a lado (n.ºs 32 e 56), numa espécie de pleonasma decorativo. Em metade das vezes que surge como motivo central da cabeceira, aparece invertido (n.ºs 71, 72 e 81); ainda nesse papel, também se mostra associado a um tridente (n.º 21) – sem que para este caso disponhamos de uma satisfatória interpretação – ou a um conjunto de três estrelas, dispostas em triângulo (n.º 37), que poderemos considerar como astros menores, ainda que Hatt (1986, p. 334) tenha interpretado situações idênticas, presentes em tumbas dos Voges, como motivos ornamentais derivados do tema das *três rosas*, que aparece no mundo romano associado a alguns monumentos funerários de militares.

Como no exemplo que acabamos de apontar, as estrelas, mas também os círculos (n.ºs 21, 27, 52, 53, 73 76 e 79), podem, segundo alguns (Abásolo, Albertos e Elorza, 1975, p. 70), considerar-se astros menores, porque em nenhum caso se assumem como representações astrais únicas ou principais.

Quanto à origem da representação dos motivos astrais, Abásolo e Marco (1995, p. 336) aceitam o seu indigenato, ainda que não menosprezem uma possível concorrência de modelos icónicos provenientes de outras partes do mundo romano, introduzidos na Península por via dos contingentes militares; neste sentido, M. Navarro (1998, p. 177) chega a sugerir que a roda de raios curvos possa ter uma origem itálica, considerando poder representar uma transformação do motivo da rosácea hexapétala patente em certas estelas de militares do Norte peninsular. Não negando a provável influência das estelas de legionários na eclosão deste tipo de monumento funerário em alguns meios indígenas, não deixamos de assinalar que a rosácea é motivo patente em manifestações artísticas do Noroeste, presumivelmente pré-romanas, nomeadamente do âmbito da ourivesaria *castreja*<sup>41</sup>.

A conclusão a retirar da representação incessante de motivos astrais nos monumentos funerários é, conseqüentemente, a de que podem reflectir crenças tradicionais indígenas, nomeadamente expressando uma concepção escatológica baseada na imortalidade da alma e num destino astral dos mortos, que, por exemplo, é concretamente apontada por Sílio Itálico (*Pun.*, 3, 340-343) para os Celtiberos<sup>42</sup>.

Incluímos nesta categoria, à falta de melhor solução, e por andarem sistematicamente associados a símbolos astrais, uns motivos recorrentes nestas epígrafes, como em boa parte das da metade setentrional da Península, que designámos, sucintamente, de esquadros, ainda que mais correctamente pudéssemos apelidar de emblemas angulosos<sup>43</sup> em forma de esquadro (Abásolo e Marco, 1995, p. 339), por ser uma designação mais neutral.

García y Bellido (1949, p. 333) designou-os de *esquadros de alvanel*, numa alusão directa à forma daquela ferramenta, e Abásolo, Albertos e Elorza (1975, p. 70-72) de *braços de Atlante*, em razão de os apêndices que por vezes rematam as suas extremidades lembrarem dedos – aquilo que nas estelas bragançanas designámos de extremidades bífidas –, recordando o conjunto uns *braços dobrados*, os de Atlante.

Para Abásolo e Marco (1995, p. 339-340), trata-se de motivos de procedência oriental que significam, num processo de *requalificação simbólica* – em estelas da Ásia Menor com o motivo da porta, figuram o buraco da fechadura – o elemento de trânsito para um mundo astral.

### 2.6.3.2. Elementos arquitectónicos (arcarias, colunas/pilastras)

Nesta categoria integram-se representações de arcarias ou de simples arcos, que ocupam nas estelas de esquema tri ou quadripartido o registo decorativo inferior, e de colunas/pilastras, que aparecem a flanquear o texto epigráfico.

A interpretação dos elementos arquitectónicos associados à parte inferior das estelas tem suscitado múltiplas interpretações. No *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Hübner (1869, 1892) considerou as várias representações de carácter arquitectónico coligidas na epigrafia peninsular como sendo meros arcos (*CIL* II 5773), outras vezes como se tratando de pontes e aquedutos (*CIL* II 5819) ou, mais simplesmente, pilares destas mesmas construções (*CIL* II 869). Também Elorza (1970, p. 235-236) virá a interpretar as arcarias da epigrafia alavesa como arcos de ponte.

J. Leite de Vascelos (1913, p. 407, 435-440) considera serem portas as representações iconográficas em causa; toma como base uma estela proveniente de Duas Igrejas, a partir da qual interpreta os vãos estreitos terminados em bico como portas e os círculos que se

lhes sobrepõem como frestas ou óculos (cf. Vasconcelos, 1913, p. 417, fig. 194). Assim, propõe que estas representações sejam chamadas de *Portas do Céu*, já que representavam a passagem ou a travessia que as almas teriam que fazer para o outro mundo, ou melhor, como ele próprio refere, para *as regiões aéreas ou celestes*; cautelosamente, não deixa ainda de questionar se estas portas não representariam as do próprio túmulo. Outros autores, mesmo recentemente, militam a favor da interpretação destes motivos como portas, a representação da erudita *Porta do Hades* (cf. Cumont, 1942, p. 481; García y Bellido, 1949, p. 334-336; Lemos, 1993, *Ib*, p. 476; Hernández, 1994, p. 743).

A opinião de F. M. Alves (1934, p. 21-23) foi no sentido do antropomorfismo destas representações. Não considerou estarem por representação do defunto, mas das pessoas que o acompanham, tais como mulheres e criados – colhe esta ideia de uma cena representada numa estela de Picote (Alves, 1934, p. 66, n.º 31), em que duas figuras humanas seguram, entre si, um recipiente de grandes dimensões, considerando que a estilização é caminho inevitável na repetição vernácula de um motivo iconográfico –, ou dos sepulcros, miniaturizados, em que os defuntos eram enterrados, dado que considera flagrante a analogia com a planta das sepulturas escavadas na rocha, frequentemente identificadas no distrito de Bragança; logicamente, peca esta última sugestão por repousar no pressuposto errado – fruto do estado do conhecimento arqueológico da sua época – de que os romanos usavam este tipo de sepulturas a que atribuímos hoje uma cronologia plenamente medieval.

Mais recentemente, J. A. Abásolo, M. L. Albertos e J. C. Elorza (1975, p. 74-77) consideraram que as arcarias representariam uma transposição do conceito de arco honorífico, enquanto monumento. Ou seja, a inclusão desses motivos decorativos nas estelas funerárias, já por si monumentos e memória, significaria a transposição da monumentalidade específica de que goza aquela construção. De facto, o arco honorífico, enquanto estrutura que materializa uma passagem, foi assumindo, segundo os contextos e as épocas em que se insere, papéis simbólicos diversos: se, inicialmente, serviu para a realização de rituais, de valor sagrado e apotropaico, tornou-se, no início do Império, num importante instrumento plástico para enaltecer e divinizar uma personagem, chegando mesmo, em Itália, a passar para a esfera privada com a sua construção por, e para, notáveis locais, como bem ilustra o arco dos *Gauii*, em Verona, que se elevava, inicialmente, fora da cidade, numa provável área funerária reservada à *gens Gauia* (Gros, 1996, p. 56-63).

Segundo Gros (1996, p. 64-66), o carácter simbólico dos arcos honoríficos facilitou o seu sucesso nas províncias ocidentais, estando documentados na Tarraconense desde o período augusto-tiberiano; nesta província, encontram-se a prová-lo, os arcos de Bara, perto de Tarragona, da ponte de Matorell e de Medinaceli, em Sória, sendo exemplos peninsulares que desde cedo se impuseram com todo o simbolismo que lhes está inerente, o qual bem poderia ter transcorrido para as estelas funerárias. Em nosso entender, nesse simbolismo podem fundir-se as ideias ligadas ao seu carácter honorífico e as que se relacionam com a sua função de passagem, ligando-o à expressão da *viagem* para um destino extraterreno.

### 2.6.3.3. Representações zoomórficas (*javali, veado, fêmea de cervídeo, representação aviforme*)

Quatro das estelas bragançanas apresentam representações zoomórficas, entre as quais se contam um javali (*Sus scrofa*) (n.º 97), um veado (*Cervus elaphus*) (n.º 76), uma fêmea de cervídeo (n.º 61), cerva (*Cervus elaphus*) ou corça (*Capreolus capreolus*), e um motivo que, genericamente, designámos de ornitomórfico (n.º 60). O seu posicionamento na estrutura decorativa dos monumentos não é único: tanto podem surgir por cima do campo epigráfico (n.ºs 61 e 76), como por baixo dele (n.ºs 60 e 97).

Falando das estelas do tipo “Picote”, A. Tranoy (1981, p. 349) refere que os motivos zoomórficos estariam, muitas das vezes, em relação com o(s) defunto(s) pelo tamanho ou idade dos animais representados e concebe que o animal possa significar o testemunho de um sacrifício que foi realizado em favor do(s) defunto(s). Lemos (1993, Ib, p. 478) expressa igualmente esta perspectiva de relacionamento entre zoomorfos e defuntos, sugerindo que na sua base poderiam estar critérios ligados com a idade e a divisão sexual.

Quanto ao motivo ornitomorfo que ornamenta a estela n.º 60, já anteriormente expressámos a nossa opinião (vd. p. 204) de que não só, mas também pela sua originalidade no contexto regional, poderá ser entendido como uma influência clássica, surgindo como símbolo da alma do defunto (cf. Abásolo, Albertos e Elorza, 1975, p. 73) ou até como símbolo de apoteose (Hatt, 1986, p. 407)<sup>44</sup>.

Os exemplares bragançanos de estelas com representações de quadrúpedes não permitem uma aproximação às propostas sugeridas por aqueles autores, porque não existe para as três peças em causa constância de dados relativos ao sexo e idade dos defuntos. No entanto, seja qual for o seu verdadeiro simbolismo, é certo que estas representações zoomórficas terão de ser postas em relação com um fundo indígena autóctone, quer seja com a escultura zoomórfica – *berrões* –, em que se representam o porco e o javali, mas também o touro (Santos Júnior, 1975)<sup>45</sup>, quer seja com manifestações de arte rupestre datáveis da Idade do Ferro, como as de Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa), nas quais se plasmam cervídeos, canídeos, bovídeos e cavalos (Baptista, 1983).

#### 2.6.3.4. Representações fitomórficas (ramos de teixo e outros)

Uma ara (n.º 75) e, supostamente, uma estela (n.º 56) mostram representações fitomórficas que interpretamos, seguindo J. d’Encarnação (1994b, p. 651, 1999b, p. 22)<sup>46</sup>, como ramos de teixo (*Taxus baccata*). Como qualquer ramo verde, ou ramagem, podem ser entendidos como símbolo de vitória, de ascensão, de regenerescência e de imortalidade (Chevalier e Gheerbrant, 1994, p. 502); porém, a própria árvore (o teixo), de que são uma parte, teve um papel simbólico importante em várias tradições religiosas, nomeadamente na celta, na qual foi assumida como árvore funerária e com propriedades mágicas (Chevalier e Gheerbrant, 1994, p. 637-638; Earle, 1999). A sua natureza venenosa (devido à taxina que contém) e simultaneamente medicinal (por via do taxol que da taxina é possível isolar) bastaria, talvez, para que se lhe reservasse um carácter místico; mas outras características que lhe são inerentes, como a persistência das suas folhas sempre-verdes, a resistência da sua madeira ao apodrecimento e a sua extrema longevidade, mostram-se suficientemente fortes para que pudesse ser eleita como meio de sugerir realidades transcendentais<sup>47</sup>.

A representação dos ramos do teixo surge noutros monumentos funerários da Astúria, bem como nas estelas vadinienses, mas também se faz em epígrafes votivas, quer seja na região de Bragança, no Planalto Mirandês ou em Astorga (vd. p. 227); poderá este facto ter, paralela e, quiçá, primordialmente, uma leitura cultural, ligada ao facto de o teixo poder revestir um carácter emblemático para os Ástures – foi a partir desta árvore que os habitantes do *Mons Medullius*, símbolo da resistência ásture contra os Romanos, extraíram o veneno para pôr fim à vida, como nos informa Floro (2, 33, 50-58): *Captum [Aracelium oppidum] tamen postremo fuit Medulli montis obsidio, quem perpetua XV milium fossa comprehensum undique simul adeunte Romano postquam extrema barbari uident, certatim igne ferro inter epulas uenenoque, quod ibi uolgo ex arboribus taxeis exprimitur, praecepere mortem seque pars maior a captiuitate, quae morte grauior ad id tempus indomitae uidebatur, uindicauerunt.*

Supostamente, o motivo que na estela de *Arco Melbi* (n.º 23) encima a roda de raios curvos é uma representação vegetal estilizada, a que, assim sendo, atribuímos o mesmo significado simbólico que apontámos, *generaliter*, para o ramo.

#### 2.6.3.5. Representações humanas (figuração do defunto)

Apenas uma estela (n.º 80) apresenta uma figura humana, acolhida na sua cabeceira, no interior de campo rebaixado. É, provavelmente, uma representação do próprio defunto, *Reburrius Reburri*, de quinze anos, e não se tratará aqui de um retrato propriamente dito, mas de uma simples alusão ao jovem falecido.

Intimamente ligado ao meio rural (Tranoy, 1981, p. 352), este tipo de monumentos parece resultar da adopção, por parte de artesãos indígenas, de um hábito claramente romano que, em última instância, pode ter como modelo os retratos de togados sob nichos de Mérida, os quais, por sua vez, se inspiram em produções itálicas (García-Gelabert e Blázquez, 1994, p. 309-310).

#### 2.6.3.6. Objectos diversos (lança e gládio, torques, tridente)

Em algumas estelas também surgem representações de objectos que passaremos a analisar, um a um.

Na lápide funerária de *Calpurnius Reburrius* (n.º 39), cavaleiro da II Ala Flávia, aparecem representados, dentro de campo cruciforme, um gládio e uma lança; neste caso concreto, julgamos que as duas armas se gravaram em alusão directa à actividade militar do defunto, revestindo quase que o carácter de *instrumentos de trabalho*, sem que haja nelas qualquer simbolismo transcendental que esteja para além do reforço do carácter honorífico que se imprimiu ao epitáfio.

A representação de torques aparece num conjunto de estelas, sempre a envolver a representação astral que constitui o motivo central da cabeceira. Na maioria dos casos, essa alusão assume considerável esquematismo, mas, ainda assim, é possível identificar nos monumentos n.ºs 28 e 47 o pormenor das suas extremidades reviradas. Nas estelas n.ºs 76 e 86, a representação ganha maior realismo, definindo-se bem o aro e os remates, aparentemente periformes.

A função do torques, enquanto jóia, tem de colocar-se em relação com as sociedades e as épocas, mas, genericamente, trata-se de um adorno usado por homens e mulheres de determinado estatuto social (Balseiro, 1994, p. 44). No Noroeste peninsular, a utilização destas jóias parece ser exclusivamente masculina e, segundo A. C. F. Silva (1986, p. 234), pode ser entendida como manifestação da dignidade da função guerreira; porém, na Europa céltica, nomeadamente na Gália, estiveram, pelo menos durante alguns períodos, associadas ao uso feminino (Silva, 1986, p. 235). Sabe-se, também, que os próprios romanos eram conhecedores deste adorno e que acabaram por adoptá-lo como símbolo de distinção (Balseiro, 1994, p. 44).

A sua integração na iconografia funerária das estelas deve, provavelmente, relacionar-se com esta carga simbólica ligada à distinção e à dignidade, numa alegoria à heroicização ou exaltação do defunto.

Um terceiro ícone que incluímos nesta categoria é o tridente, que se descobre em quatro peças. No caso da estela n.º 21, este motivo surge em posição preponderante, associado a uma figuração de crescente lunar; nos restantes exemplos é colocado, centrado, sobre o campo epigráfico (n.º 80), por baixo deste (n.º 82) ou, simultaneamente, em cima e em baixo do letreiro, repetido por quatro vezes (n.º 28).

É, curiosamente, um motivo usual no grupo de estelas de Cárquere, nas quais aparece gravado lateralmente, combinado com elementos vegetais ou simples (Caron, 1996, p. 81).

Encontramo-lo também em duas estelas da província de León (Diego, 1986, p. III, n.º 101, p. 165-166, n.º 201)<sup>48</sup>. Apesar disso, não parece ser um motivo demasiado frequente.

O tridente é, na história da Antiguidade Clássica, lembrado quer como arma ofensiva do gladiador *retiarius*, quer como emblema do deus Neptuno, indicando o seu poder sobre o mundo oceânico (Chevalier e Gheerbrant, 1994, p. 659). Não cremos que a sua presença nas estelas bragançanas tenha alguma destas influências eruditas<sup>49</sup>, mas, presumivelmente, será de admitir a sua ligação com o ideário simbólico autóctone, sobretudo pelo seu aparente vínculo com meios indígenas, como se demonstra por estas epígrafes e pelas de Cárquere. Também não parece muito convincente a sugestão de Caron (1996, p. 82), que o relaciona com a forquilha utilizada nos trabalhos agrícolas.

Na cabeceira de uma estela de Rebordãos (n.º 21), o tridente aparece associado a um crescente lunar, e em posição preponderante no conjunto iconográfico, pelo que não descuramos a hipótese de poder ter um simbolismo relacionado com o mundo cósmico<sup>50</sup>.

O uso generalizado da estela está de acordo com o carácter iminentemente rural que caracterizaria a região de Bragança na época romana. Porém, este tipo de monumento funerário assume, localmente, uma riqueza iconográfica impressionante, prenhe de simbolismo, que funde um ideário que consideramos entroncado no substrato social indígena com influências alóctones, relacionadas com o mundo clássico ou oriental, numa autêntica simbiose cultural. A simbologia astral – embora não se desdenhe de uma possível influência clássica – parece poder relacionar-se com um fundo indígena, tal como a representação de elementos vegetais associáveis ao teixo, de alguns zoomorfos, de jóias, como o torques, ou, eventualmente, de tridentes; a iconografia ligada aos elementos arquitectónicos, os símbolos angulosos em forma de esquadro ou os ornitomorfos são, como, naturalmente, a própria ideia do epitáfio, o monumento ou o alfabeto, imputáveis à presença romana.

O resultado é uma manifestação de arte provincial extremamente emblemática, que nos sugere que os utilizadores destes monumentos tinham uma concepção escatológica baseada na imortalidade da alma e num destino astral dos mortos, como parece sussurrar-nos a omnipresença de símbolos astrais na cabeceira das estelas ou nos *puluilli* dos altares, com óbvio destaque para a roda de raios curvos.

## 2.7. Apontamento sobre o estatuto jurídico da população e o quadro administrativo

É um assunto extremamente delicado, e não menos complexo, o que se prende com o estatuto jurídico da população peninsular, e em especial do Noroeste, pelo que abordá-lo de forma sistemática não é o nosso objectivo. Mesmo assim, não queremos deixar de o referir, sobretudo, porque também se prende, de forma directa, com a informação das inscrições em análise.

Antes de tudo, fazemos uma pequena reflexão acerca do significado que a expressão *Ordo Zoelarum* possa ter, já que este facto se prende com a definição do estatuto político do território dos Zelas. O termo *Ordo*, aplicado da forma como se apresenta na inscrição n.º 1, com procedência de Castro de Avelãs, não é frequente (cf. Le Roux, 1992, p. 179, n. 22); alguns autores, porém, equiparando esta menção a um presumível *Ordo Decurionum*, não se coibiram de atribuir um estatuto municipal à *ciuitas* dos Zelas (Pastor, 1977, p. 110, 1981, p. 22; Lemos, 1995, p. 302).

Viu-se, a propósito da *Tabula* de Astorga (CIL II 2633), que, entre o início do século I (27 d.C.) e os meados do século seguinte (152 d.C.), se havia produzido uma evolução no estatuto político-administrativo do território zela com a aplicação do esquema romano da *ciuitas*, ainda que determinadas unidades organizativas continuassem estruturadas dentro desta nova realidade, que tem relativamente a elas um papel aglutinante e assimilador (cf. González, 1986, p. 96-101).

F. Sande Lemos (1993, lb, p. 388) propõe a hipótese de que o reconhecimento da *ciuitas* possa ter acontecido na época de Cláudio, considerando a possibilidade de a epígrafe honorífica de Gostei (n.º 12), que lhe é dedicada, poder ser disso testemunho<sup>51</sup>. É uma hipótese plausível, tanto mais que se conhecem algumas ações de delimitação territorial da época de Cláudio, como por exemplo o estabelecimento, por meio de *termini*, dos limites entre os *prata* da *Cohors IV Gallorum* e os territórios das *ciuitates Luggonum* e *Beduniensium* ou entre o território desta e os *prata* da *Legio X Gemina* (Le Roux, 1982, p. 112-116; García, 1996a, p. 560-562).

Mas, quanto à possibilidade de a *ciuitas* ter tido um estatuto privilegiado, não possuímos, do ponto de vista epigráfico – muito menos do literário ou do arqueológico –, quaisquer dados que nos permitam inferir que tenha usufruído do estatuto político municipal. Pelo menos no Noroeste peninsular, a concessão do *Ius Latii* por Vespasiano<sup>52</sup> parece não ter implicado, obrigatoriamente, urbanização ou municipalização, mas actuou como meio de reestruturação das comunidades, que passam a funcionar ao modo romano, do ponto de vista de uma *praxis* administrativa (cf. Pereira, 1984, p. 285-286; Santos, 1986, p. 109). Nestes modelos de organização local ao modo romano são utilizados alguns elementos dos mecanismos de funcionamento municipal ou colonial e um dos aspectos mais interessantes, e proveitosos para as elites locais que participam nesta organização, é, precisamente, o *ius adipiscendae ciuitatis per magistratum* (Pereira, 1984, p. 285-286; Ortiz de Urbina, 1999, p. 135-136).

Em nossa opinião, será neste contexto que se poderá, mais apropriadamente, entender a referência a um *Ordo Zoelarum*: um órgão que adopta uma nomenclatura *municipalizante*, peça de uma organização comunitária em face do *Ius Latii*, num esquema de municipalização virtual<sup>53</sup>.

O estatuto latino da *ciuitas Zoelarum* terá, evidentemente, consequências no estatuto jurídico da população. O benefício do *Ius Latii* numa comunidade – como, presumivelmente, na *ciuitas Zoelarum* – permite que, de uma forma mais fluente, se estabeleça uma divisão social entre *peregrini* e cidadãos romanos por força do funcionamento de magistraturas locais, caso contrário, o acesso à cidadania apenas poderia fazer-se por intermédio de uma concessão pessoal (*uiritim*) do imperador ou pelo expediente do ingresso nas forças militares romanas.

No seio da população livre é possível distinguir, desta forma, entre cidadãos romanos e peregrinos. Estes identificam-se com um nome único seguido do patronímico, ao passo que os que apresentam um gentilício latino devem contar-se entre os que desfrutam do estatuto jurídico privilegiado (cf. Chastagnol, 1990-92, 1993); obviamente que ficam fora deste estatuto os que usam um gentilício latino como nome único, secundado pelo nome do pai em genitivo, pois apesar de a antroponímia ser latina, a fórmula onomástica é própria da população peregrina, como se documenta nos n.ºs 29, 43, 45 e 46.

Vimos já que a maioria dos indivíduos que apresentam uma denominação gentílica o faz dentro do esquema dos *duo nomina*; apenas *M. Placidius Placidianus*, dedicante de um dos altares consagrados a *Aernus* (n.º 3), faz uso do *praenomen*, embora se possa suspeitar que um dos dedicantes da ara dedicada a Júpiter (n.º 6) em Babe também assim se identifique.

Acontece que *Elanicus Taurinus* (n.º 8) e *Anna Iemuria* (n.º 19) têm, em lugar do gentilício romano, nomes indígenas que funcionam como falsos *nomina* (aparentemente, este

*nomen* falso não se transmitirá aos filhos), situação que é, por exemplo, bastante documentada em território gaulês (Hatt, 1986, p. 35-37). Nestes casos, estaremos perante uma engenhosa forma de adaptação do sistema de identificação indígena à fórmula romana, através da passagem do cognome paternal aos filhos sob a forma de pseudo-gentílico, com se verifica na zona belga (cf. Hatt, 1986, p. 36)? Infelizmente, não temos outros dados acerca destes indivíduos que permitam estabelecer um *stemma* da família e, conseqüentemente, responder à questão. Mas, se aceitássemos este facto, ainda que hipoteticamente, como verosímil, seria ele fruto de um processo oficial ou ficar-se-ia a dever a uma imitação à margem desses mecanismos efectivos de promoção? Não percamos de vista que neste meio rural, apesar de engrenado na nova dinâmica estrutural romana, acabam por se verificar práticas muito peculiares, como a que vimos a propósito da formação de gentílios a partir de cognomes<sup>54</sup> ou a do uso de *nomina* em posição de *cognomina*.

A investigação epigráfica só excepcionalmente nos permite reconhecer a forma que revestiu o acesso à cidadania, em função das possibilidades apontadas. A condição cidadã de *Calpurnius Reburinus* (n.º 39) emana, verosimilmente, da sua prestação militar ao serviço da *Ala II Flavia Hispanorum ciuium Romanorum*; este último título é apenas honorífico (Le Roux, 1982, p. 145), não significando que fosse constituída por cidadãos romanos, mas é certo que o ingresso nas forças militares auxiliares era uma via segura de promoção jurídica para a população peregrina (cf. Le Roux, 1982, p. 335; Zienkiewicz, 1994, p. 25). E que pensar de *Lucretius Valens* (n.º 2), atendendo à voga destes antropónimos nos meios militares do *conuentus Asturum*, numa época mais ou menos coincidente com a cronologia que propomos para o altar que consagra a *Aernus*?

O acesso à cidadania por parte de *Aurelius Decuminus* (n.º 28) poderá ser mais tardio, presumivelmente relacionado com o Édito de 212, cujos efeitos virão a fazer-se sentir, de forma mais acentuada, a partir de meados do século III (cf. Navarro, 1998, p. 190).

O que efectivamente sabemos é que o *dossier* epigráfico da região de Bragança revela que o número de indivíduos com o estatuto cívico romano é, claramente, inferior ao da população peregrina, independentemente da questão de saber como se atingiu esse privilégio.

A utilização dos monumentos epigráficos – sobretudo funerários, mas também votivos e honoríficos – por parte da população da região, além de indicador cultural, é também, como claramente realçou A. Tranoy (1984b), um indicador do nível económico da clientela dessas pedras escritas na língua do Lácio; este autor associa uma parte importante da clientela que encomenda estas peças – *même si les monuments ne présentent pas toutes les qualités idéales dans la facture et dans la gravure* (Tranoy, 1984b, p. 271) – a um meio de notáveis estabelecidos no espaço rural, o sustentáculo de oficinas locais, como a que, por exemplo, apontámos para a depressão de Bragança.

A interpretação da estrutura agrária e da propriedade de Trás-os-Montes Oriental – e, naturalmente, da região bragançana – na época romana, ensaiada por F. Sande Lemos (1993, Ib, p. 450-453), leva-o a considerar uma reestruturação territorial em que a propriedade privada se substitui às terras que na Idade do Ferro teriam uma exploração comunitária, embora admita que em alguns casos específicos se possam ter mantido formas de propriedade e de exploração colectiva do solo (associadas a alguns povoados fortificados romanizados). Deste modo, também este investigador conclui que *o florescimento de uma epigrafia funerária, assaz numerosa, revela a formação de um grupo de proprietários que acumulam excedentes* (Lemos, 1993, Ib, p. 452), que, atendendo à sua interpretação do povoamento romano, teria uma distribuição preferencial por aglomerados rurais (aldeias) e *uici* (Lemos, 1993, Ib, p. 472-474).

Os dados arqueológicos e epigráficos parecem congruentes no que concerne à interpretação da existência de uma elite proprietária nesta zona do território transmontano.

Não pertencerão a essa elite, logo no primeiro século da nossa era, o dedicante da inscrição consagrada ao *Diuus Augustus* (n.º 11) ou *Metellus*, o dono de *Acca* (n.º 14)? A difusão da cidadania virá, paulatinamente, a funcionar como *sancionamiento jurídico de la desigualdad social* (cf. Sastre, 1999, p. 355) já que as naturalizações não afectaram a totalidade da população, mas, sem dúvida, constituíram uma etapa importante na consolidação do processo de integração das populações indígenas no quadro do Estado romano.

A integração das populações do Noroeste hispânico e a organização administrativa constituem tarefas que começam, desde cedo, a ser postas em prática. É sabido que Augusto participa pessoalmente nas guerras cântabro-ástures e que foi sob a sua égide que se procedeu às reorganizações provinciais em 27 a.C. e 16-13 a.C. Com o aparecimento da *Tabula Lougeiorum* (Pereira, 1985-86), recolocou-se o problema da criação das divisões conventuais, que se consideravam da época de Cláudio ou de Vespasiano. A referência à existência de um *conuentus Arae Augustae* em 1 d.C. torna verosímil a criação dos *conuentus* com Augusto, provavelmente em simultâneo com a reorganização provincial efectuada entre 16 e 13 a.C. (Dopico, 1986). Adquiridos uma sede e um território, os *conuentus* passam a desempenhar, pela sua importância funcional (cf. Dopico, 1986), um indiscutível papel na integração das populações submetidas à novel estrutura estatal. Uma análise, mesmo fugaz, sobre a cartografia relativa à rede viária do Noroeste peninsular permite constatar que essa malha de estradas está em estreita relação com as capitais conventuais<sup>55</sup>; perante este facto, e aceitando uma criação conventual augustana, não podemos deixar de sugerir que a contagem das milhas registadas nos miliários de Castro de Avelãs (n.º 127) e Babe (n.ºs 128 e 130) possa ter em consideração o traçado desta circunscrição territorial. A nossa proposta de leitura do número de milhas marcado no monólito de Castro de Avelãs, datado de 2 a.C., enquadra-se bem com o que resta das indicações das milhas dos miliários de Babe, podendo, inclusivamente, ser lidas de forma cumulativa relativamente ao miliário de Augusto<sup>56</sup>, pelo que não será de excluir que a contagem das distâncias destes marcos possa estar realizada em função da fronteira conventual, a divisão entre os territórios bracarense e asturicense<sup>57</sup>.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Neste conjunto de 85 referências onomásticas identificam-se 145 pessoas (em 5 casos são presumidas pelo facto de estarmos perante uma estrutura onomástica de cognome + patronímico em que apenas se conhece um dos elementos), das quais 116 são homens (58 correspondem a indivíduos indirectamente referidos pelas referências patronímicas), 23 são mulheres e 6 são de sexo indeterminado; utilizando os dados constantes dos textos em que a interpretação das estruturas onomásticas é dubitativa, poderemos acrescentar àquele número mais 16 pessoas, entre as quais se contam 9 homens, 3 mulheres e 4 indivíduos de sexo indeterminado. O número total de pessoas reflectido neste conjunto epigráfico é de 161.
- <sup>2</sup> Apesar de se registar em dois textos diferentes (n.ºs 14 e 42), o antropónimo *Metellus* foi contabilizado uma única vez por existir uma fortíssima probabilidade de, em ambos os casos, se tratar da mesma pessoa.
- <sup>3</sup> Acerca destas problemáticas, sugere-se, sobretudo pelo seu carácter sintético e prático, a consulta de J. d'Encarnação (1984a, p. 765-772) e de L. Curchin (1987, p. 162-163). Veja-se, ainda, López Barja (1993, p. 51-58).
- <sup>4</sup> A ser correcta a nossa leitura, podemos também colocar a hipótese, talvez menos provável, de este nome único poder desempenhar, efectivamente, uma função gentílica – ainda que, possivelmente, decorrente de um puro mimetismo face à *romanitas* –, numa altura em que a indicação do cognome se estava a consolidar; se assim fosse, este *Sestius* (?), assumir-se-ia como representante (patriarca?) de uma família indígena, em processo de aculturação, presumivelmente com importância local ou regional.
- <sup>5</sup> Excluem-se os textos das inscrições que fazem referência expressa, ou presumível, a libertos e escravos (n.ºs 14, 18, 20 e 36).
- <sup>6</sup> Para mais fácil acesso, arrolamos todos os exemplos que integram cada uma das fórmulas onomásticas apontadas. **Nome único:** *Ata* (n.º 76b), *Louisia* (n.º 7), *Sestius*? (n.º 11). **Nome único + patronímico:** *Alaus* [...]*i* (n.º 16), *Alia Muntani* (n.º 53b), *Arauis Aronis* f. (n.º 21), *Arco Melbi* (n.º 23), *Arrena Bal(aesi)?* f. (n.º 24a), *Arro Clouitji* (n.º 25), *Auelco Elaesi* f. (n.º 26), *Aunia Triti* (n.º 27), *Aurilius Talau* f. (n.º 29), *Balaesus Caepall[onis]* (n.º 30), *Bliina Salai* (n.º 31), *Bloena Vironi* (n.º 32), *Boutia Bouti filia* (n.º 33), *Boutia Tuci* f. (n.º 24b), *Boutius Matugeni* f. (n.º 34), *Boutius Talogi* f. (n.º 35), *Carito Licini* f. (n.º 41), *Cebala Gemini* (n.º 42), *Clodius Turoni* (n.º 43), *Cloutius Bouti* f. (n.º 44), *Cornelius Cilacili*? (n.º 45), *Corn[e]lius Mabuci* (n.º 46), *Docia Riiburri* (n.º 47), *Docinia Triti* (n.º 48), *Docius Sanigii* (n.º 49), *Docius Triti* f. (n.º 50), *Domitianus <E>laesi* (n.º 51), *Elaesus Capitonis* (n.º 84), *Elaesus Triti* f. (n.º 52), *Flaccus Quinti* (n.º 53a),

[Fl]accus Vibon[is] (n.º 9), *Flaus Festi* f. (n.º 56), *Flauus Fron(tonis?)* (n.º 57), *Iemuria Caenonis* (n.º 58), *Iemuria Tal<a>ui* f. (n.º 59), *Iumuria Turai* f. (n.º 60), *Laboena Cilurni* (n.º 61), *Magilo Cili* f. (n.º 65), *Marcus Gracilis* (n.º 66), *Masi[us] Doci* (n.º 67), *Pinto Talau* (n.º 69), *Pintouius Clouti* (n.º 70), *Pintouius Proculi(?)* (n.º 71), *Placidus Silonis* (n.º 73), *Procul(a/-us) Albu*ci (n.º 76a), *Proculus Reburri*ni (n.º 77), *Proculus Silonis* (n.º 78), *Quadratus Proculi* (n.º 79), *Reburrius Reburri* (n.º 80), *Salaius Pinton(is)* (n.º 82), *Tritia Abini* f. (n.º 84), *Tr[iti]us/a* *Corogeni* f. (n.º 85), *Vironus Caeleni* (n.º 86), *+naria Clouti* f. (n.º 88), *M[?]ni[?]una[?]* f. (n.º 90), *[?]++ius Clouti* f. (n.º 91), *[?] Ambati* f. (n.º 95), *[?]ri* f. (n.º 99). **Duo nomina:** *Aemilius Flauus* (n.º 15), *Aemilius Hispanus* (n.º 87), *Albuius Capito* (n.º 17), *Anna Iemuria* (n.º 19), *Aurilius Diicuminus* (n.º 28), *[C]alpuurnius Reburrius* (n.º 39), *Cornelius Oculatus* (n.º 4), *Corniilius Vitalis* (n.º 5), *Elanicus Taurinus* (n.º 8), *Flauius Bedunus* (n.º 54), *Flauius Flauianus* (n.º 55), *Lucanus Capito* (n.º 62), *Lucius Aullus* (n.º 63), *Lucr(etius) Valens* (n.º 2), *Maecius Cornel[us]* (n.º 64), *[P]robianus Sabinus* (n.º 74), *Procul(eus) Gracilis* (n.º 75). **Tri(a) nomina:** *M(arcus) [Pl]acidi[us] Placi[d]ianus* (n.º 3). **Interpretação dubitativa:** *Arcia Mo[?]* (n.º 22), *Ba[?]* (n.º 104), *Burr[?]lius [?]* (n.º 37), *Caburn[?]ur[?]* (n.º 38), *Camal[?]* (n.º 40), *I[?]na[?]ii* (n.º 96), *Mesala Mes[?]* (n.º 68), *Pistira Iirno[?]* (n.º 72), *Riburra A[?]* (n.º 81), *Stau[?](-) Canci[?]* (n.º 61), *T[?]* *I[?]* *L[?]* *P[?]* *P[?]* (n.º 6), *[?] Horatius Claudi[us]* (n.º 10), *[?] Iuliu[s]* (n.º 94), *[?] Sempron(ius)-a?* *Tud[?]anus(-a?)* (n.º 83), *[?]s* f. (n.º 87), *[?] Frontonis* (n.º 89), *[?]il[?]* *Elaus* (n.º 98), *[?]al[?]* *[T]alau[?]f[?]* (n.º 92), *[?]ius* (n.º 107), *[?]c[?]* (n.º 103), *[?]f.* (n.º 106).

7 Incluímos neste cálculo os dados constantes em 78 das referências utilizáveis do ponto de vista das estruturas onomásticas, já que uma delas não apresenta qualquer elemento antropónimo; porém, foi possível incluir mais duas referências que haviam ficado fora do rol das estruturas onomásticas (n.ºs 10 e 83) por não podermos decidir entre a sua inclusão na categoria dos *duo* ou dos *tria nomina*. Em suma, utilizamos dados constantes em 78 textos, distribuídos por 75 monumentos.

8 Incluímos sob esta designação os escassos casos em que a antroponímia é de origem grega; do ponto de vista da avaliação do processo de aculturação onomástica é inegável que vocábulos gregos e latinos chegam a este território por intermédio de um mesmo veículo cultural: o romano.

9 Considerando prescindível, no âmbito desta abordagem, o estudo etimológico da antroponímia indígena, guardamos para ulterior oportunidade essa tarefa.

10 Sobre os tipos de análise epigráfica passíveis de aplicação ao estudo dos movimentos migratórios, veja-se, por exemplo, a síntese apresentada por J. d'Encarnação (1994b).

11 F. Sande Lemos (1993, lb, p. 295) coloca a hipótese alternativa de este militar poder ter uma origem forânea, tendo falecido quando prestava serviço num pequeno destacamento, estacionado no local do achado da estela, onde uma estrada secundária entroncava com a via XVII; atendendo, sobretudo, aos elementos onomásticos que ostenta e ao facto de que, do ponto de vista epigráfico, seria lógico (mas não imprescindível – é certo!) que, nesse caso, fosse indicada a *origo* do defunto, parece-nos ser esta sugestão pouco plausível.

12 Acerca da mobilidade zela no seio do *conuentus* de Astorga em função da participação no aparelho militar, bem como sobre a generalidade dos movimentos migratórios neste espaço conventual, veja-se a síntese de A. Tranoy (1986); com actualização de alguns dados, o tema é também tratado por S. García (1996a, p. 177-222), ainda que num contexto mais vasto, extensível ao conjunto do Noroeste peninsular.

13 Hipoteticamente, poderemos ver *Epaphoditus* como companheiro ou progenitor de *Acca*; neste último papel, não seria de deixar de admitir que, tendo ele origem alóctone, *Acca* pudesse ter nascido durante o seu cativeiro hispânico e, por isso, recebido um nome local. Os restantes testemunhos deste nome grego parecem confinar-se à parte meridional da Península (Abascal, 1994, p. 352).

14 A associação destas estelas com o povoado fortificado da Cigadonha é apenas suposta (cf. Lemos, 1993, Ila, p. 110-112).

15 Para esta análise agrupámos os dados etários em função de intervalos de dez anos.

16 Cf. a síntese sobre o assunto apresentada por J. d'Encarnação (1984a, p. 780, n. 1).

17 Acerca desta problemática, aconsela-se a consulta dos comentários de J. d'Encarnação (1984a, p. 781, n. 1) ou de P. López (1993, p. 39-40), entre outros.

18 Acerca do conceito de divindade indígena, leia-se J. d'Encarnação (1971).

19 Esta metodologia encerra algumas limitações que se prendem, sobretudo, com a explicação simultânea do significante e do significado dos teónimos, com o seu grau de derivação ou a cronologia da sua etimologia, como claramente explicitou J. de Hoz (1986, p. 33-34). Porém, esta tarefa tem conduzido a resultados aceitáveis, pelo que será uma via que não pode deixar de ser explorada (cf. Encarnação, 1999a).

20 A *interpretatio* é um mecanismo de tradução (Marco, 1994, p. 320) – no caso vertente, dos teónimos indígenas – que deve ter tido uma grande heterogeneidade de formas, podendo ter sido realizada, espontaneamente, por romanos ou por indígenas. Scarlat Lambrino (1965, p. 233-239) gizou um conjunto de etapas que, no seu entender, compuseram o processo de *interpretatio* (romana) por que passaram, no espaço peninsular, algumas divindades indígenas; apesar de interpretativa e metodologicamente interessante, parece pecar pela linearidade do processo, que não corresponderá à diversidade de ritmos e soluções de assimilação que certamente ocorreram.

21 Além de *Aernus*, *Bandua* e *Laesus*, conhecem-se no território atribuído aos Zelas mais duas divindades indígenas: *Mentouiacus*, invocado numa ara procedente de Villalcampo (Blázquez, 1962, p. 107; García, 1995, p. 305), e *Madarso*, cultuado numa ara de Vigo de Sanabria (García, 1995, p. 306).

22 A prudência aconselha a não incluir no rol de dedicatórias a esta divindade as inscrições aparecidas em Castro de Liboreiro (Cangas de Morrazo, Pontevedra) e em Cerezo (Cáceres). Embora, inicialmente, Sampedro y Folgar (1931, p. 33, n.º 19) tenha aventado a consagração da primeira a *Aernus*, veio posteriormente a ser defendida a sua atribuição a *Verora* (*HAE* 1750; Blázquez, 1962, p. 217; *ILER* 954); revisões mais recentes apoiaram a hipótese de consagração a *Aernus*, apesar de, no seu conjunto, o texto ser algo enigmático (Tranoy, 1981, p. 288; Baños, 1994, p. 91-92, n.º 33; García, 1996a, p. 2263, n.º 1); porém, o certo é que a interpretação continua a não ser suficientemente segura, tendo mesmo sido, ultimamente, sugerido o abandono da leitura *Aer(no)* (*HEp* 6, 735). A interpretação da segunda inscrição como consagração a *Aernus* (*ILER* 711) também parece não ser merecedora de crédito (cf. Le Roux, 1992, p. 175, n. 2; García, 1996a, p. 809, n. 138).

23 Acerca da menção *deus/-a* associada a alguns teónimos hispânicos, veja-se um ilustrativo artigo de M. Salinas (1995), no qual se tecem judiciosas observações sobre a temática em causa, apontando-se a ideia de que esta formulação teonímica não será necessariamente sinónimo da persistência de cultos indígenas, parecendo mesmo ter relação com um crescente grau de aculturação.

24 Opinião de D. Fernando de Almeida veiculada por J. d'Encarnação (1975, p. 85).

- <sup>25</sup> A existência de uma suposta unidade e homogeneidade cultural entre todos os grupos humanos que habitavam a Astúria, deduzida dos textos estrabonianos, está, hoje, posta de parte, mas admite-se que entre os vários povos ástures houvesse determinados traços comuns derivados de uma vida num meio geográfico semelhante e de uma evolução sócio-económica e cultural paralela (Morillo, 1995, p. 44). A inclusão deste motivo fitomórfico na epigrafia funerária é tratada mais à frente, aquando da análise do simbolismo dos diferentes motivos decorativos.
- <sup>26</sup> Não podemos perfilhar a perspectiva de A. Rodríguez Colmenero (1997, p. 25-26) que hipotiza a possibilidade de *Aernus* ser uma *divindade protectora de carácter pluricomarção* com um santuário na capital de uma *ciuitas* (= *Compleutica* = Castro de Avelãs) que, para ele, seria a dos *Auobrigenses*, já que repousa numa visão inaceitável da divisão administrativa conventual, na qual o rio Sabor surge como limite entre os *conuentus Bracaraugustanus* e *Asturum*.
- <sup>27</sup> Fala-se, com frequência, em “divindades do grupo *Band-*”, uma denominação genérica que, de forma imprecisa, se vem utilizando devido às diversas variantes gráficas do dativo do teónimo baseado no radical *Band-* (cf. García, 1990, p. 25; Encarnação, 1993a, p. 133). Não havendo certezas quanto ao nominativo vulgar deste teónimo, adoptámos a denominação *Bandua* por nos parecer a que, neste caso, melhor se poderá adaptar ao dativo transmitido. Acerca deste assunto, veja-se J. d’Encarnação (1987, p. 12, n. 8).
- <sup>28</sup> No capítulo 2 do seu trabalho (p. 53-108) são apresentadas e discutidas, em pormenor, as diferentes interpretações historiográficas sobre este teónimo.
- <sup>29</sup> B. García (1990, p. 39) diz que o antropónimo *Cornelius* é pouco frequente no âmbito peninsular, apontando unicamente uma outra referência (*CIL* II 4118); tal facto apenas se pode justificar por esta investigadora não lhe ter atribuído o carácter gentílico que detém, considerando-o, incompreensivelmente, um cognome, pois é essa a função que desempenha no exemplo aduzido, ao qual se pode juntar um segundo, não inteiramente claro, da Extremadura (Abascal, 1994, p. 335).
- <sup>30</sup> A interpretação do texto do altar de Granja de Gregos (Sanhoane, Mogadouro) é delicada devido ao seu carácter fragmentário; apesar de F. S. Lemos (1993, Ila, p. 301-302) ter sugerido a consagração da epígrafe ao deus *Bandua*, essa interpretação não é totalmente segura, havendo outras propostas que sugerem o seu vínculo ao culto de Júpiter (Mourinho, 1987, p. 118-119, n.º 59; *HEp* 3, 468; García, 1996a, p. 1352-1353, n.º 77).
- <sup>31</sup> Em reforço da sua opinião, refere (García, 1991, p. 537) que A. Tranoy será favorável a tal interpretação, conforme lhe expressou em comunicação pessoal.
- <sup>32</sup> O facto de a maioria dos teónimos ter apenas um ou dois testemunhos pode ser explicável pelo carácter tópico de muitos desses deuses, que teriam uma função de protecção para com as comunidades que os veneravam (Marco, 1994, p. 323).
- <sup>33</sup> Esta conclusão é extensível à totalidade do território atribuído aos Zelas, no qual há ainda a registar a ara de Saldanha (García, 1991, p. 416-417, n.º 370) e, hipoteticamente, a de Granja de Gregos (cf. n. 30).
- <sup>34</sup> De acordo com os dados recolhidos por esta autora, os testemunhos do culto a Júpiter nos *conuentus* do Noroeste saldaram-se em 36 dedicatórias no de Astorga, 88 no de Braga e 15 no de Lugo.
- <sup>35</sup> A sondagens arqueológicas realizadas nas ruínas da capela da Senhora da Hera, em 1997, sob a direcção científica do signatário, apesar de indiciarem uma ocupação do local em época romana, não permitiram a detecção de quaisquer estruturas com ela vinculada.
- <sup>36</sup> Não é pacífica a datação das três inscrições de Lugo: enquanto Arias, Le Roux e Tranoy (1979, p. 44) propõem, como datação provável para as duas primeiras, os anos de 4-1 a.C., S. García Martínez (1996a, p. 611) defende, para as três, uma datação anterior, por volta de 27 a.C., fazendo destes monumentos os mais antigos documentos relacionáveis com a implantação do culto imperial no Noroeste.
- <sup>37</sup> F. Marco (1994, p. 324) apresentou, recentemente, uma classificação de carácter geográfico para os teónimos indígenas da Hispânia indo-europeia, considerando: 1) divindades atestadas em outras zonas da Céltica antiga; 2) deuses venerados em outras zonas da Península que não se correspondem estritamente com o âmbito indo-europeu; 3) divindades características do âmbito lusitano-galaico; 4) deuses de culto local ou restringido a uma pequena região. Partindo de uma crítica a este esquema, Olivares Pedreño (1999, p. 285) lançou posteriormente uma proposta mais simplificada, adaptada ao território lusitano-galaico, que se baseia nos seguintes grupos: 1) teónimos locais, conhecidos por um ou vários testemunhos provenientes de um mesmo lugar; 2) teónimos supra-locais ou regionais, cujos testemunhos excedem uma localidade, mas não ultrapassa uma parte concreta e determinada do território lusitano-galaico; 3) teónimos supra-regionais, que se constatarem em grande parte ou em todo o território lusitano-galaico. Alarcão (1991) havia já proposto, em trabalho sobre a geografia religiosa da Beira, uma classificação das divindades em função da sua relação com a realidade dos *populi* ou das *ciuitates*, que seria a seguinte: 1) locais, protectoras de um lugar; 2) *nacionais*, protectoras de um *populus* ou de uma *ciuitas*; 3) *supra-nacionais*, comuns a vários *populi*. O próprio autor reconhece dificuldades a tal análise, nomeadamente as que se prendem com a definição dos limites dos *populi* pré-romanos – e por isso lança mãos ao traçado das fronteiras das *ciuitates*, que considera mais seguro e decalcado sobre as realidades étnicas anteriores –, mas também as que decorrem da cronologia das fontes epigráficas analisadas, em regra tardias e, por isso, passíveis de desfocar uma geografia religiosa original, acabando por considerar um ensaio a aproximação que propõe às manifestações religiosas indígenas beirãs.
- <sup>38</sup> O simbolismo das mensagens icónicas apresenta algumas dificuldades de valorização relacionadas com o facto de estarem presas a determinados códigos, culturais e ideológicos, e a contextos concretos, mas também pela própria ambivalência do símbolo, como frisaram, recentemente, Abásolo e Marco (1995, p. 333-334); para solução destes problemas, estes mesmos autores propõem uma aproximação multidisciplinar que permita valorizar todos os dados de cada um dos monumentos, mas também o estudo do aparecimento de motivos similares, ou relacionáveis, noutros contextos e suportes, de molde a avaliar o seu carácter indígena ou importado, e, para os elementos alóctones, a procura de modelos e de vias previsíveis de introdução.
- <sup>39</sup> Para estes autores, a variedade temática presente nas estelas destas zonas está baseada na abstracção, na dissociação e na inorganicidade, no *primitivismo* e na estilização geométrica, uma diferença face aos modelos oficiais, clássicos, que se conhecem nas expressões funerárias dos grandes centros greco-latinos.
- <sup>40</sup> Segundo estes autores, a interpretação da roda de raios curvos ou da rosácea como astro solar é válida quando estes motivos possam reunir alguma das seguintes condições: 1) ser a única representação astral; 2) aparecer em relação com o crescente lunar; 3) gozar de uma posição central ou preponderante; 4) ser a de maior tamanho num conjunto de representações similares, dentro do mesmo monumento.

- <sup>41</sup> Veja-se, por exemplo, A. C. F. Silva (1986, p. 248, 257-258), A. Balseiro (1994, p. 81) ou o catálogo da exposição *El oro y la orfebrería prehistórica de Galicia* (VVAA, 1996, p. 123-124). Acerca da cronologia da ourivesaria e da decoração arquitectónica *castrejas*, é pertinente a leitura do comentário crítico de Calo Lourido (1993, p. 133, 148).
- <sup>42</sup> Esta ideia não é recente, tendo sido já expressa no início do século passado por J. L. Vasconcelos (1913, p. 432-434).
- <sup>43</sup> É a designação dada por J. L. Vasconcelos (1913, p. 407), que os considerou estilizações da meia-lua.
- <sup>44</sup> Uma observação atenta desta representação não deixará de nos sugerir uma ave de rapina com suas asas abertas.
- <sup>45</sup> Quanto à discussão da cronologia e significado destas esculturas pode ver-se, por exemplo, A. Tranoy (1981, p. 118-119), F. S. Lemos (1993, Ib, p. 476-479) ou R. Martín Valls (1995, p. 157-164).
- <sup>46</sup> A interpretação de J. d'Encarnação parte de uma sugestão de Julián de Francisco Martín.
- <sup>47</sup> Acerca das características que as árvores têm para se imporem à consciência religiosa do ser humano e da sua presença na religião romana, pode consultar-se Riesco (1993, p. 165-342).
- <sup>48</sup> A observação das suas fotografias faz-nos suspeitar que numa delas (Diego, 1986, p. 165-166, n.º 201) o tridente resulta de regravação.
- <sup>49</sup> O culto a Neptuno conta com apenas três testemunhos no Noroeste peninsular, todos eles vinculados ao *conuentus Lucensis* (*ILER* 294; *ILER* 295; *HEp* 4, 337).
- <sup>50</sup> Não deixa de ser tentador ver no tridente uma representação oculta da cruz (Chevalier e Gheerbrant, 1994, p. 659); numa das inscrições leonesas em que ele aparece (Diego, 1986, p. III, n.º 101 e est. LXXXIII), datável do século IV (Rabanal, 1982, p. 147, n.º 116), surge mesmo aliado a esse sinal, ambos ladeando um motivo astral, pelo que não seria de todo despropositado ver aí uma manifestação de paleocristianismo. No caso dos monumentos bragançanos, não temos qualquer argumento que possa sustentar tal especulação.
- <sup>51</sup> Esta hipótese havia já sido aventada por J. Alarcão (1988b, p. 58).
- <sup>52</sup> Acerca da problemática relativa à data de atribuição do *Ius Latii* a toda a Hispânia, veja-se a síntese de J. Santos Yanguas (1986, p. 103-104).
- <sup>53</sup> Seria plausível que esta instituição, até pela sua designação, tivesse equivalência a um senado local, em referência ao modelo municipal romano, atentando, por exemplo, no facto de aparecer ligada a um acto cultural (cf. Encarnação, 1993c). Não temos, até ao momento, qualquer evidência expressa de magistrados ligados à *ciuitas Zoelorum*.
- <sup>54</sup> Idêntica prática se documenta noutras partes do Império, como, por exemplo, na Dácia (cf. Ardevan, 1999, p. 296).
- <sup>55</sup> Sobre a importância da rede viária do Noroeste peninsular e a sua relação com o poder imperial, consulte-se A. Tranoy (1995-1996).
- <sup>56</sup> Segundo a proposta de traçado viário apresentada por F. Sande Lemos (1993, Ib, p. 294-296), o local de achado dos miliários de Babe (S. Pedro) dista sensivelmente 10 milhas romanas de Castro de Avelãs.
- <sup>57</sup> Apesar de não ser a situação mais comum, não deixa de ter paralelos a contagem das milhas a partir de um outro ponto que não um lugar central. Segundo informação de A. Stylow, que nos foi comunicada por J. d'Encarnação, existem outros exemplos de miliários hispânicos que contam a partir de limites conventuais, ainda que estes sejam, simultaneamente, fronteiras de província; concretamente, refere os padrões da *uia Augusta*, na sua entrada na Catalunha, onde se contam as milhas a partir do *Summus Pyrenaeus*, o limite do *conuentus Tarraconensis*, e à chegada à Bética, onde se marcam a partir do *Ianus Augustus*, o limite do *conuentus Cordubensis*. Em solo luso, podemos referir um miliário de Adriano, encontrado na Corte do Alho, concelho de Serpa, que assinala a milha VIII, aparentemente contada a partir de *Fines*, que, presumivelmente, foi limite territorial entre as províncias da Lusitânia e da Bética e, ao mesmo tempo, entre os *conuentus Pacensis* e *Hispalensis* (cf. Lopes e Carvalho, 1997, p. 141-142). Também a título exemplificativo, há, ainda, a considerar um miliário de Tácito, descoberto em Barreiras, na Beira Interior, cuja indicação das milhas deveria estar em função de um *terminus* dos *Lancienses* (Mantas, 1990, p. 226, n. 66; Ruiivo e Carvalho, 1996). Dando crédito a esta nossa hipótese interpretativa, e considerando que o itinerário norte da via XVII seria o mais antigo (cf. Lemos, 1993, Ib, p. 309-313, ressaltando que o miliário de Soeira não pode ser considerado probante), o limite ocidental do *conuentus Asturum*, na parte setentrional das terras bragançanas, poderia passar pelas cumeadas ocidentais da serra da Coroa, sendo verosímil que continuasse pelos contrafortes ocidentais da serra da Nogueira (cf. Lemos, 1993, Ib, p. 483).

## Considerações finais

Desde a introdução no debate da História Antiga dos conceitos de *resistência* e *assimilação*, no contexto da análise do relacionamento entre a população indígena e o conquistador romano (cf. Bénabou, 1976), longos anos de produção científica decorreram; esta temática marca, indelevelmente, o discurso da historiografia do último quarto de século, tendo-se posto a tónica na existência de resistência e assimilação selectivas (cf. Pereira, 1993, p. 113).

Porém, não podemos deixar de concordar com G. Pereira (1993, p. 115) quando afirma que *el binomio asimilación-resistencia a la cultura romana parece más bien una pobre clasificación de procesos mucho más complejos, distintos siempre en unas y otras regiones del Imperio de acuerdo con muchas circunstancias cambiantes, distintos siempre según la naturaleza del fenómeno en cuestión*. Este autor entra em linha de conta com dois aspectos diferentes: as dimensões étnica e política de cada um dos grupos humanos que se enfrentaram com Roma após a conquista. Nesta perspectiva, defende que a conquista e a integração implicaram o abandono dos contornos políticos próprios de cada comunidade, mas não tornaram absolutamente necessário empreender um processo de resistência nos outros aspectos da vida das populações, nomeadamente no domínio étnico.

O domínio romano permitiu o desenvolvimento de fenómenos de aculturação paulatina que, na região de Bragança, a epigrafia romana nos permite ir intuindo. O trabalho de análise dos textos e dos monumentos epigráficos que ao longo das páginas anteriores fomos desenvolvendo corrobora esta perspectiva, embora a percepção da intrincada realidade histórica apenas possa ser alcançada de forma mais cabal se forem utilizados outros critérios de análise, sobretudo do âmbito da Arqueologia (cf. Lemos, 1993, Ib, p. 504).

A região de Bragança, enquanto território fundamentalmente rural e periférico na geografia provincial romana, foi terreno propício a permanências, mas de forma alguma esteve completamente encerrada sobre si mesma. O eixo viário *Bracara Augusta-Asturica Augusta* representou, seguramente, a possibilidade de deslocação, de viajar, de buscar ou receber ideias e estímulos alheios ao viver tradicional das populações da região. A epigrafia, se bem que não nos ilustre o todo demográfico, deixa-nos a ideia de estarmos perante uma população, sobretudo, autóctone, apesar de se poderem descortinar, naturalmente, diferentes graus de aculturação.

A manutenção de uma tradição autóctone, vimo-la, mais claramente, a propósito do peso majoritário da onomástica indígena ou de alguma iconografia associada aos monumentos epigráficos. Mas é inegável a penetração da onomástica greco-latina ou de elementos decorativos alóctones, para não falar da introdução do hábito epigráfico e da própria língua latina. Se os deuses adorados são essencialmente indígenas, o panteão clássico não ficou totalmente desconhecido, já que Júpiter é também lembrado e o culto ao imperador não deixou de produzir alguns testemunhos.

No aspecto político, a mudança é, aos nossos olhos, clarividente, sobretudo se pensarmos na aplicação do esquema político-administrativo romano baseado na *ciuitas* e nos efeitos da aplicação do *Ius Latii*.

A simbiose que se produziu em função dos fenómenos de aculturação parece ser o aspecto mais emblemático que ressalta da observação desses *flashes* do passado que constituem cada um dos monumentos epigráficos, quer na sua dimensão artística ou plástica, quer nas suas mensagens escritas. Apesar de a questão cronológica ser de difícil abordagem, surge-nos como seguro que a produção epigráfica tem o seu arranque no século I, ainda que o seu *floruit* pareça, realmente, acontecer nos dois séculos subsequentes.

Chegados a este ponto, estamos conscientes de que outros poderão percorrer este manancial de dados, mesmo que de maneira diferente ou seguindo outro tipo de abordagem, e carrear conhecimentos que não pudemos ou não soubemos obter. Esses caminhos permanecem abertos...

## Bibliografia

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1992) - Una *officina* lapidaria en Segobriga: el taller de las series de arcos. *Hispania Antiqua*. Valladolid. 16, p. 309-343.
- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) - *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidad, Secretariado de Publicaciones; [Madrid]: Universidad Complutense (Arqueología; 1. Anejos de Antigüedad y cristianismo; 2).
- ABÁSOLO, J. A. (1990) - Comentário a la lectura del miliario de Milles de la Polvorosa. In *Primer Congreso de Historia de Zamora [Zamora, 14-18 de marzo de 1988]: actas*. [Zamora]: Instituto de Estudios "Florián de Ocampo" [etc.]. Tomo 2: *Prehistoria – Mundo antiguo*, p. 539-544.
- ABÁSOLO, J. A.; ALBERTOS, M. de L.; ELORZA, J. C. (1975) - *Los monumentos funerarios de época romana, en forma de casa, de la región de Poza de la Sal (Bureba, Burgos)*. Burgos: Diputación Provincial.
- ABÁSOLO, J. A.; GARCÍA ROZAS, R. (1990) - Sobre las estelas zamoranas y su ornamentación. In *Primer Congreso de Historia de Zamora [Zamora, 14-18 de marzo de 1988]: actas*. [Zamora]: Instituto de Estudios "Florián de Ocampo" [etc.]. Tomo 2: *Prehistoria – Mundo antiguo*, p. 545-560.
- ABÁSOLO, J. A.; MARCO, F. (1995) - Tipología e iconografía en las estelas de la mitad septentrional de la Península Ibérica. In BELTRÁN LLORIS, F., ed. - *Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente [Actas del Coloquio Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente mediterráneo (siglos II a.E.-I d.E.) (Zaragoza, 4 a 6 de noviembre de 1992)]*. Zaragoza: Institución "Fernando el Católico", p. 327-359.
- AE = *L'Année Epigraphique*. Paris.
- AFONSO, B. (1981) - Arqueología. *Brigantia*. Bragança. 1:2, p. 143-150.
- AFONSO, B. (1985) - Uma notícia arqueológica: mais estelas funerárias. *Brigantia*. Bragança. 5:2-4, p. 695-701.
- AFONSO, B. (1986) - Mais estelas funerárias em Donai. *Brigantia*. Bragança. 6:4, p. 484-486.
- AFONSO, B. (1989) - A romanização de Trás-os-Montes: estelas funerárias em Meixedo (Bragança) e Angueira (Vimioso). *Brigantia*. Bragança. 9:2, p. 213-222.
- AFONSO, B. (1990) - Vestígios arqueológicos do passado. *Brigantia*. Bragança. 10:4, p. 211-214.
- AFONSO, B. (2000) - Estela funerária de Pinelo. *Brigantia*. Bragança. 20:3-4, p. 169-170.
- AGROCONSULTORES; COBA (1991) - *Carta dos Solos, carta do uso actual da terra e carta de aptidão da terra do nordeste de Portugal*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- ALARCÃO, J. de (1988a) - *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips. 2 vols.
- ALARCÃO, J. de (1988b) - *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América (Forum da História; 1).
- ALARCÃO, J. de (1990a) - A conquista do território. In ALARCÃO, J. de, coord. - *Portugal: das origens à romanização*. Lisboa: Presença. (*Nova História de Portugal*; 1). p. 345-351.
- ALARCÃO, J. de (1990b) - O reordenamento territorial. In ALARCÃO, J. de, coord. - *Portugal: das origens à romanização*. Lisboa: Presença (*Nova História de Portugal*; 1). p. 352-382.
- ALARCÃO, J. de (1990c) - O estado e o governo local. In ALARCÃO, J. de, coord. - *Portugal: das origens à romanização*. Lisboa: Presença (*Nova História de Portugal*; 1). p. 383-394.
- ALARCÃO, J. de (1991) - Divindades da Beira: ensaio de geografia religiosa. *Arqueologia Hoje*. Faro. 1, p. 146-162.
- ALARCÃO, J. de (1995-1996) - As *Ciuitates* do Norte de Portugal. In *Actas do Colóquio "A rede viária da Callaecia": Homenagem a Martins Capella*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho [etc.] (*Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2.<sup>a</sup> série. 12-13 (1995-1996)). p. 25-30.
- ALARCÃO, J. de (1999a) - *Populi, castella e gentilitates*. In *Congresso de proto-história europeia [Guimarães, 4-7 de Março de 1999]: actas*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento (*Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. especial (1999)). Vol. 1, p. 133-150.
- ALARCÃO, J. de (1999b) - Os arredores das cidades romanas de Portugal. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 72, p. 31-37.
- ALARCÃO, J. de [et al.] (1990) - Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine. In *Les Villes de Lusitanie romaine: hiérarchies et territoires (Table ronde internationale du CNRS - Talence, 8-9 décembre 1988)*. Paris: Éd. du Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des pays ibériques; 42). p. 317-329.
- ALBERTINI, E. (1923) - *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*. Paris: De Boccard.
- ALBERTOS FIRMAT, M. de L. (1964) - Nuevos antropónimos hispánicos. *Emerita*. Madrid. 32, p. 209-252.
- ALBERTOS FIRMAT, M. de L. (1965) - Nuevos antropónimos hispánicos (continuación). *Emerita*. Madrid. 33:1, p. 109-143.
- ALBERTOS FIRMAT, M. de L. (1966) - *La onomástica personal primitiva de Hispania: Tarraconense y Bética*. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas [etc.] (Theses et studia philologica salmanticensia; 13).
- ALBERTOS FIRMAT, M. de L. (1972a) - Nuevos antropónimos hispánicos (2.<sup>a</sup> serie). *Emerita*. Madrid. 40:1, p. 1-29.
- ALBERTOS FIRMAT, M. de L. (1972b) - Nuevos antropónimos hispánicos. *Emerita*. Madrid. 40:2, p. 287-318.

- ALBERTOS FIRMAT, M. de L. (1975) - *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua*. Valladolid: Universidad (Studia Archaeologica; 37).
- ALBERTOS FIRMAT, M. de L. (1976) - La antroponimia prerromana de la Península Ibérica. In JORDÁ, F.; HOZ, J. de; MICHELENA, L., eds. - *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 mayo 1974)*. Salamanca: Universidad (Acta salmanticensia. Filosofía y Letras; 95). p. 57-86.
- ALBERTOS FIRMAT, M. de L. (1977) - Correcciones a los trabajos sobre onomástica personal indígena de M. Palomar Lapesa y M.<sup>a</sup> Lourdes Albertos Firmat. *Emerita*. Madrid. 45:1, p. 33-54.
- ALBERTOS FIRMAT, M. de L. (1987) - La onomástica personal indígena de la región setentrional. In GORROCHATEGUI, J.; MELENA, J. L.; SANTOS, J., eds. - *Studia paleohispanica: actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vitoria/Gasteiz, 6-10 mayo 1985)*. Victoriaco Vasconum [Vitoria]: Universidad del País Vasco, Instituto de Ciencias de la Antigüedad (*Veleia*. Vitoria. 2-3 (1985-1986)). p. 155-194.
- ALFÖLDY, G. (1975) - *Die römischen inschriften von Tarraco*. Berlin: W. de Gruyter (Madrider Forschungen; 10).
- ALMEIDA, J. M. (1966) - Varia epigraphica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 76:3-4, p. 339-358.
- ALONSO ÁVILA, Á.; CRESPO ORTIZ DE ZÁRATE, S. (1999) - *Corpus de inscripciones romanas de la provincia de Salamanca: fuentes epigráficas para la historia social de Hispania romana*. Valladolid: autores.
- ALVES, F. M. (1908) - Monumento inédito ao deus Aerno. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.<sup>a</sup> série. 13, p. 184-186.
- ALVES, F. M. (1909) - *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*. Porto: Typ. da Empreza Guedes. Tomo 1.
- ALVES, F. M. (1910a) - Epigraphia bragançana. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.<sup>a</sup> série. 15, p. 1-5.
- ALVES, F. M. (1910b) - *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*. Porto: Typ. da Empreza Guedes. Tomo 2.
- ALVES, F. M. (1913) - Epigrafia bragançana. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.<sup>a</sup> série. 18, p. 1-2.
- ALVES, F. M. (1915) - Estudos arqueológicos do major Celestino Beça [introdução e notas]. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.<sup>a</sup> série. 20, p. 74-83.
- ALVES, F. M. (1916) - Epigrafia bragançana. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.<sup>a</sup> série. 21, p. 145-150.
- ALVES, F. M. (1918) - Arqueologia transmontana: o castro de Sacoias. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.<sup>a</sup> série. 23, p. 317-321.
- ALVES, F. M. (1925-1926) - Epigrafia bragançana. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.<sup>a</sup> série. 27, p. 21-22.
- ALVES, F. M. (1928) - *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Porto: Tip. da Empresa Guedes. Tomo 6: *Os fidalgos*.
- ALVES, F. M. (1931) - *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Porto: Tip. da Empresa Guedes. Tomo 7: *Os notáveis*.
- ALVES, F. M. (1933) - *Guia epigráfico do Museu Regional de Bragança* [primeiras 92 p. do tomo 9 das *Memórias...* (1934), acrescidas das lápides finais, n.<sup>os</sup> 58 e 59]. Porto: Tip. da Empresa Guedes.
- ALVES, F. M. (1934) - *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Porto: Tip. da Empresa Guedes. Tomo 9: *Arqueologia, etnografia e arte*.
- ALVES, F. M. (1936-1938) - Achados arqueológicos inéditos. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 225-227.
- ALVES, F. M. (1938) - *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Porto: Tip. da Empresa Guedes. Tomo 10: *Arqueologia, etnografia e arte*.
- ALVES, F. M. (1947) - *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Porto: Tip. Empresa Guedes. Tomo 11: *Arqueologia e etnografia*.
- AMARÉ TAFALLA, M. T.; LIZ GUIRAL, J. (1994) - *Representaciones arquitectónicas en lucernas romanas*. León: Universidad, Secretariado de Publicaciones.
- ANJOS, L. dos, O. E. S. A. (1626) - *Jardim de Portugal: em que se da noticia de alguas sanctas, & outras mulheres illustres em virtude, as quais nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste Reino, & suas côquistas*. Coimbra: Casa de Nicolao Carvalho.
- ARDEVAN, R. (1999) - Latin right or Roman citizenship?: the case of the Roman-Dacian towns. In GONZÁLEZ, J., ed - *Ciudades privilegiadas en el Occidente Romano [Congreso Internacional "Ciudades privilegiadas en el Occidente Romano" (Sevilla, 1999)]*. Sevilla: Universidad, Secretariado de Publicaciones [etc.] (Serie Historia y Geografía; 42). p. 295-303.
- ARGOTE, J. C. de, C. R. (1732) - *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas dedicadas a Elrey D. João V*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. Vol. 1.
- ARIAS VILAS, F. (1992) - *A romanización de Galicia*. Vigo: A Nosa Terra (Historia de Galicia; 4).
- ARIAS VILAS, F.; LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1979) - *Inscriptions romaines de la province de Lugo*. Paris: De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris; 3).
- BALSEIRO GARCÍA, A. (1994) - *El oro prerromano en la provincia de Lugo*. Lugo: Diputación Provincial, Servicio de Publicaciones.

- BAÑOS RODRÍGUEZ, G. (1994) - *Provincia de Pontevedra*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega (Corpus de inscricións romanas de Galicia; 2).
- BAPTISTA, A. M. (1983) - O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa). *Arqueologia*. Porto. 8, p. 57-69.
- BAPTISTA, A. M. (1983-1984) - Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva. In *Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Porto, 1984): homenagem a Rui de Serpa Pinto*. Porto: Universidade, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia (Portugalia. Porto. Nova série. 4-5 (1983-1984)). p. 71-82.
- BARRADAS, L. A. (1956) - Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 66:1-2, p. 160-240.
- BEÇA, C. (1915) - Estudos arqueológicos do Major Celestino Beça [publicação póstuma introduzida e anotada por F. M. Alves]. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 20, p. 74-106.
- BELINO, A. (1898) - *Cartas sobre epigraphia romana*. Braga: Typ. Lusitana.
- BELTRÁN LLORIS, F. (1999) - *Municipum c. R.*, «*oppidum c. R.*» y «*oppidum Latinum*» en la NH de Plinio: una revisión del problema desde la perspectiva hispana. In GONZÁLEZ, J., ed - *Ciudades privilegiadas en el Occidente Romano [Congreso Internacional "Ciudades privilegiadas en el Occidente Romano" (Sevilla, 1999)]*. Sevilla: Universidad, Secretariado de Publicaciones [etc.] (Serie Historia y Geografía; 42). p. 247-267.
- BÉNABOU, M. (1976) - Résistance et romanisation en Afrique du Nord sous le Haut-Empire. In PIPIDI, D. M., ed. - *Assimilation et résistance à la culture gréco-romaine dans le monde ancien: Travaux du VI<sup>e</sup> Congrès International d'Etudes Classiques (Madrid, Septembre 1974)*. Bucarest: Editura Academiei; Paris: Les Belles Letres.
- BLANCO SANMARTÍN, M. P. (1995) - Culto a Xúpiter en *Gallaecia*: fontes epigráficas no convento bracarense. *Férvedes*. Villalba. 2, p. 164-175.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (1962) - *Religiones primitivas de Hispania*. Roma: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Vol. 1: *Fuentes literarias y epigráficas*.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (1985) - Magia y religión entre los pueblos indígenas de la Hispania Antigua. In *Religión, superstición y magia en el mundo romano: Encuentros en la Antigüedad [mantenidos en abril de 1983 en la Facultad de Filosofía y Letras... de Cádiz]*. Cádiz: Universidad, p. 137-158.
- BONNEVILLE, J.-N. (1984) - Le support monumental des inscriptions: terminologie et analyse. In *Épigraphie hispanique: problèmes de méthode et d'édition (Actes de la Table Ronde Internationale du C. N. R. S. organisée à l'Université de Bordeaux III les 8-9-10 décembre 1981)*. Paris: De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris; 10. Collection de la Maison des pays ibériques; 15). p. 117-152.
- BORGES, J. C. (1721-1724) - *Descrição topographica da Cidade de Bragança* [manuscrito].
- BOURRILLY, J.; LAOUST, E. (1927) - *Stèles funéraires marocaines*. Paris: Institut des Hautes-Études Marocaines (Collection Hespéris; 3).
- BRANCO, A. (1997) - *Abade de Baçal: vida e obra*. Mirandela: João Azevedo Editor (Terra transmontana).
- BRANDÃO, D. de P. (1959-1960) - Estelas funerárias luso-romanas com inscrições latinas no Museu Municipal de Vila Flor. *Humanitas*. Coimbra. 11-12, p. 37-44.
- BRANDÃO, D. de P. (1960) - Novas estelas funerárias luso-romanas do Museu de Etnografia de Viseu, provenientes da freguesia de Nogueira - Bragança. *Beira Alta*. Viseu. 19:2, p. 349-361.
- BRANDÃO, D. de P. (1965) - O Abade de Baçal: algumas facetas da sua personalidade. *Revista de Etnografia*. Porto. 5:2, p. 263-278.
- CAGNAT, R. (1914) - *Cours d'épigraphie latine*. 4.ª edição. Paris: Fontemoing et Cie.
- CALO LOURIDO, F. (1993) - *A cultura castrexa*. Vigo: A Nosa Terra (Historia de Galicia; 3).
- CAPELA, M. (1895) - *Milliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*. Porto: Typ de Arthur José de Sousa & Irmão.
- CARDOSO, J. (1657) - *Agiologio lvsitano dos sanctos e varoens llvstres (sic) em virtude do Reino de Portvgal...* Lisboa: Officina de Henrique Valente d'Oliveira. Vol. 2: *que comprehende os dous meses de Março & Abril*.
- CARDOZO, M. (1935) - *Catálogo do Museu Martins Sarmento, 1.ª parte: secção lapidar e de escultura*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. [= *Catálogo do Museu da Sociedade Martins Sarmento: secção de epigrafia latina e escultura antiga*. 2.ª ed. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1972].
- CARNOY, A. (1906) - *Le latin d'Espagne d'après les inscriptions: étude linguistique*. 2.ª ed. rev. et aug. Bruxelles: Misch at Thron.
- CARO BAROJA, J. (1970) - Organización social de los pueblos del Norte de la Península Ibérica en la Antigüedad. In *ESPAÑA. Cátedra San Isidoro, Instituto Leonés de Estudios Romano-Visigóticos - Legio VII Gemina [Coloquio Internacional reunido el 16 al 21 de septiembre de 1968 con ocasión del XIX centenario de León]*. León: Diputación Provincial. p. 9-62.

- CARON, L. (1996) - Art et société d'après les stèles funéraires de Cárquere. *Conimbriga*. Coimbra. 35, p. 69-106.
- CARRETERO VAQUERO, S.; ROMERO CARNICERO, M. V. (1996) - *Los campamentos romanos de Petavonium (Rosinos de Vidriales, Zamora)*. [Zamora]: Fundación "Rei Afonso Henriques" (Monografias y estudios).
- CHASTAGNOL, A. (1990-1992) - L'onomastique de type pérégrin dans les cités de la Gaule Narbonnaise. *Mélanges de l'École Française de Rome*. Roma. 102, p. 573-593.
- CHASTAGNOL, A. (1993) - Considérations sur les gentilices des pérégrins naturalisés romains dans les Gaules et les provinces des Alpes. *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*. Paris. p. 167-183.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. (1982) - *Dictionnaire des symboles - mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*. Éd. rev. et aug. Paris: Robert Laffont [etc.] (Bouquins). [ed. portuguesa traduzida por C. Rodriguez e A. Guerra: *Dicionário dos símbolos - mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Lisboa: Teorema, 1994 (Teorema. Série especial; 2)].
- CHRISTOL, M.; NONY, D. (1990) - *Rome et son Empire: des origines aux invasions barbares*. [Paris]: Hachette (HU Histoire Université). [ed. portuguesa traduzida por Fernanda Branco: *Roma e o seu Império: das origens às invasões bárbaras*. Lisboa: D. Quixote, 1993 (História da Humanidade; 4)].
- CHRISTOL, M.; SILLIÈRES, P. (1980) - Constantin et la Péninsule Ibérique: à propos d'un nouveau milliaire. *Revue des Études Anciennes*. Talence. 82, p. 70-80.
- CIL II = HÜBNER, E. (1869) - *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini: Georgium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2).  
HÜBNER, E. (1892) - *Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum*. Berolini: Georgium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2).
- COELHO, F. A. (1887-1889) - Nomes de deuses lusitanicos. *Revista Lusitana*. Porto. 1, p. 351-378.
- CRUZ, A. (1935) - Um inédito de António Coelho Gasco sobre antiguidades de Trás-os-Montes. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra. 12, p. 114-137.
- CUMONT, F. (1942) - *Recherches sur le symbolisme funéraire des Romains*. Paris: P. Geuthner.
- CURCHIN, L. A. (1987) - Demography and romanization at Tarraco. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 60, p. 159-171.
- DIAS, M. M. A. (1987) - Antroponímia de Cárquere, Resende, Viseu (Lusitânia portuguesa). In GORROCHATEGUI, J.; MELENA, J. L.; SANTOS, J., eds. - *Studia paleohispanica: actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vitoria/Gasteiz, 6-10 mayo 1985)*. Vitoriano Vasconum [Vitoria]: Universidad del País Vasco, Instituto de Ciencias de la Antigüedad. (*Veleia*. Vitoria. 2-3 (1985-1986)). p. 195-203.
- DIAS, M. M. A. (1988) - Para um repertório das inscrições romanas do território português: 1985. *Euphrosyne*. Lisboa. Nova série. 16, p. 413-425.
- DIAS, M. M. A. (1990) - Para um repertório das inscrições romanas do território português: 1987. *Euphrosyne*. Lisboa. Nova série. 18, p. 413-422.
- DIAS, M. M. A. (1994) - Para um repertório das inscrições romanas do território português: 1991. *Euphrosyne*. Lisboa. Nova série. 22, p. 441-448.
- DIEGO SANTOS, F. (1985) - *Epigrafiá romana de Asturias*. Reedição. Oviedo: Principado de Asturias, Instituto de Estudios Asturianos.
- DIEGO SANTOS, F. (1986) - *Inscripciones romanas de la provincia de León*. León: Institución "Fray Bernardino de Sahagún" [etc.].
- DÍEZ ASENSIO, J. (1993) - El conjunto antroponímico de base prelatina dentro de la onomástica antigua en tierras meridionales del Duero, I. *Historia Antiqua*. Valladolid. 17, p. 51-94.
- DÍON CÁSSIO - *Dio's Roman history* / CARY, E., ed. London: W. Heinemann; Cambridge: Harvard University Press, 1954-1955. (The Loeb Classical Library).
- DOPICO CAÍNZOS, M. D. (1986) - Los *conuentus iuridici*: origen, cronología y naturaleza histórica. *Gerión*. Madrid. 4, p. 265-283.
- EARLE, C. J. (1999) - *Taxus baccata* Linnaeus in *Gymnosperm Database* [em linha], [Seattle]: autor, (actualiz. de 6-4-01) [consulta em 7 de Setembro de 2001]. Disponível em URL: <http://www.conifers.org/ta/ta/baccata.htm>
- EE = HÜBNER, E. (1899) - Additamenta noua ad corporis uolumen II. *Ephemeris Epigraphica*. Berlin. 8, p. 351-528.  
HÜBNER, E. (1903) - Additamenta noua ad corporis uolumen II. *Ephemeris Epigraphica*. Berlin. 9, p. 12-185.
- ELORZA, J. C. (1970) - Estelas decoradas romanas en la provincia de Alava. *Estudios de Arqueología Alavesa*. Vitoria. 4, p. 235-274.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1971) - O conceito de divindade indígena sob o domínio romano na Península Ibérica. In *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Coimbra: Imprensa de Coimbra. Vol. 2, p. 347-351.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984a) - *Inscrições romanas do conuentus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: [Universidade], Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia (Tese de doutoramento em Pré-história e Arqueologia, Universidade de Coimbra, 1984).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984b) - Pinho Brandão, epigrafista. *Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto: Ministério da Cultura, Delegação Regional do Norte, Centro de Estudos Humanísticos (*Lucerna*. Porto. n.º extraordinário (1984)), p. 203-211.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1987a) - *Introdução ao estudo da epigrafia latina*. 2.ª ed. Coimbra: [Universidade], Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia (Cadernos de Arqueologia e Arte; 1).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1987b) - Divindades indígenas da Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra. 26, p. 5-37.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1987c) - Omissão dos teónimos em inscrições votivas. In GORROCHATÉGUI, J.; MELENA, J. L.; SANTOS, J., eds. - *Studia paleohispanica: actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vitoria/Gasteiz, 6-10 mayo 1985)*. Victoriaco Vasconum [Vitoria]: Universidad del País Vasco, Instituto de Ciencias de la Antigüedad (*Veleia*. Vitoria. 2-3 (1985-1986)), p. 305-310.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1990a) - A demografia. In ALARCÃO, J. de, coord. - *Portugal: das origens à romanização*. Lisboa: Presença (*Nova História de Portugal*; 1), p. 395-408.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1990b) - A religião. In ALARCÃO, J. de, coord. - *Portugal: das origens à romanização*. Lisboa: Presença (*Nova História de Portugal*; 1), p. 442-460.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1993a) - A propósito de religiões pré-romanas. In ADIEGO, I. J.; SILES, J.; VELAZA, J., eds. - *Studia palaeohispanica et indogermanica J. Untermann ab amicis hispanicis oblata*. Barcelona: Universitat (Aurea Saecula; 10), p. 129-138.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1993b) - Arqueologia e epigrafia: uma complementaridade a potenciar. In JORGE, V. O., coord. - *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 12-18 de Outubro de 1993): actas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33:1-2 (1993)). Vol. 1, p. 313-327.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1993c) - *Decreto decurionum*: algumas notas sobre o mecanismo decisório municipal na Hispânia romana. In *Ciudad y comunidad cívica en Hispania (siglos II y III d.C.) = Cité et communauté civique en Hispania: actes du colloque organisé par la Casa de Velázquez et par le CSIC (Madrid, 25-27 janvier 1990)*. Madrid: Casa de Velázquez (Collection de la Casa de Velázquez; 40), p. 59-64.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1993d) - L'épigraphie du village à l'extrême occident d'Hispania. In CALBI, A.; DONATI, A.; POMA, G., eds. - *L'epigrafia del villaggio: [Atti del Colloquio Borghesi, Forlì, dal 27 al 30 settembre 1990]*. Faenza: Fratelli Lega (Epigrafia e antichità; 12), p. 237-259.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1994a) - La contribution de l'épigraphie à l'étude des divinités indigènes dans la Péninsule Ibérique. In LE BOHEC, Y., ed. - *L'Afrique, la Gaule, la religion à l'époque romaine: mélanges à la mémoire de Marcel Le Glay*. Bruxelles: Latomus (Collection Latomus; 226), p. 551-559.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1994b) - O monumento epigráfico romano, fonte para o estudo das migrações na Península Ibérica. In *III Congreso Peninsular de Historia Antigua (Vitoria, julio 1994): preactas*. Vitoria: Universidad del País Vasco, Departamento de Estudios Clásicos. Vol. 2, p. 649-653.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1995-1996) - Miliários da Geira: informação e propaganda. In *Actas do Colóquio "A rede viária da Callaecia": Homenagem a Martins Capella*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho [etc.] (*Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2.ª série. 12-13 (1995-1996)), p. 39-43.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1997a) - La recherche sur l'épigraphie romaine au Portugal. In CHRISTOL, M.; MASSON, O., eds. - *Actes du X<sup>e</sup> Congrès International d'Épigraphie Grecque et Latine (Nîmes, 4-9 octobre 1992)*. Paris: Publications de la Sorbonne (*Histoire Ancienne et Médiévale*; 42), p. 461-472.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1997b) - O sagrado e a sacralização dos espaços: ritos, mitos e a memória da morte. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (Sítios), p. 414-427.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1997c) - Epigrafia e território. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie II: Historia Antigua*. Madrid. 10, p. 79-89.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1999a) - Notas sobre teonímia pré-romana. In VILLAR, F.; BELTRÁN, F., eds. - *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana: actas del VII coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Zaragoza, 12-15 de marzo de 1997)*. Salamanca: Universidad; Zaragoza: Institución "Fernando el Católico" (Acta salmanticensia. Estudios filológicos; 273), p. 405-407.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1999b) - Abade de Baçal, epigrafista. In JACOB, J. N., coord. - *Actas do Colóquio "O Abade de Baçal"*. Bragança: Instituto Português de Museus, Museu do Abade de Baçal [etc.], p. 17-23.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2000) - Morrer aos 40 anos na Lusitânia romana. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. - *Sociedad y cultura en Lusitania romana: IV mesa redonda internacional*. Mérida: Junta de Extremadura (Estudios portugueses; 13), p. 241-247.

- ESPARZA ARROYO, A. (1986) - *Los castros de la Edad del Hierro del Noroeste de Zamora*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos "Florián de Ocampo" [etc.].
- ESPARZA ARROYO, A. (1995) - La primera Edad del Hierro. In *De los orígenes al final del medievo*. Zamora: Diputación [etc.] (*Historia de Zamora*; 1), p. 103-149.
- ESPINOSA, U. (1989) - Una *officina* lapidaria en la comarca de Camero Nuevo (La Rioja). In *Estudios sobre la Antigüedad en homenaje al profesor Santiago Montero Díaz*. Madrid: Editorial Complutense (*Anejos de Gerión*; 2), p. 403-417.
- ESTRABÃO - *The Geography of Strabo* / JONES, H. L., ed. London: W. Heinemann; Cambridge: Harvard University Press, 1917-1959 (The Loeb classical library; 49, 50, 182, 196, 211, 223, 241, 267).
- ÉTIENNE, R. (1958) - *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris: De Boccard (Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome; 191).
- ÉTIENNE, R. [et al.] (1976) - Les dimensions sociales de la romanisation dans la Péninsule Ibérique des origines à la fin de l'Empire. In PIPPIDI, D. M., ed. - *Assimilation et résistance à la culture gréco-romaine dans le monde ancien: Travaux du VI<sup>e</sup> Congrès International d'Etudes Classiques (Madrid, Septembre 1974)*. Bucarest: Editura Academiei; Paris: Les Belles Letres, p. 95-107.
- ÉTIENNE, R.; FABRE, G.; LÉVEQUE, P. e M. (1976) - *Épigraphie et sculpture*. Paris: De Boccard (*Fouilles de Conimbriga*; 2).
- FEDRO - *Phaedri Fabulae Aesopiae cum Nicolai Perotti prologo et decem nouis fabulis* / POSTGATE, J. P., ed. Oxonii: Typographeo Clarendoniano, [1919?] (Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis).
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. (1995) - Astures y Roma: la configuración del territorio. In *Astures: pueblos y culturas en la frontera del Imperio Romano [exposición: Gijón, 1995]*. Gijón: Asociación Astures, Gran Enciclopedia Asturiana, p. 99-111.
- FIGUEIREDO, A. C. B. de (1887) - O supposto *Brigantium* em Castro de Avelãs. *Revista Archeologica e Historica*. Lisboa. 1, p. 85-93.
- FLORO - *Oeuvres* / JAL, P, ed. Paris: Les Belles Letres, 1967 (Collection des Universités de France).
- GARCIA, J. M. (1991) - *Religiões antigas de Portugal: aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos: fontes epigráficas*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Temas portuguesas).
- GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, B. (1990) - *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. Sada, A Coruña: Edición do Castro (Historia).
- GARCÍA-GELABERT, M. P.; BLÁZQUEZ, J. M. (1994) - Estelas funerarias con retratos. In CASA, C., ed. - *V Congreso Internacional de Estelas Funerarias (Soria, 28 abril al 1 de mayo de 1993): actas del congreso*. Soria: Diputación Provincial. Vol. 1, p. 309-321.
- GARCÍA MARTÍNEZ, S. M. (1996a) - *La romanización de los Conuentus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: su estudio epigráfico*. León: [s. n.] (Tese de doutoramento, Universidad de León, 1996) [cd-rom].
- GARCÍA MARTÍNEZ, S. M. (1996b) - La epigrafía como fuente de conocimiento para la romanización del Suroeste del *conuentus Asturum*. *Brigantia*. Bragança. 16:1-2, p. 75-95.
- GARCÍA MARTÍNEZ, S. M. (1999a) - Los Zoelas: sociedad y antroponimia. *Brigantia*. Bragança. 19:1-2, p. 17-36.
- GARCÍA MARTÍNEZ, S. M. (1999b) - Francisco Martins Sarmiento: la semblanza de un epigrafista del Mundo Romano. In *Congreso de proto-história europeia [Guimarães, 4-7 de Março de 1999]: actas*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento (*Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. especial (1999)). Vol. 1, p. 201-209.
- GARCÍA MARTÍNEZ, S. M. (2000) - La iconografía animal en el mundo de ultratumba de los Zoelas. *Brigantia*. Bragança. 20:1-2, p. 93-106.
- GARCÍA ROZAS, R. (1995) - Arqueología romana en la provincia de Zamora. In *De los orígenes al final del medievo*. Zamora: Diputación [etc.] (*Historia de Zamora*; 1), p. 269-337.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1949) - *Esculturas romanas de España y Portugal*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 2 vols.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1967) - Sobre un tipo de estela funeraria de togado bajo hornacina. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 40, p. 110-120.
- GASCO, A. C. (1627-1635) - *Antiquário discurso dedicado ao ILL.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> D. Rodrigo da Cunha, arcebp.<sup>o</sup> de Braga, S.<sup>or</sup> della, Primas das Hespanhas, e elleito Metropolitano de Lisboa...* [manuscrito].
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. C. (1986) - *Las unidades organizativas indígenas del área indoeuropea de Hispania*. Vitoria: Instituto de Ciencias de la Antigüedad, Universidad del País Vasco (*Veleia*. Anejo; 2).
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. C. (1993) - Reflexiones sobre las unidades organizativas indígenas del área indoeuropea. In GONZÁLEZ, M. C.; SANTOS, J., eds. - *Revisión de Historia Antigua, 1: las estructuras sociales indígenas del Norte de la Península Ibérica*. Vitoria: Instituto de Ciencias de la Universidad del País Vasco, Servicio Editorial (*Veleia*. Anejos. Serie Acta), p. 139-166.

- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. C. (1995) - La organización social astur. In *Astures: pueblos y culturas en la frontera del Imperio Romano [exposición: Gijón, 1995]*. Gijón: Asociación Astures, Gran Enciclopedia Asturiana, p. 129-139.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. C.; SANTOS YANGUAS, J. (1987) - El caso de las llamadas *gentilitates*: revisión y propuestas. In GORROCHATEGUI, J.; MELENA, J. L.; SANTOS, J., eds. - *Studia paleohispanica: actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vitoria/Gasteiz, 6-10 mayo 1985)*. Vitoriano Vasconum [Vitoria]: Universidad del País Vasco, Instituto de Ciencias de la Antigüedad (*Veleia*. Vitoria. 2-3 (1985-1986)), p. 373-382.
- GONZÁLEZ-COBOS DÁVILA, A. M. (1989) - *Los vacceos: estudio sobre los pobladores del valle medio del Duero durante la penetración romana*. Salamanca: Universidad Pontificia (Bibliotheca Salmanticensis. Dissertaciones; 5).
- GORDON, J. S.; GORDON, A. E. (1957) - *Contributions to the Palaeography of Latin Inscriptions*. Berkeley [etc.]: University of California Press (University of California Publications in Classical Archaeology; 3).
- GRIMAL, P. (1951) - *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*. Paris: Presses Universitaires de France. [ed. portuguesa coordinada por V. Jabouille: *Dicionário da mitologia grega e romana*. 3.<sup>a</sup> ed. Algés: Difel, 1999].
- GROS, P. (1996) - *L'architecture romaine du début du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire*. Paris: Picard (Les manuels d'art et d'archéologie antiques). Vol. 1: *Les monuments publics*.
- GUERRA, A. (1989) - Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Castro (S. Romão, Seia). In *Actas do I Colóquio arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil (Coleção Ser e Estar; 2), p. 425-430.
- GUERRA, A. (1995) - *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri (Arqueologia & História Antiga; 1).
- GUIMARÃES, O. (1901) - Catálogo do Museu Archeologico [da Sociedade Martins Sarmento]. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 18:1-2, p. 38-72.
- HAE = *Hispania Antiqua Epigraphica*. Madrid.
- HATT, J.-J. (1986) - *La tombe gallo-romaine: recherches sur les inscriptions et les monuments funéraires gallo-romains des trois premiers siècles de notre ère suivie de Les croyances funéraires des gallo-romains d'après la décoration des tombes* (Thèse complémentaire). Paris: Picard.
- HEp = *Hispania Epigraphica*. Madrid.
- HERNÁNDEZ GUERRA, L. (1994) - Aspectos sociales y religiosos de la epigrafía palentina. In *III Congreso Peninsular de Historia Antigua (Vitoria, julio 1994): preactas*. Vitoria: Universidad del País Vasco, Departamento de Estudios Clásicos. Vol. 2, p. 739-750.
- HÖCK, M. (1979) - Excavaciones en el Castro de S. Juzenda, concelho de Mirandela. In *XV Congreso Nacional de Arqueología (Lugo, 1977)*. Zaragoza: Universidad, Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, p. 393-398.
- HÖCK, M. (1980) - Corte estratigráfico no Castro de S. Juzenda. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste peninsular (Guimarães, 1979)*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. 2, p. 55-70.
- HOZ, J. de (1986) - La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania. In *Primeras Jornadas sobre Manifestaciones religiosas en la Lusitania (marzo de 1984)*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, p. 31-49.
- HÜBNER, E. (1871) - *Noticias archeologicas de Portugal pelo Dr. Emilio Hübner: traduzidas e publicadas por ordem da mesma Academia*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias.
- IGLESIAS GIL, J. M. (1976) - *Epigrafía cántabra: estereometría, decoración, onomástica*. Santander: Diputación Provincial.
- IGLESIAS, J. M.; RUIZ, A. (1998) - *Epigrafía romana de Cantabria*. Bordeaux: Université de Bordeaux III, Institut de Recherche sur l'Antiquité et le Moyen Age, Ausonius; Santander: Universidad de Cantabria, Departamento de Ciencias Históricas (Ausonius - Publications. *Petrae Hispaniarum*; 2).
- ILER = VIVES, J. (1971-1972) - *Inscripciones latinas de la España Romana: antología de 6.800 textos*. Barcelona: Universidad [etc.]. 2 vols.
- IRCP = vd. ENCARNAÇÃO, J. d' (1984a).
- JACOB, J. M. N., coord. (1997) - *Abade de Baçal: cinquentenário da morte (exposição: Bragança, 13 de Novembro – 20 de Dezembro 1997)*. [Bragança]: Instituto Português de Museus, Museu do Abade de Baçal [etc.].
- JOHNSON, A. W. (1994) - *Preliminary archeological investigation of Castro de Cigadonha, Moimenta, Trás-os-Montes, Portugal*. Sydney: [s. n.] (Relatório de trabalhos arqueológicos, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994).
- JULIA, D. (1971) - *Étude épigraphique y iconographique des stèles funéraires de Vigo*. Heidelberg: F. H. Kerle.
- KAJANTO, I. (1965) - *The Latin Cognomina*. Helsinki: Helsingfors (Commentationes Humanarum Litterarum. Societas Scientiarum Fennica; 36. 2).
- KAJANTO, I. (1968) - *On the Problem of the Average Duration of Life in the Roman Empire*. Helsinki: Suomalainen Tiedeakatemia (Suomalaisen tiedeakatemian toimituksia. Annales. Sarja B; nide 153, 2).

- KNAPP, R. C. (1978) - The origins of provincial prosopography in the West. *Ancient Society*. Leuven. 9, p. 187-222.
- LAMBRINO, S. T. (1965) - Les cultes indigènes en Espagne sous Trajan et Hadrien. In *Les empereurs romains d'Espagne: Colloque International du Centre Nacional de la Recherche Scientifique (Madrid – Itálica, 31 Mars–6 Avril 1964)*. Paris: Centre Nacional de la Recherche Scientifique (Colloques Internationaux du Centre Nacional de la Recherche Scientifique. Sciences humaines), p. 223-242.
- LE GLAY, M. (1966) - *Saturne africain: histoire*. Paris: De Boccard (Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome; 205).
- LEMOS, F. S. (1993) - *O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: [s. n.] (Tese de doutoramento em Pré-História e História da Antiguidade, Universidade do Minho, 1993).
- LEMOS, F. S. (1995) - Zoelas e *ciuitas Zoelarum*: uma unidade étnica no quadro da romanização do Noroeste. In JORGE, V. O., coord. - 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 12-18 de Outubro de 1993): *actas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:2 (1995)). Vol. 6, p. 295-310.
- LEMOS, F. S. (1996) - Povoamento, espaço e *gentilitates* no 1.º milénio a.C., no Nordeste transmontano. In *De Ulisses a Viriato: o primeiro milénio a.C.* [Lisboa]: Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia, p. 147-153.
- LE ROUX, P. (1982) - *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste a l'invasion de 409*. Paris: De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris; 8. Collection de la Maison des pays ibériques; 9).
- LE ROUX, P. (1984) - E. Hübner ou le métier d'épigraphiste. In *Épigraphie hispanique: problèmes de méthode et d'édition (Actes de la Table Ronde Internationale du C. N. R. S. organisée à l'Université de Bordeaux III les 8-9-10 décembre 1981)*. Paris: De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris; 10. Collection de la Maison des pays ibériques; 15), p. 17-31.
- LE ROUX, P. (1992) - *Deus Aernus: CIL, II, 2607 = 5651 reconstitué. Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 173-180.
- LE ROUX, P. (1996) - Las ciudades de la *Callaecia* romana durante el Alto Imperio. *Gerión*. Madrid. 14, p. 363-379.
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1973) - Rome et les indigènes dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique: problèmes d'épigraphie et d'histoire. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. 9, p. 177-231.
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1983-1984) - Villes et fonctions urbaines dans le Nord-Ouest hispanique sous domination romaine. In *Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste (Porto, 1984): homenagem a Rui de Serpa Pinto*. Porto: Universidade, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia (*Portugalia*. Porto. Nova série. 4-5 (1983-1984)), p. 199-207.
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1984) - L'épigraphie du Nord du Portugal: bilan et perspectives. *Conimbriga*. Coimbra. 23, p. 19-41.
- LIÓN BUSTILLO, M. C. (1990) - Aspectos decorativos e onomásticos de las estelas funerárias del occidente de Zamora. In *Primer Congreso de Historia de Zamora [Zamora, 14-18 de marzo de 1988]: actas*. [Zamora]: Instituto de Estudios "Florián de Ocampo" [etc.]. Tomo 2: *Prehistoria – Mundo antiguo*, p. 561-569.
- LOMAS SALMONTE, F. J. (1975) - *Asturia prerromana y altoimperial*. Sevilla: Universidad (Anales de la Universidad Hispalense. Filosofía y Letras; 32).
- LOPES, M. C.; CARVALHO, P. C. (1997) - O período romano: a mutação da paisagem. In LOPES, M. C.; CARVALHO, P. C.; GOMES, S. M. - *Arqueologia do Concelho de Serpa*. [Serpa]: Câmara Municipal, p. 135-143.
- LÓPEZ BARJA, P. (1993) - *Épigrafía latina: las inscripciones romanas desde los orígenes al siglo III d.C.* Santiago de Compostela: Tórculo.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F.; PINTO, R. de S. (1933-1934) - Estudios sobre a Edade do Ferro no Noroeste da Península: a relixión. *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos*. Santiago de Compostela. 6, p. 295-367.
- LOPO, A. P. (1897a) - Lápide romana [com uma adenda de J. L. Vasconcelos]. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 3, p. 192-193.
- LOPO, A. P. (1897b) - Lápide romana de Babe. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 3, p. 223-224.
- LOPO, A. P. (1898) - Vestígios archeologicos de Babe. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 4, p. 340-343.
- LOPO, A. P. (1900a) - Museu Municipal de Bragança. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 5, p. 79.
- LOPO, A. P. (1900b) - Gimonde: ruínas – um marco miliário. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 5, p. 136-138.
- LOPO, A. P. (1900c) - *Bragança e Benquerença*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LOPO, A. P. (1901a) - Museu Municipal de Bragança. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 6, p. 95-98.
- LOPO, A. P. (1901b) - Archeologia bragançana: um castro – S. Cláudio – um miliário – uma via romana. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 6, p. 146-150.
- LOPO, A. P. (1903) - Archeologia do districto de Bragança [com uma adenda de J. L. Vasconcelos]. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 8, p. 250-255.

- LOPO, A. P. (1906) - Vestígios romanos em Bragança. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 11, p. 83-84.
- LOPO, A. P. (1907) - Dois miliários inéditos: trajecto, em território português, de uma via romana de Chaves a Astorga. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 12, p. 162-164.
- LOPO, A. P. (1908a) - Antigualhas transmontanas: o castro do Cabeço de S. João em Castrellos – a usança da nalgada – o jogo dos paus. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 13, p. 248-252.
- LOPO, A. P. (1908b) - Villa Nova de S. Jorge (Bragança): uma curiosa lápide inédita. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 13, p. 313-314.
- LOPO, A. P. (1908c) - Inscrições brigantinas. *Portugalia*. Porto. 2, p. 127.
- LOPO, A. P. (1909) - As ruínas da Devesa de Villa Nova. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 14, p. 51-55.
- LOPO, A. P. (1920) - Um monumento funerário de Pinhovelo, concelho de Macedo de Cavaleiros. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 24, p. 240-241.
- LOPO, A. P. (1987) - *Apontamentos arqueológicos*. Braga: Instituto Português do Património Cultural.
- LOPO, J. de C. (1900) - Notícias várias: dois enigmas epigráficos. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 5, p. 167.
- MALLON, J. (1952) - *Paléographie romaine*. Madrid: Instituto “Antonio de Nebrija” de Filología (Sripturae. Monumenta et studia; 3).
- MAÑANES, T.; SOLANA SAINZ, J. M. (1985) - *Ciudades y vias romanas en la Cuenca del Duero (Castilla y León)*. [Valladolid]: Universidad (Historia y sociedad; 1).
- MANGAS MANJARRÉS, J. (1982) - La religión romana en Hispania. In *España Romana: 218 a. de J.C.-414 de J.C.* Ed. renovada. Madrid: Espasa-Calpe (*Historia de España/Menéndez Pidal*; 2). Vol. 2: *La sociedad, el derecho, la cultura*, p. 323-371.
- MANTAS, V. G. (1982) - Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras. *Conimbriga*. Coimbra. 21, p. 5-99.
- MANTAS, V. G. (1990) - A rede viária do convento Escalabitano. In *Simposio sobre la red viaria en la Hispania romana (celebrado en Tarazona del 24 al 26 de septiembre de 1987)*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, p. 217-231.
- MARCO SIMÓN, F. (1994) - La religión indígena en la Hispania indoeuropea. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. [et al.] - *Historia de las religiones de la Europa antigua*, Madrid: Cátedra (Historia. Serie Mayor). Cap. 8, p. 313-400.
- MARTINS, J. V. (1995) - *Moimenta da Raia: uma aldeia comunitária em evolução e mudança*. Braga: Junta de Freguesia de Moimenta [etc.].
- MARTÍN VALLS, R. (1995) - La segunda Edad del Hierro. In *De los orígenes al final del medievo*. Zamora: Diputación [etc.] (*Historia de Zamora*; 1), p. 153-189.
- MILLER, M. C. J. (1998) - *Abbreviations in Latin*. Chicago: Ares Publishers.
- MORÁN BARDÓN, C. (1944) - Vestigios romanos y visigodos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 17:56, p. 240-251.
- MORILLO CERDÁN, A. (1995) - Cántabros y astures, pueblos prerromanos del norte de la Península. In *Astures: pueblos y culturas en la frontera del Imperio Romano [exposición: Gijón, 1995]*. Gijón: Asociación Astures, Gran Enciclopedia Asturiana, p. 41-51.
- MOURINHO, A. M. (1972) - Ara a Júpiter *Depulsori* dedicada por um veterano da *Legio VII Gemina*. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto. 3, p. 327-331.
- MOURINHO, A. M. (1973) - Ponte romana no rio Tuela e síntese das vias romanas no Nordeste transmontano. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 23:1, p. 279-288.
- MOURINHO, A. M. (1986) - Epigrafia latina de entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947. *Brigantia*. Bragança. 6:1-3, p. 3-36.
- MOURINHO, A. M. (1987) - Epigrafia latina de entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947 (continuação). *Brigantia*. Bragança. 7:1-2, p. 101-130.
- MOURINHO, A. M. (1995) - *Curriculum vitae: notas culturais*. Bragança: Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- MUÑOZ ÁVILA, M. G. (1994) - Onomástica y religión: un elemento de analisis de la epigrafia votiva del *conuentus Asturum*. In *III Congreso Peninsular de Historia Antigua (Vitoria, julio 1994): preactas*. Vitoria: Universidad del País Vasco, Departamento de Estudios Clásicos. Vol. 2, p. 751-757.
- NAVARRO CABALLERO, M. (1998) - Las estelas en brecha de Santo Adrião: observaciones tipológico-cronológicas. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 64, p. 175-206.
- NAVASCUÉS, J. M. de (1963) - Caracteres externos de las antiguas inscripciones salmantinas: los epitafios de la zona occidental. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. 152, p. 159-223.
- NOCK, A. D. (1942) - Sarcophagi and Symbolism. *American Journal of Archaeology*. Boston. 50, p. 142.

- OLIVARES PEDREÑO, J. C. (1999) - Teónimos indígenas masculinos del ámbito Lusitano-Galaico: un intento de síntesis. In *Congreso de proto-historia europea [Guimarães, 4-7 de Março de 1999]: actas*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento (*Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. especial (1999)). Vol. 1, p. 277-296.
- OREJAS SACO DEL VALLE, A. (1996) - *Estructura social y territorio: el impacto romano en la cuenca noroccidental del Duero*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, Departamento de Historia Antigua y Arqueología (Anejo de *Archivo Español de Arqueología*; 15).
- ORÓSIO - *Historiarum adversus Paganos libri VII: accedit eiusdem liber apologeticus* / ZANGEMEISTER, C., ed. reimp. da ed. de Wien (1882). Hildesheim [etc.], 1967 (Corpus scriptorum ecclesiasticorum Latinorum; 5).
- ORTIZ DE URBINA, E. (1999) - La *res publica* en las comunidades hispanas a partir de la fórmula epigráfica *omnibus honoribus functus*. In GONZÁLEZ, J. ed. - *Ciudades privilegiadas en el Occidente Romano [Congreso Internacional "Ciudades privilegiadas en el Occidente Romano" (Sevilla, 1999)]*. Sevilla: Universidad, Secretariado de Publicaciones [etc.] (Serie Historia y Geografía; 42), p. 127-146.
- PALOL, P. de; VILELLA, J. (1987) - *Clunia, II: la epigrafía de Clunia*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos (Escavaciones Arqueológicas en España; 150).
- PALOMAR LAPESA, M. (1957) - *La onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania: estudio lingüístico*. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas [etc.] (Theses et studia philologica salmanticensia; 10).
- PASTOR MUÑOZ, M. (1977) - *Los astures durante el Imperio Romano: contribución a su historia social y económica*. Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos.
- PASTOR MUÑOZ, M. (1981) - *La religión de los astures: estudios sobre sus divinidades y creencias religiosas desde la época prerromana al Bajo Imperio*. Granada: Universidad, Secretariado de Publicaciones.
- PEREIRA MENAUT, G. (1984) - La formación histórica de los pueblos del Norte de Hispania: el caso de *Gallaecia* como paradigma. *Veleia*. Vitoria. 1, p. 271-287.
- PEREIRA MENAUT, G. (1987) - Nueva *tabula patronatus* del Noroeste de Hispania. In GORROCHATEGUI, J.; MELENA, J. L.; SANTOS, J., eds. - *Studia paleohispanica: actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vitoria/Gasteiz, 6-10 mayo 1985)*. Victoriaco Vasconum [Vitoria]: Universidad del País Vasco, Instituto de Ciencias de la Antigüedad (*Veleia*. Vitoria. 2-3 (1985-1986)), p. 299-302.
- PEREIRA MENAUT, G. (1991) - *Provincia de A Coruña*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega (Corpus de inscricións romanas de Galicia; 1).
- PEREIRA MENAUT, G. (1993) - *Cognatio Magilancum*: a propósito de la investigación sobre las sociedades indígenas del Norte de Hispania. In GONZÁLEZ, M. C.; SANTOS, J., eds. - *Revisión de Historia Antigua, 1: las estructuras sociales indígenas del Norte de la Península Ibérica*. Vitoria: Instituto de Ciencias de la Antigüedad, Universidad del País Vasco, Servicio Editorial (*Veleia*. Anejos. Serie Acta), p. 105-116.
- PEREIRA MENAUT, G.; ALMEIDA, C. A. F. de (1981) - A grande inscrição do penedo de Remeseiros, Vilar de Perdizes, Montalegre (*CIL II 2476*). *Arqueologia*. Porto. 4, p. 142-145.
- PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, F. (1994) - Las estelas funerarias de época tardoantigua en la mitad norte de la Península Ibérica. In CASA, C., ed. - *V Congreso Internacional de Estelas Funerarias (Soria, 28 abril al 1 de mayo de 1993): actas del congreso*. Soria: Diputación Provincial. Vol. 1, p. 229-238.
- PINHEIRO, J. H. (1888) - Relatório sobre as ruínas descobertas junto da povoação de Castro d'Avellãs no mez de fevereiro de 1887 e sobre o reconhecimento que nas referidas ruínas fez José Henriques Pinheiro por conta da Sociedade Martins Sarmento. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 5:2, p. 72-96.
- PINHEIRO, J. H. (1889) - Duas inscrições romanas inéditas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 6:2, p. 53-57.
- PINHEIRO, J. H. (1895) - *Estudo da estrada militar romana de Braga a Astorga em que são determinadas todas as estações da referida via*. Porto: Imprensa Civilização.
- PFLAUM, H.-G. (1953) - Jupiter Depulsor. In *Mélanges Isidore Levy*. Bruxelles: Editions de l'Institut (*Annuaire de l'Institut de Philologie et d'Histoire Orientales et Slaves de l'Université Libre de Bruxelles*. Bruxelles. 13), p. 445-460.
- PLÍNIO - *C. Plini Secundi Naturalis Historiae: libri XXXVII* / IAN, L.; MAYHOFF C., eds. Ed. stereotypa ed. prioris 1892-1909. Stutgardiae: In Aedivus B. G. Teubneri, 1967-1970 (Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana). 5 vols.
- RABANAL ALONSO, M. A. (1982) - *Fuentes literarias y epigráficas de León en la Antigüedad*. León: Diputación Provincial, Institución "Fray Bernardino de Sahagún" [etc.]. 2 vols.
- REDENTOR, A. (1997) - Epígrafes inéditas da zona de Bragança: 247-251. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 54.
- REDENTOR, A. (2000) - Povoados fortificados com pedras fincadas em Trás-os-Montes. *Conimbriga*. Coimbra. 39, p. 5-51.
- RIBEIRO, A. (1974) - *Contribution á l'étude tectonique de Trás-os-Montes Oriental*, Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória; 24 – nova série).

- RIBEIRO, A. (1984) - Néotectonique de Portugal. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Universidade, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Geográficos. Vol. 1, p. 173-182.
- RIESCO ÁLVAREZ, H.-B. (1993) - *Elementos líticos y arbóreos en la religión romana*. León: Universidad, Secretariado de Publicaciones.
- RIT = vd. ALFÖLDY, G. (1975).
- RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, M. P. (1993) - Los términos de *gens* e *gentilitas* en los escritores latinos. In GONZÁLEZ, M. C.; SANTOS, J., eds. - *Revisión de Historia Antigua, 1: las estructuras sociales indígenas del Norte de la Península Ibérica*. Vitoria: Instituto de Ciencias de la Antigüedad, Universidad del País Vasco, Servicio Editorial (*Veleia*. Anejos. Serie Acta). p. 67-72.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1987) - *Aquae Flaviae*. Chaves: Câmara Municipal. Vol. 1: *Fontes epigráficas*.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1988) - *Aquae Flaviae*. Chaves: Câmara Municipal. Vol. 1: *Fontes epigráficas: apêndice fotográfico - recentíssima adenda epigráfica*.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997) - *Aquae Flaviae*. Chaves: Câmara Municipal. Vol. 1: *Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*.
- RODRÍGUEZ PÉREZ, M. X. (1994) - Motivos arquitectónicos en la decoración de las estelas funerarias gallegas. In CASA, C., ed. - *V Congreso Internacional de Estelas Funerarias (Soria, 28 abril al 1 de mayo de 1993): actas del congreso*. Soria: Diputación Provincial. Vol. 1, p. 301-307.
- RODRÍGUEZ NAVARRO, A. M. (1986) - Algunas conclusiones sobre la religión en el *conuentus Bracaraugustanus* durante la época romana. In *Primeras Jornadas sobre "Manifestaciones religiosas en la Lusitania" (Marzo de 1984)*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, p. 113-125.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1971-1972) - Fuentes antiguas sobre los astures, I: fuentes literarias. *Zephyrus*. Salamanca. 21-22, p. 171-238.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1974) - *Hispania y el ejército romano: contribución a la historia social de la España antigua*. Salamanca: Universidad (Acta salmanticensia. Filosofía y Letras; 76).
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1983) - La conquista del Norte de Hispania y la participación de los Astures en el ejército imperial romano. *Lancia*. León. 1, p. 119-137.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1995) - Zamora: conquista y integración administrativa. In *De los orígenes al final del medievo*. Zamora: Diputación [etc.] (*Historia de Zamora*; 1), p. 193-265.
- RUIVO, J.; CARVALHO, P. (1996) - Uma via romana na serra da Estrela: o troço Valhelhas-Mangualde. *Materiais*. Castelo Branco. 2ª série. 2, p. 77-88.
- SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L.; CRESPO ORTIZ DE ZÁRATE, S. (1978) - *Epigrafía romana de la provincia de Palencia*. Palencia: Departamento de Historia Antigua, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones (Anejos de *Hispania Antiqua*).
- SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L.; JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, A. (1996) - La religión practicada por los militares del ejército romano de Hispania durante el Alto Imperio romano (ss. I-II). *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II: Historia Antigua*. Madrid. 9, p. 289-319.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (1986) - *Conquista y romanización de Celtiberia*. Salamanca: Ediciones Universidad (Acta salmanticensia. Estudios Históricos & Geográficos; 50).
- SALINAS DE FRÍAS, M. (1995) - Los teónimos indígenas con la mención "Deus, -a" en la epigrafía hispana. *Conimbriga*. Coimbra. 34, p. 129-146.
- SALINAS DE FRÍAS, M.; ROMERO PÉREZ, A. (1995) - Onomástica y religión en las provincias de Salamanca y Ávila. *Salamanca, Revista de Estudios*. Salamanca. 35-36, p. 13-28.
- SAMPEDRO Y FOLGAR, C. (1931) - Aras romanas en el Museu de la Sociedad Arqueológica de Pontevedra. In CAO MOURE, J., ed. - *Libro de oro de la provincia de Pontevedra*. [Vigo]: Edit. P. P. K. O (Pepe Cao), p. 32-34.
- SAMPAIO, F. X. R. de (1790) - Memoria sobre as Ruínas do Mosteiro de Castro de Avelans, e do Monumento, e Inscricção Lapidar, que se Acha na Capela-Mor da Antiga Igreja do Mesmo Mosteiro. In *Jornal Encyclopédico*. Lisboa. 9, p. 191-201 [Transcrito nas *Memórias de Litteratura Portuguesa*. Lisboa: na Officina da mesma Academia, 1793. Vol. 5, p. 258-253].
- SANCHES, M. de J. (1992) - *Pré-história recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos (Monografias arqueológicas; 39).
- SANCHES, M. de J. (1997) - *Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro: o Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Textos; 1).
- SÁNCHEZ SALOR, E.; SALAS MARTÍN, J. (1984) - El culto a *Juppiter Repulsor* en la Península Ibérica según las inscripciones. *Norba*. Cáceres. 5, p. 81-89.

- SANCHO ROCHER, L. (1981) - *El convento jurídico Caesaraugustano*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- SANTA MARIA, Fr. A. de (1716) - *Santuário Mariano, e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora e das milagrosamente aparecidas, em graça dos prédadores e dos devotos da mesma senhora...* Lisboa: Off. António Pedrozo Galvão. Vol. 5.
- SANTOS, L. dos; LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1983) - Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga. *Bracara Augusta*. Braga. 37:83-84 (96-97), p. 183-205.
- SANTOS, M. A. A. dos (1994) - Introdução [ao Roteiro do MAB]. In *Museu do Abade de Baçal, Bragança*. [Lisboa]: Instituto Português de Museus, p. 11-15.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1975) - A cultura dos berrões no Nordeste de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22:4, p. 353-516.
- SANTOS YANGUAS, J. (1985) - *Comunidades indígenas y administración romana en el Noroeste hispánico*. [Bilbao]: Universidad del País Vasco, Servicio Editorial.
- SANTOS YANGUAS, J. (1986) - La municipalización en el *conuentus Asturicense*: estado de la cuestión y perspectivas. *I Congreso internacional “Astorga romana” [celebrado con ocasión del Bimilenario de Astorga (1986)]: actas*. Astorga: Ayuntamiento. Vol. 2, p. 103-119.
- SARMENTO, F. M. (1887) - Inscrições inéditas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 4:4, p. 185-189.
- SARMENTO, F. M. (1887-1889) - Para o pantheon lusitano. *Revista Lusitana*. Porto. 1, p. 227-240.
- SARMENTO, F. M. (1933) - *Dispersos: colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre arqueologia, etnologia, mitologia, epigrafia e arte pré-histórica (obra comemorativa do 1.º centenário do nascimento do autor)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SASTRE PRATS, I. (1999) - Estructura de explotación social y organización del territorio en la *ciuitas Zoelarum*. *Gerión*. Madrid. 17, p. 345-359.
- SCHULTEN, A. (1943) - *Los cántabros y astures y su guerra con Roma*. Madrid: Espasa-Calpe.
- SERRANO DELGADO, J. M. (1988) - *Status y promoción social de los libertos en Hispania romana*. Sevilla: Universidad, Servicio de Publicaciones (Serie Filosofía y Letras; 106).
- SÍLIO ITÁLICO - *La Guerre Punique* / MINICONI, P.; DEVALLET, G.; VOLPILHAC, J., eds. Paris: Les Belles Letres, 1979-1981 (Collection des Universités de France).
- SILVA, A. P. da (1696) - *Chronographia medicinal das Caldas de Alafoens, oferecida ao Illustríssimo Senhor Duarte de Almeida & Sousa...* Lisboa: Of. de Miguel Deslandes.
- SILVA, A. C. F. da (1986) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SOLIN, H. (1982) - *Die griechischen Personennamen in Rom: ein Namenbuch*. Berlin [etc.]: W. de Gruyter (Corpus inscriptionum latinarum/consilio et auctoritate Academiae Scientiarum Rei Publicae Democraticae Germanicae editum. Auctarium). 3 vols.
- SOLIN, H.; SALOMIES, O. (1988) - *Repertorium nominum gentilicium et cognominum Latinorum*. Hildesheim [etc.]: Olms (Alpha-Omega: Lexika, Indizes, Konkordanzen zur klassischen Philologie, Reihe A; 80).
- SUSINI, G. C. (1982) - *Epigrafia romana*. Roma: Jouvence (Guide allo studio della Civiltà romana; 10, 1)
- SYME, R. (1978) - The conquest of North-West Spain. In ESPANHA. Cátedra San Isidoro, Instituto Leonés de Estudios Romano-Visigóticos - *Legio VII Gemina* [Coloquio Internacional reunido el 16 al 21 de septiembre de 1968 con ocasión del XIX centenario de León]. León: Diputación Provincial, p. 79-107.
- TABORDA, V. (1932) - *Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico*. Coimbra: Imp. da Universidade.
- TIR, K-29 = BALIL, A.; PEREIRA, G.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J., eds. (1991) - *Tabula Imperii Romani, hoja K-29: Porto, Conimbriga – Bracara – Lucus – Asturica sobre la base cartográfica del mapa a escala 1:1.000.000 del IGN*. Madrid: Comité Español de la *Tabula Imperii Romani*.
- TIR, K-30 = FATÁS, G. [et al.], eds. (1993) - *Tabula Imperii Romani, hoja K-30: Madrid, Caesaraugusta – Clunia sobre la base cartográfica del mapa a escala 1:1.000.000 del IGN*. Madrid: Comité Español de la *Tabula Imperii Romani*.
- TRANOY, A. (1980) - Le pseudo-milliaire de S. Cláudio (Gostei – Bragança) et les limites orientales du *conuentus Bracarum*. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 23:4, p. 589-594.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice romaine: recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris; 7. Collection de la Maison des pays ibériques; 7).
- TRANOY, A. (1984a) - L'épigraphie et le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. In *Épigraphie hispanique: problèmes de méthode et d'édition (Actes de la Table Ronde Internationale du C. N. R. S. organisée à l'Université de Bordeaux III les 8-9-10 décembre 1981)*. Paris: De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris; 10. Collection de la Maison des pays ibériques; 15), p. 334-335.

- TRANOY, A. (1984b) - Ateliers lapidaires et niveaux de culture dans le Nord du Portugal. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 7-8, p. 269-274.
- TRANOY, A. (1986) - Immigration et emigration: les mouvements de population dans le *conuentus* d'Astorga. In *I Congreso internacional "Astorga romana" [celebrado con ocasión del Bimilenario de Astorga (1986)]*: actas. Astorga: Ayuntamiento. Vol. 2, p. 123-144.
- TRANOY, A. (1995-1996) - La route, image et instrument du pouvoir impérial dans le Nord-Ouest ibérique. In *Actas do Colóquio "A rede viária da Callaecia": Homenagem a Martins Capella*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho [etc.] (*Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2.ª série. 12-13 (1995-1996)), p. 31-38 .
- TRANOY, A.; LE ROUX, P. (1989-1990) - As necrópoles de *Bracara Augusta*, B: les inscriptions funéraires. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2.ª série. 6-7, p. 187-230.
- TURCAN, R. (1998) - *Rome et ses dieux*. Paris: Hachette (La vie quotidienne).
- UNTERMANN, J. (1965) - *Elementos de un atlas antropológico de la Hispania antigua*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Español de Prehistoria [etc.] (*Bibliotheca praehistorica Hispana*; 7).
- UNTERMANN, J. (1985) - Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas. In HOZ, J. de, ed. - *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 noviembre 1980)*. Salamanca: Ediciones Universidad (Acta Salmanticensia. Filosofía y Letras; 162), p. 343-363.
- VÄÄNÄNEN, V. (1967) - *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos.
- VASCONCELOS, J. L. de (1898) - Museu Municipal de Bragança. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 4, p. 153-155.
- VASCONCELOS, J. L. de (1901a) - Emilio Hübner e a archeologia lusitano-romana. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 6, p. 49-59.
- VASCONCELOS, J. L. de (1901b) - Notas epigraphicas. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 6, p. 133-134.
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) - *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 2
- VASCONCELOS, J. L. de (1906) - Bibliographia. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 11, p. 321-378.
- VASCONCELOS, J. L. de (1913) - *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 3.
- VASCONCELOS, J. L. de (1980) - *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*. 1.ª reed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Vol. 3.
- VAZ, J. L. I. (1988) - *Epigrafia romana da Assembleia Distrital de Viseu*. 2.ª ed. Viseu: Governo Civil.
- VITERBO, J. de S. R. de (1798-1799) - *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usárão...* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 2. vols. [= *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...* 2.ª ed. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 vols.].
- VVAA (1996) - *El oro y la orfebrería prehistórica de Galicia*. Lugo: Museu Provincial.
- ZIENKIEWICZ, D. (1994) - *Roman legion*. [Cardiff]: Nacional Museum of Wales.